



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
PREFEITURA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2019

BASE LEGAL

Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 em sua redação atualizada.

OBJETO	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-SISTEMA DE CONTABILIDADE, GESTÃO FINANCEIRA, PPA, LDO, LOA, E DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.
INTERESSADOS	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
	LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP
CONTRATO Nº	53/2019
VIGÊNCIA	12 (meses)
VALOR GLOBAL (R\$)	R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

AUTUAÇÃO

- Nesta data autuei os documentos adiante enumerados, e para constar, lavrei este Termo.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 06 de agosto de 2019.

Adenilton Cruz Tavares Santos
Presidente da CPL

4 000901



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Nossa Senhora do Socorro/SE, 16 de julho de 2019.

Ofício nº: 1944/2018-SEMUSA
Ref: INEXIGIBILIDADE


Senhora Secretária,

Solicitamos a Vossa Senhoria autorização para abertura do processo por Inexigibilidade, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-SISTEMA DE CONTABILIDADE, GESTÃO FINANCEIRA, PPA, LDO, LOA, E DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE**, sendo o valor mensal de R\$.3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais) durante o período de 12 (doze) meses.

Atenciosamente,


Enock Luiz Ribeiro da Silva
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

A Excelentíssima Senhora
Iraci Lima da Silva
Secretária Municipal da Fazenda

Em 16/07/19 **RECEBIDO**

ADENILTON CRUZ TAVARES SANTOS
Setor Licitações e Contratos - PMNS



MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

PROJETO BÁSICO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

PROJETO BÁSICO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-SISTEMA DE CONTABILIDADE, GESTÃO FINANCEIRA, PPA, LDO, LOA, E DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.

NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE

JULHO DE 2019.



M000004

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

APROVADO:

Nos termos do § 1º, do art. 7º da
Lei nº 8.666/93 aprovo este Projeto Básico

ENOCK LUIZ RIBEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

OBJETO:

A presente inexigibilidade tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-SISTEMA DE CONTABILIDADE, GESTÃO FINANCEIRA, PPA, LDO, LOA, E DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.**

OBJETIVO:

Execução e implantação dos sistemas, proposto, que possa assegurar o fortalecimento e a modernização da SEMUSA. E com isso, favorecer de forma eficaz os seus sistemas impositivos, assegurando a observância da transparência no manejo dos recursos públicos.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que estamos vivendo uma revolução tecnológica e organizacional na Administração Pública tão intensa que os Gestores encontram dificuldades para acompanhá-la; o que é perfeitamente;

Compreensível, visto que todas essas mudanças incluem reestruturação na organização;

Considerando em uma gestão diferenciada dos recursos humanos, novas tecnologias de gestão e de informação. São temas sempre ouvidos nas empresas privadas e que hoje rodeiam a

Praça Antônio Carlos Valadares – Nº Sra. do Socorro/SE

Fone: 32106-7400/CEP: 49160-000

CNPJ: 06;113.056/0001-39



H 000005

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Administração pública, e se mostram a cada dia indispensáveis, principalmente para o gestor municipal;

Considerando que apesar dos termos rebuscados, trata-se apenas de uma Modernização da Gestão Pública, que depois de implantada facilitará a formulação de políticas públicas e seu melhor gerenciamento;

Considerando que prevê também o aumento da participação da sociedade, nas transparências nos atos públicos e na qualidade das informações.

Considerando a necessidade dos serviços técnicos especializados em sistemas para Gestão do Executivo Municipal: GovNet - Contábil;

Considerando que esse sistema destina-se a melhorar os meios de trabalho e execução dos serviços dos que aqui labutam.

FUNDAMENTAÇÃO:

Em cumprimento ao Art. 7º I e § 1º da lei 8.666/93, para os serviços é necessária a elaboração do presente Projeto Básico, que norteará os orçamentos detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	GovNet – Planejamento Municipal, Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil, PPA, LDO, LOA.	Mês	12	R\$ 2.250,00	R\$ 27.000,00
2	Portal da Transparência	Mês	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,000
VALOR TOTAL DO SERVIÇO				R\$ 3.250,00	R\$ 39.000,00

PERÍODO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE PAGAMENTO:

A execução do serviço será realizada por um período de 12 meses a parti da assinatura do contrato.

E o pagamento será por valor líquido, conforme nota fiscal e a relação dos serviços prestados, devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Saúde, no prazo de 30 dias após emissão da Nota Fiscal.



M 000006

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

FISCAL DO CONTRATO

A responsável pela fiscalização do contrato é a servidora Luciana Bastos Nunes Pinheiro, Diretora de Saúde, CPF: 010359715-12 e RG: 0945239084 SSP/BA.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

41062 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA

2027 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA

3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.

FONTE DE RECURSOS

2027.1211 – Recursos Ordinários

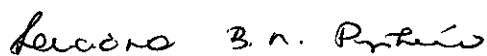
VALOR ESTIMADO

R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

SALDO ORÇAMENTÁRIO

R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Nossa Senhora do Socorro, 16 de julho de 2019.



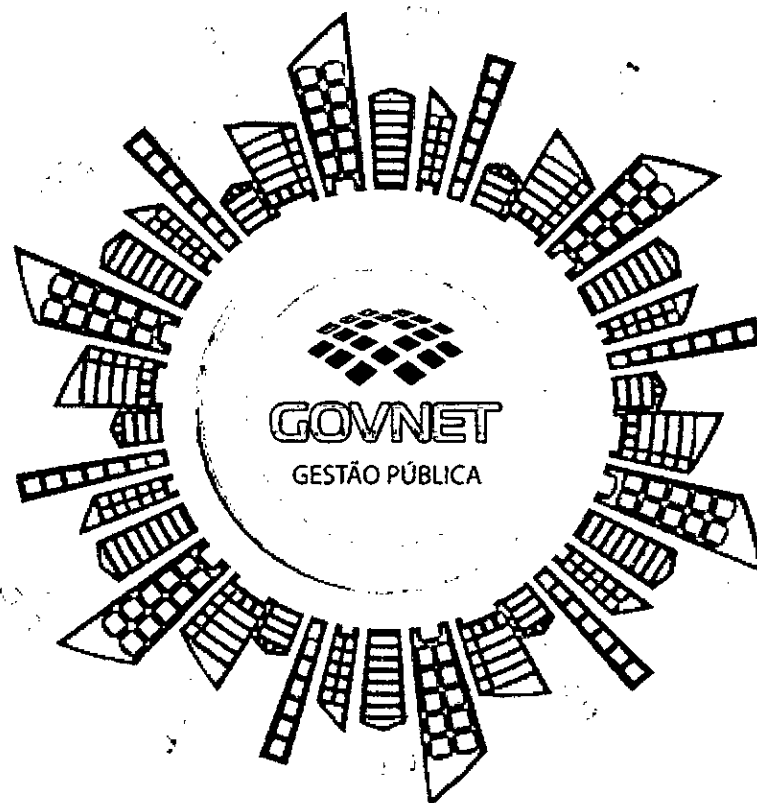
Luciana Bastos Nunes Pinheiro
Diretora de Saúde
Responsável pelo Termo de Referência

4000007



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

PROPOSTA DE PREÇOS



PROPOSTA TÉCNICA COMERCIAL

**MODERNIZAÇÃO DA
GESTÃO PÚBLICA**



Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



01. INTRODUÇÃO

Estamos vivendo uma revolução tecnológica e organizacional na Administração Pública tão intensa que os Gestores encontram dificuldades para acompanhá-la; o que é perfeitamente compreensível, visto que todas essas mudanças incluem reestruturação na organização, uma gestão diferenciada dos recursos humanos, novas tecnologias de gestão e de informação. São temas sempre ouvidos nas empresas privadas e que hoje rodeiam a administração pública, e se mostram a cada dia indispensáveis, principalmente para o gestor municipal.

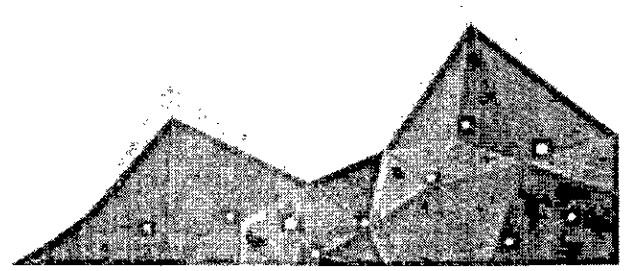
Apesar dos termos rebuscados, trata-se apenas de uma Modernização da Gestão Pública, que depois de implantada facilitará a formulação de políticas públicas e seu melhor gerenciamento; prevê também o aumento da participação da sociedade, nas transparências nos atos públicos e qualidade das informações.

02. EMPRESA

A Link3, sempre preocupada em garantir a conformidade e normatização da Administração Pública, acompanha as mudanças pertinente ao setor público. Com expertise comprovada, a empresa propõe soluções inovadoras para diversas área Administrativa e Planejamento Municipal: **Planejamento Municipal, Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil, PPA; LDO; LOA; Gestão de Patrimônio; Gestão de Protocolo; Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Gestão de Controle Interno; Compras, Licitações e Contratos; Gestão de Tributos; Gestão de Materiais e Almoxarifado; Serviços da Administração na Internet (webservices); Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Cadastro Técnico Municipal; Portal da Transparência; Informações Gerenciais - BI; ISS Bancário; Compras de Bens e Serviços; Administração de Contratos e Serviços; Controle de Processo; GED, Ação Social e Portal da Transparência;** a fim as necessidades deste órgão.

Através de aplicação do nosso framework, auxiliamos s clientes a implantarem estratégias de maneira alinhada aos processos de negócio, contemplando as soluções e correções quando necessárias para fornecer um serviço de qualidade e eficiência.

A empresa detém a exclusividade por ser desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização de seus softwares/sistemas em todo território nacional. A nossa





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



tecnologia é comprovada em diversos órgãos, como nos estados da Bahia, Sergipe, Amapá, Roraima, Alagoas e Rondônia, injetando excelência e precisão.

03. OBJETIVO

Através da execução e implantação dos nossos sistemas e serviços, espera-se assegurar o fortalecimento e a modernização do setor correspondente, assegurando a observância da transparência no manejo dos recursos públicos. Com base em levantamentos de estudos, análises e sistematização de dados, oferecemos meios eficientes ao gestor na tomada de decisões, proporcionando resultados adequados no processo cognitivo pelo qual precisa escolher um plano de ação. E é por isso que oferecemos soluções de acordo com o perfil e necessidade de cada cliente, adequando os produtos e serviços, garantindo maior eficácia, produtividade e buscando atender às necessidades de seus usuários.

04. MONITORAMENTO E CONTROLE

Um gerente de projeto será designado pela Contratada para manter uma programação em que definirá a data de execução para cada item do cronograma. Os itens incluem pacotes de trabalho atribuídos às pessoas, nesse caso, aos profissionais de desenvolvimento da empresa, um coordenador indicado pela Contratante e um gerente de projeto da Contratada. Regularmente, eles deverão reunir-se e informar sobre o percentual executado das tarefas propostas. As mudanças na programação só acontecerão após análise da equipe responsável pelo projeto da Contratante, que decidirão se o escopo poderá ou não sofrer alterações, a fim de preservar as datas previamente definidas para conclusão.

05. PREMISSAS DA PROPOSTA

Para a execução do projeto, as seguintes premissas foram consideradas nesta proposta e nelas compreendem, o portfólio de serviços destinados para implantação, treinamento, suporte técnico e fábrica de software:

1. Concordar com o Plano de Trabalho e Cronograma a ser apresentado e tempos estimados das atividades;
2. Validar e aprovar as diversas etapas do cronograma nos prazos previstos;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



3. Disponibilizar pessoal técnico qualificado, com conhecimento do negócio em questão para fornecer os requisitos a serem atendidos e detalhes de como deve funcionar o sistema;
4. Disponibilizar pessoal técnico qualificado, com conhecimento em informática com o objetivo de efetuar os testes de aceitação do sistema;
5. Prover os recursos, acessos, informações e instalações juntos ao contratante;
6. Prover levantamento dos processos operacionais, dados físicos e lógicos;
7. Adequar todos os módulos e sistemas fornecidos de acordo com às necessidades da contratante, sempre que necessário, em qualquer fase do projeto de desenvolvimento, adaptação e implantação, disponibilizando a infraestrutura necessária nas suas instalações para o bom funcionamento desta modalidade;
8. Adequação à capacidade dos módulos e sistemas desenvolvidos pela Link3, que se reservará ao direito de executar novo replanejamento de atividades caso surjam modificações nos requisitos acordados;
9. O projeto se iniciará efetivamente no momento da formalização da contratação dos serviços descritos nesta proposta.

05.01. Migração:

Todos os sistemas/softwarees são customizados para atender, de forma completa, todas as funcionalidades impostas pela legislação em vigor, inerentes ao setor público.

Para migração de todos os dados dos sistemas/softwarees legado, é plenamente possível absorver os dados cadastrais, dados de acompanhamento de serviços, contas pendentes e dados gerenciais, substituindo de forma completa e definitiva o sistema anterior, de modo que ao final da migração não haja a necessidade de se manter qualquer acesso à base antiga e não exista perda das informações antes disponíveis.

05.02. Adaptabilidade:

Todos os softwares, componentes do sistema contratado, permite sua adaptação às necessidades do usuário através de parametrizações ou customizações, utilizando um mínimo de esforço de programação, isto é, sem necessidade de alteração direta no código fonte e utilizando funções da aplicação em sua própria interface e sem custos adicionais.

05.03. Não está inclusa nesta proposta:

1. Implementação de qualquer funcionalidade além daquelas já descritas neste documento;
2. Corrigir, filtrar ou otimizar os dados dos sistemas atuais a serem inseridos para o software/sistema, até mesmo depois da migração ou digitação;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



3. Desenvolvimento de qualquer interface e/ou personalização de rotinas não definidas no escopo;
4. Reengenharia de processos, planejamento estratégico de sistemas ou qualquer outra atividade de consultoria que não sejam as mencionadas nos objetivos e escopo deste documento. Consideramos que o Cliente fará a revisão dos processos atuais e seu redesenho para a operação no novo sistema.

05.04. Serviços de Implantação:

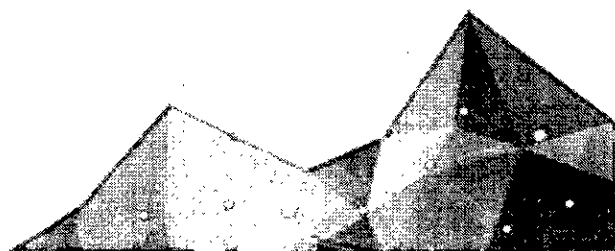
Consistem em serviço de acompanhamento e suporte para comportar a implantação dos softwares em condições de operação, tratando de itens como a parametrização, documentação, acompanhamento, validação de processos e rotinas para sua utilização, de acordo com as funcionalidades e especificações técnicas, descritas neste Projeto.

O Serviços de Implantação consiste em alcançar o sucesso na implementação e utilização das soluções contratada. Normalmente é realizado no local indicado pelo cliente, para isso deverá prover toda infraestrutura que suporte o sistema quando implantado.

05.05. Treinamento:

O treinamento e capacitação dos usuários atua no atendimento, implantação dos sistemas, ministra cursos, controla toda a documentação técnica e as solicitações dos clientes:

1. Programação dos treinamentos em calendários, elaborado juntamente com o Cliente, com exibição das necessidades de treinamentos pendentes no respectivo período;
2. Divulgação dos cronogramas de treinamento programados em agendas, planilhas e gráficos, com a relação selecionada por colaborador, área específica, ou para toda a empresa;
3. Programação da utilização das salas de treinamento e recursos audiovisuais, através de agendas com a exibição de conflitos e carga horária total alocada;
4. Definição de um roteiro de responsáveis pela aprovação do treinamento planejado;
5. Verificação da eficácia dos treinamentos, com registro do método de avaliação e evidências objetivas para comprovação do resultado;
6. Verificação dos treinamentos e avaliações pendentes informadas pelo Cliente.





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



05.06. Flexibilidade:

Todos os componentes dos sistemas Contratado permite que técnicos do Contratante efetuem a parametrização de menus, telas, relatórios e regras lógicas aplicáveis aos negócios, permitindo sua adaptação às necessidades sem alteração no código fonte.

A Contratada obriga-se a manter, durante a execução deste Contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação.

05.07. Segurança:

O sistema permite a definição de perfis de utilização individuais ou de grupos. Cada usuário ou grupo de usuários poderá, ou não, ter acesso a determinadas funções, sendo que cada página ou tela do sistema é uma função autorizável ou não.

O sistema possui mecanismo de permissão e bloqueio de acesso por empresa/órgão/estrutura de lotação/categoria funcional e funções, de tal forma que determinado usuário somente terá acesso às informações dos funcionários de determinada empresa, órgão, lotação e suas lotações subordinadas, e categoria funcional.

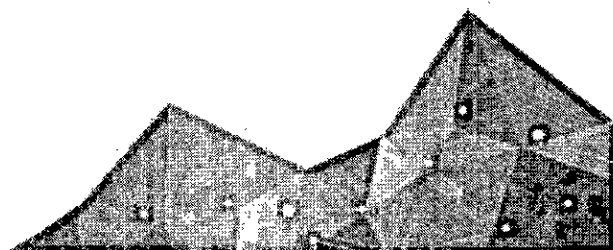
As rotinas de segurança do sistema possuem restrições de visibilidade, onde cada usuário do sistema, a partir da autorização de um usuário hierarquicamente superior, tenha seu acesso e visão limitados a:

1. Um determinado órgão ou nível da estrutura organizacional;
2. Uma determinada função ou tarefa;
3. Um conjunto de telas;
4. Campos autorizados em uma tela.

A solução permite que seja implementado segurança através de nível de banco de dados, caso possua customização de relatórios, permitindo a visualização de tabelas, campos, views e dados.

05.08. Controle de Versões:

A solução proporciona ferramentas que garantam total segurança no processo de atualização de versões, permitindo a preservação, caso necessário, de todas as alterações ou implementações realizadas pela equipe de desenvolvimento na versão corrente para a versão futura, desde que respeitados os padrões de customização fornecidos pela Contratante.





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



06. SOBRE SISTEMAS

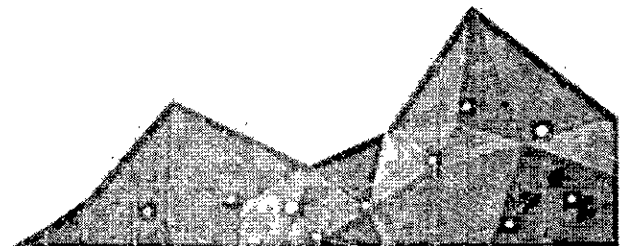
Promover e modernizar as infraestruturas de apoio a gestão pública no desenvolvimento e inovação na área de software e sistemas de informação, com foco na aplicação de novas tecnologias para conferir os valores dos seus clientes.

Desenvolvido com tecnologia própria, os sistemas GovNet possui uma interface de altíssimo desempenho, projetado para redefinir normas, regras e princípios da administração do dinheiro público. Abrange os aspectos fundamentais da administração: a arrecadação e as despesas, permitindo identificar com exatidão quanto o município está arrecadando e quanto/onde está gastando, o que facilita a tomada de decisões.

Todos os módulos do sistema são customizados para atender, de forma completa, todas as funcionalidades impostas pela legislação em vigor, inerentes ao setor público: **Planejamento Municipal, Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil, PPA; LDO; LOA; Gestão de Patrimônio; Gestão de Protocolo; Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Gestão de Controle Interno; Compras, Licitações e Contratos; Gestão de Tributos; Gestão de Materiais e Almoxarifado; Serviços da Administração na Internet (webservices); Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Cadastro Técnico Municipal; Portal da Transparência; Informações Gerenciais - BI; ISS Bancário; Compras de Bens e Serviços; Administração de Contratos e Serviços; Controle de Processo; GED, Ação Social e Portal da Transparência.**

06.01. Parâmetros Gerais:

1. Permite prover efetivo controle de acesso ao aplicativo através do uso de senhas permitindo bloqueio de acesso depois de determinado número de tentativas de acesso inválidas, criptografia e expiração de senhas;
2. Mantém histórico dos acessos por usuário por função, registrando a data, hora e o nome do usuário;
3. As interfaces dos módulos são multiusuárias e multitarefa, permitindo controlar tarefas concorrentes, com acesso simultâneo ao banco de dados, sem perder a integridade referencial;
4. Permite auditoria automática das operações efetuadas nos sistemas (Controlando quem, quando e o que foi alterado);
5. Permite o cadastramento de usuários com controle de nível de acesso, podendo ser configurado para inclusão, alteração, consulta e exclusão;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



6. Todos os sistemas estão baseados no conceito de transações mantendo a integridade dos dados em caso de queda de energia e/ou falha de software/hardware;
7. Os módulos dos sistemas permitem atender a legislação e obrigações assessorias na esfera estadual e federal, com possibilidade de gerar arquivos para o Tribunal de Conta ou outros órgãos necessários e legais;
8. Arquitetura cliente/servidor em duas camadas onde os elementos de uma aplicação estejam separados em camadas de informação, lógica de aplicação/apresentação;
9. Nas telas de entrada de dados, permite atribuir por usuário permissão exclusiva para Gravar, Consultar e/ou Excluir dados;
10. Os arquivos de dados podem ser compartilhados;
11. Permite o controle de restrição de acesso às funções do aplicativo através do uso de senhas;
12. Permite o cadastramento de usuários com controle de nível de acesso, podendo ser configurado para inclusão, alteração, consulta e exclusão;
13. Mantém log de auditoria das alterações efetuadas sobre os principais cadastros e tabelas;
14. Permite a visualização dos relatórios em tela, bem como possibilitar que sejam salvos em disco para posterior reimpressão, inclusive permitindo selecionar a impressão de intervalos de páginas e o número de cópias a serem impressas, além de também permitir a seleção da impressora de rede desejada;
15. Permite que os relatórios possam ser salvos em disco de forma criptografada, evitando que possam ser efetuadas alterações em seu conteúdo;
16. Permite que os relatórios possam ser salvos em outros formatos de modo que possam ser importados por outros aplicativos e mantendo a formatação original (p.ex. PDF e HTML);
17. Garante a integridade referencial através de Banco de Dados Relacional;
18. Apresentação dos sistemas em modo gráfico.

07. SISTEMAS GOVNET

07.1. Módulo Gestão Pública - (MCASP)

Estamos em um cenário inédito na Contabilidade Pública que é a sua padronização através das NBCASP, MCASP e mais especificamente o PCASP. O fundamento básico do PCASP é procurar demonstrar e evidenciar, em qualquer momento, a realidade do Patrimônio Público. O conhecimento desta realidade é de suma importância e interesse não só para o cidadão e a sociedade em geral, como para os organismos nacionais e internacionais que necessitam de informações mais precisas sobre a situação econômico-financeira das instituições públicas. A convergência da Contabilidade Pública aos padrões internacionais é, sem





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



dúvidas, uma verdadeira revolução que provoca mudanças radicais na gestão administrativa, desde seus princípios, conceitos e até metodologias. O foco deixa de ser meramente orçamentário e passa a ser patrimonial.

Buscamos, de forma incessante, acompanhar toda essa revolução enfrentando vários desafios e dificuldades, principalmente pela falta de parâmetros disponíveis para as implementações devidas. O PCASP é um dos principais marcos para administração pública, pois muda o conceito de organização das informações contábeis.

07.1.1. Módulo de Contabilidade:

Elabora a Escrituração Contábil e dos seus efeitos; a execução orçamentária; o orçamento; as contas a pagar; permite a escrituração do caixa e bancos; todas as operações pertinentes à tesouraria; impressão de cheques; classificação de natureza de despesa; emite o movimento financeiro e o caixa do dia, além de proporcionar maior agilidade e segurança no registro de todas as transações ocorridas nos órgãos públicos a partir do empenho até o efetivo pagamento, em conformidade às normas e padrões, atendendo à legislação em vigor, como a Lei 4.320/64 e de Responsabilidade Fiscal (LRF). Entre outras inovações, está a ferramenta de exportação dos dados para os Tribunais de Contas. Sua principal característica é versatilidade, sendo capaz de comportar diversos níveis de administração [Municipal, Estadual e Federal].

07.1.2. Aplicações Técnicas:

1. Administração Financeira integrada e independente entre exercícios;
2. Permite a execução de uma tarefa simultaneamente com os acertos finais da anterior;
3. Pode ser implementado nos diversos níveis de administração, além de autarquias, fundações e empresas públicas ou de capital misto;
4. Permite que cada órgão possa definir Planos de Contas, Classificações de Natureza de Despesa ou Receita própria, sem a necessidade de reprogramação do sistema, diminuindo com isso os custos de implantação, sem perda das funcionalidades e detalhamentos exigidos pelos clientes;
5. Emite o Movimento Financeiro e o caixa do dia;
6. Elabora a escrituração contábil nos modulo patrimonial, financeiro, e de compensação em partidas dobradas, e no sistema orçamentário em partidas simples, de conformidade com a Lei 4.320/64 e a Lei Complementar 101/00, inclusive com registro em livro diário;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



7. Gera relatórios gerenciais da receita, despesa, restos a pagar, depósitos de diversas origens, bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas e da legislação vigente, bem como Boletim Financeiro Diário;
8. Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e resolução do Tribunal de Contas;
9. Gera as razões analíticas de todas as contas integrantes dos sistemas financeiro, patrimonial e de compensação;
10. Utilização do histórico, sempre que possível, com textos padronizados, vinculados à classificação da despesa, não permitindo lançamentos indevidos;
11. Anulação total e parcial do empenho e o cancelamento da anulação;
12. Controla o pagamento de empenho, restos a pagar e despesas extras, em contrapartida com várias contas pagadoras;
13. Possibilita inscrever automaticamente no sistema de compensação dos empenhos de adiantamentos, quando da sua concessão, e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas;
14. Controla o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica;
15. Registra o pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários;
16. Permite a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra orçamentário, como no orçamentário, com registros automáticos nos sistemas orçamentário e financeiro;
17. Faz os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos sistemas financeiro, orçamentário, patrimonial e de compensação, a partir da digitação do empenho, conforme o caso;
18. Controla restos a pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando for o caso;
19. Emite notas de pagamento, de despesa extra, de empenhos e de sub-empenhos;
20. Emite ordens de pagamento de restos a pagar, despesa extra e de empenho;
21. Possibilita a consolidação dos balancetes financeiros;
22. Emite relatórios padrão TCE para solicitação de certidão negativa;
23. Possibilita que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho;
24. Permite o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa;
25. Cadastra e controla as dotações constantes do orçamento da Câmara e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários;
26. Cadastra e controla os créditos suplementares e as anulações de dotações;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



07.2. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público está passando pelo processo de convergência às normas internacionais. Dentro desse processo, destaca-se o enfoque na contabilidade patrimonial, sem perder o controle e as informações da execução orçamentária da Administração Pública. Outro ponto importante neste processo é a implantação do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, que será obrigatório para todos os municípios a partir do ano de 2013. Assim, faz-se necessário um Plano de Contas padronizado para a Federação com metodologia, estrutura, conceitos e funcionalidades que o tornem versátil e abrangente, permitindo ao país obter informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais consolidadas por esfera governamental.

Para cumprir este desafio, Link3 Tecnologia conta com uma equipe especializada trabalhando exclusivamente no processo de convergência às normas estabelecidas e na implantação do novo PCASP através do módulo GovNet.

07.2.1. Objetivos do PCASP

Os objetivos gerais do PCASP correspondem ao estabelecimento de normas e procedimentos para o registro contábil das entidades do setor público e a viabilizar a consolidação das contas públicas.

Seus objetivos específicos são:

1. Atender as necessidades de informação das organizações do setor público;
2. Observar formato compatível com as legislações vigentes, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP;
3. Adaptar-se, tanto quanto possível, às exigências dos agentes externos, principalmente às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (NICSP).

07.2.2. Diretrizes:

1. Padronização dos registros contábeis das entidades do setor público de todas as esferas de governo, envolvendo a administração direta e indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes - de todas as esferas de governo;
2. Harmonização dos procedimentos contábeis com os princípios e normas de contabilidade, sempre observando a legislação vigente;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



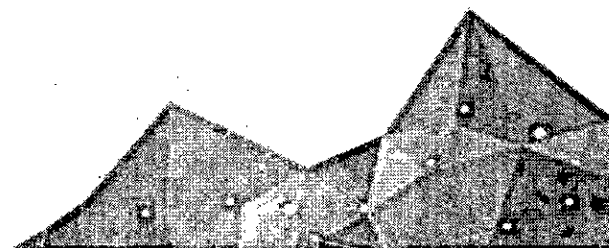
3. Adoção de estrutura codificada e hierarquizada em classes de contas, contemplando as contas patrimoniais, de atos potenciais, de resultado e de planejamento e execução orçamentária além daquelas com funções precípua de controle;
4. Flexibilidade para que os entes detalhem, conforme suas necessidades, os níveis inferiores das contas a partir do nível seguinte ao padronizado;
5. Controle do patrimônio e dos atos de gestão que possam afetá-lo, assim como do orçamento público, demonstrando a situação econômico-financeira da entidade;
6. Distinção de institutos com conceitos e regimes próprios em classes ou grupos, como no caso de patrimônio e orçamento, mantendo-se seus relacionamentos dentro de agrupamentos de mesma natureza de informação;
7. Preservação dos aspectos orçamentários em seus conceitos, regime de escrituração e demonstrativos, com destaque em classes ou grupos de modo a possibilitar visões sob os enfoques patrimonial, orçamentário ou fiscal;
8. Inexistência de necessária vinculação entre as classificações orçamentária e patrimonial;
9. Possibilidade de extração de informações de modo a atender seus usuários.

07.3. Módulo Gestão Financeiro

A administração financeira em qualquer município tem um papel importante nas tomadas de decisão em relação ao planejamento e na gestão de pública de um modo geral. Seu resultado reflete diretamente nas consequências futuras. É importante que suas ações sejam elaboradas estrategicamente a fim de que o planejamento tenha resultados esperados pelo gestor.

07.3.1. Aplicações Técnicas:

1. Gera arquivos, em meios eletrônicos, contendo dados detalhados de todos os pagamentos a serem efetivados pelo sistema bancário para diversos bancos através do movimento de ordem bancária gerado, controlando o número de remessa destes arquivos por unidade gestora;
2. Gera integração automática dos descontos dos pagamentos e das liquidações na receita, através da transposição de consignação;
3. Permite a emissão de cheques e respectivas cópias para contabilização posterior;
4. Concilia os saldos das contas bancárias, emitindo relatório de conciliação bancária, permitindo configuração do formulário de acordo com as necessidades da entidade;
5. Permite a anulação parcial ou total de uma determinada receita;

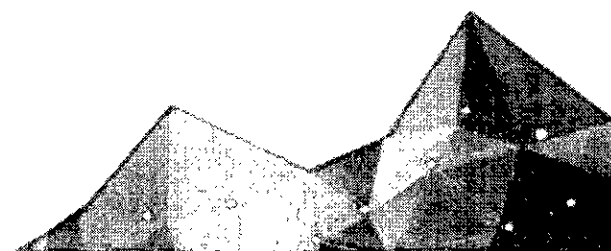




Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



6. Possui total integração com o sistema contábil efetuando a contabilização automática dos pagamentos e recebimentos efetuados pela tesouraria;
7. Controla os talonários de cheques em poder da tesouraria para que nenhum pagamento (com cheque) seja efetuado sem o respectivo registro, registrar e fornece relatórios sobre os pagamentos efetuados por banco/cheque;
8. Permite a identificação do contribuinte ou instituição arrecadadora para todas as receitas arrecadadas;
9. Projeta o fluxo de caixa mensal tomando por base a previsão e a execução diária de entradas e saídas financeiras, inclusive saldos;
10. Possibilita o controle do pagamento de empenho, restos a pagar e despesas extras, em contrapartida com várias contas pagadoras;
11. Possibilita o registro do pagamento da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários;
12. Disposição de recurso que permita a tesouraria registrar todas as movimentações de recebimento e de pagamento, controlar caixa, bancos e todas as operações decorrentes, tais como: Emissão de Cheques e Cópia de Cheques, Livros, Demonstrações e o Boletim de Caixa;
13. Permite o lançamento de investimento, aplicações e todos os demais lançamentos de débito/crédito e transferências bancárias. Controlar os saldos bancários, controlar todos os lançamentos internos e permitir os lançamentos dos extratos bancários para gerar os relatórios necessários;
14. Controla a movimentação de pagamentos (nas dotações orçamentárias, extra orçamentárias e restos a pagar) registrando todos os pagamentos efetuados contra caixa ou bancos, gerando recibos permitindo anulações, efetuando os lançamentos automaticamente;
15. Emite todos os relatórios diários necessários ao controle da tesouraria, classificados em suas respectivas contas;
16. Possui ferramenta em que possam ser renumerados, de forma automática e organizada, as ordens de pagamento, os pagamentos e os talões de receita, seguindo a ordem cronológica;
17. Permite a importação de dados da receita e da despesa para o financeiro;
18. Possibilita o cadastro de recibo de pagamento onde o usuário poderá informar o empenho e os descontos efetuados para posterior impressão do recibo e assinatura do fornecedor;
19. Possibilita o pagamento de liquidações através dos documentos, cheques e ordem bancária, ou pelo pagamento direto;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



20. Permite que os lançamentos da receita (arrecadação, previsão atualizada) sejam controlados por unidade gestora, sendo que a unidade gestora consolidadora apenas poderá consultar estes lançamentos;
21. Permite o reajuste das previsões de receita através dos índices definidos na Lei Orçamentária e/ou Lei de Diretrizes Orçamentárias, com ou sem arredondamento;
22. Propicia baixa de tributos, dívida ativa e demais arrecadações municipais por lote (arquivo bancário) ou individualmente;
23. Permite registro de todas as movimentações de recebimento e de pagamento, controlar caixa, bancos e todas as operações decorrentes, tais como: Emissão de Cheques e Borderôs, Livros, Demonstrações e o Boletim, registrando automaticamente os lançamentos;
24. Permite registro e fornecimento de relatórios sobre os pagamentos efetuados por banco/cheque;
25. Manutenção de cadastro de bancos e as agências bancárias;
26. Manutenção do cadastro de contas bancárias.

07.4. Módulo Planejamento

O Módulo Planejamento é uma ferramenta para planejamento de ações direcionadas às estratégicas da administração pública e para controle de programas na gestão dos quatro anos. O resultado pela coordenação do documento de planejamento são as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais. Nesse sentido, o Planejamento foi desenvolvido para atender à necessidade de planejamento e para acompanhamento de suas ações de governo.

07.4.1. Características:

1. Possui relatórios dos dados cadastrais;
2. Permite o cadastramento das Unidades de Medida nas serem utilizadas nas ações;
3. Emite os anexos que compõem o Planejamento, inclusive o Projeto de Lei, consolidando a administração direta e indireta;
4. Permite cadastro da despesa para exercício do quadriênio;
5. Permite configurar permissões de acesso para que usuários tenham permissões de acesso aos cadastros para consultas, mas sem permissão para efetuar alterações;
6. Possibilita configurar assinaturas para emissão de relatórios;



7. Possibilita a configuração da receita e da despesa para controles, como de gastos com o FUNDEF, saúde, educação, saúde, pessoal, evolução e projeção, informação de metas, justificativas, entre outros;
8. Permite Cadastro das Despesas, relacionando por unidade de medida ou produto.

07.5. PBA - Plano Bimestral de Administração

O Plano Bimestral de Administração [Módulo PBA] estabelece os projetos e os programas no setor público com o propósito de definir objetivos e diretrizes da ação administrativa para um período bimestral.

07.6. PPA - Plano Plurianual

1. Permite o cadastramento de vários quadriênios, possibilitando a flexibilidade de ser informado quais os anos que compõem o quadriênio ou informar o ano inicial e final do período;
2. Totalmente adaptado às novas situações do artigo 165 da Constituição Federal, Decreto nº 2829/98 e das Portarias Interministeriais nº 42/99, nº163/01 e nº 219/04;
3. Possui tabela cadastral contendo todas as categorias econômicas de acordo com a legislação vigente (Portaria STN nº 163/01 e nº 303/05);
4. Permite o levantamento dos programas com seus indicadores e índices, incluindo os valores gastos por fonte de financiamento;
5. Possibilita o estabelecimento de metas quantitativas e financeiras para os programas de governo e suas respectivas ações;
6. Permite a descrição das ações, como também a definição do produto, situação, base legal e das metas físicas e financeiras pretendidas para cada período;
7. Emite os demonstrativos de gastos com saúde e educação;
8. Possibilita o cadastramento de fundamentos legais, tais como: Portarias, Decretos, Leis etc;
9. Possibilita gerar os anexos e planilhas para envio ao legislativo;
10. Permite a elaborar o Plano Plurianual – PPA, objetivando planejar as ações governamentais de longo prazo com duração continuada, conforme dispõe o Artigo nº 165 CF e LOM;
11. Permite o cadastramento das unidades de medida a serem utilizadas nas ações;
12. Emite os anexos que compõem o Plano Plurianual Municipal, inclusive o projeto de Lei consolidando a administração direta e indireta;
13. Permite cadastro das despesas;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



14. Emite relatórios que identifiquem e classifiquem os programas de governo;
15. Emite relatórios que identifiquem e classifiquem as ações governamentais;
16. Possibilita o estabelecimento de metas quantitativas e financeiras para os programas de governo e suas respectivas ações;
17. Permite o cadastramento de regiões e indicadores a serem utilizadas nos programas.

07.7. LDO - Lei das Diretrizes Orçamentárias

1. Permite o planejamento estratégico estabelecendo as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública, ano a ano, que deverá constar na Lei de Diretrizes Orçamentária Anual (LDO);
2. Possibilita que seja informada a renúncia da receita e as formas de compensação;
3. Permite a emissão dos anexos das Portarias nº 470 e nº 471 referentes aos riscos e metas fiscais;
4. Apresenta simplicidade no cadastramento da Lei;
5. Possibilita comparação dos valores constantes na LDO com os valores constantes da LOA;
6. Permite a elaboração da LOA;
7. Emite diversos anexos e relatórios que integrarão a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
8. Permite o cadastramento de metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, para a elaboração da lei orçamentária anual;
9. Permite o cadastramento dos anexos de metas e riscos fiscais, exigidos pela LRF e padronizados pela Secretaria do tesouro Nacional;
10. Permite a seleção dos programas incluídos no PPA, aqueles que terão prioridade na execução do orçamento subsequenciando que o mesmo também está totalmente adaptado às novas situações do Artigo nº 165 da Constituição Federal, Decreto nº 2829/98;
11. Controla a seleção das metas e prioridades;
12. Apresenta facilidade na localização dos registros;
13. Possui acompanhamento dos valores planejados na LDO com a execução orçamentária na contabilidade;
14. Permite a seleção automática dos programas, ações, com suas metas e prioridades assim já lançados no sistema integrado do PPA;
15. Permite a descrição das ações, como também a definição do produto, base legal e das metas físicas e financeiras pretendidas para o ano que está sendo elaborado;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



16. Emite demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores;
17. Demonstrar a evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
18. Emite demonstrativo da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos;
19. Emite demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

07.8. Módulo Dívida Ativa

O objetivo é agilizar e otimizar o processo de cobrança desses débitos, além do seu acompanhamento até a realização do ajuizamento. Possibilita a emissão e o controle de notificações, a emissão de petições para cobrança judicial em texto definido pelo usuário e o controle sobre as fases da cobrança judicial e liberação desta cobrança.

07.8.1. Características Técnicas:

1. Possibilita gerencia e administração de todos os tributos inscritos em dívida ativa também em função de sua origem (IPTU, ISSQN, taxas e contribuição de melhoria);
2. Possibilita a inscrição em dívida ativa dos tributos e outras receitas vencidas e não pagas, de acordo com a legislação;
3. Propicia a emissão dos livros de dívida ativa (termos de abertura e encerramento e fundamentação legal);
4. Possibilita o controle de descontos, remissão com a possibilidade de verificação de débitos de outros módulos para concessão ou não do mesmo, observada a legislação aplicável;
5. Possibilita o englobamento e o parcelamento de débitos para cobrança, inclusive com limitação de valores mínimos para cada parcela de dívidas executadas ou não;
6. Contém rotinas de movimentações e alterações de dívidas por digitação de baixas, anistias, pagamentos, cancelamentos, estornos e outras hipóteses de extinção do crédito tributário;
7. Controla as dívidas ativas, gerando informações sobre o ato da inscrição (livro, folha, data e número da inscrição), com cálculos de atualizações e acréscimos legais;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



8. Possibilita a centralização dos procedimentos de baixa e controle de arrecadação em módulo específico, de forma que a baixa possa ser automatizada para todos os tributos, tarifas, contribuição de melhoria e dívida ativa, em setor específico;
9. Permite o parcelamento e reparcimento de débitos, em até 99(noventa e nove) parcelas e/ou outro limite previsto na legislação, com possibilidade de escolha entre parcelas expressas em indexador ou em moeda corrente nacional;
10. Permite a exclusão ou estorno dos parcelamentos que possuam três parcelas consecutivas em atraso, retornando o saldo remanescente para a dívida, desconsiderando eventuais descontos a partir do respectivo fato gerador.

07.9. Bens Patrimoniais

O levantamento de patrimônio possui uma dinâmica difícil quando se utilizam os sistemas atuais como numeração para leitura visual ou códigos de barras, prolongando o tempo de execução, exigindo uma equipe de pessoas destacadas para que esta tarefa seja feita com agilidade, onerando os recursos da empresa. Já o controle de patrimônio (controle de bens móveis) exige uma supervisão permanente e dependendo do tamanho e arquitetura da empresa, nem sempre é possível fazê-la com eficácia.

O sistema de Gestão de Patrimônio foi concebido para plataforma WEB. Toda operação do sistema é feita por meio de uma página acessada com um endereço pré-definido (URL) pelo navegador (browser) instalado na máquina do usuário. O acesso ao está condicionado primeiramente ao usuário ter permissões destinadas a um dos Módulos: Patrimônio (Compras, Almoxarifado ou Bens Móveis).

07.9.1. Características Técnicas:

1. Controla contábil: plano de conta conforme PCASP - Plano de Contas Aplicadas ao Setor Público;
2. Controla de bens em poder de funcionários;
3. Controla de bens intangíveis;
4. Controla da verba por projeto;
5. Controla físico dos bens: Secretaria (Unidade), Setor, Departamento, Seção Controle de bens inservíveis: situação funcional do bem, bens fora de uso (ociosos) e irrecuperáveis;
6. Controla da localização física: Endereço da Unidade, Prédio estruturado por andar, sala, etc;
7. Controla quantitativo de bens e movimentações parciais por quantidade de bens movimentados;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



8. Controla de bens em poder de terceiros e controle bens de terceiros;
9. Controla físico de bens de pequeno valor;
10. Controla de imóveis: terrenos, edificações, parques, etc;
11. Fotos do bem e Imagem de documentos.

07.10. Protocolo e Documentos

Sistema de Protocolo Eletrônico de Documentos é um módulo GovNet/Link3 que possibilita a integração completa do controle na troca de documentos internos e externos dos departamentos da Administração Pública. Hoje o controle do Protocolo por método eletrônico tornou-se o grande elo dos setores públicos.

O módulo de Protocolo servindo de ponte entre o Governo e o Cidadão, facilitando assim o registro e o controle do tráfego de processos de cada setor, proporcionando resultado preciso das informações. Através do sistema, tanto o usuário como o cidadão podem acompanhar o andamento dos documentos protocolados das tramitações nos departamentos, até o seu arquivamento por deferimento ou não.

07.10.1. Características Técnicas:

O módulo de protocolo e controle de processos deve possibilita o registro de qualquer tipo de documento, com registro do seu recebimento e tramitações, até seu encerramento, fornecendo informações rápidas e confiáveis:

1. Possibilita que a parametrização da sequência da numeração dos processos pode ser criada pelo próprio usuário, bem como poder definir se a sequência por ano, mês, origem e espécie;
2. Permite registrar os pareceres sobre o processo, histórico de cada trâmite sem limite de tamanho de parecer;
3. Permite controlar toda tramitação dos processos dentro da instituição, entre usuários e órgãos que possuam acesso aos programas;
4. Possui rotina de arquivamento de processos com identificação de sua localização física;
5. Possui recurso de assinatura eletrônica para envios e recebimentos de processos utilizando a certificação digital;
6. Emite relatório de etiqueta de processo;
7. Emite etiquetas de protocolo com código de barras;
8. Permite que a etiqueta de protocolo possa ser parametrizada pelo próprio usuário, permitindo-lhe selecionar campos a serem impressos, incluindo a senha de consulta pela internet bem como selecionar a disposição desses campos dentro do corpo da etiqueta;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



9. Possui integração com o módulo de tributário, verificando no ato da inclusão de um processo se o contribuinte possui débitos fiscais junto ao Município;
10. Possui parametrização no qual o próprio usuário pode definir se, ao gravar um processo, o sistema não vai criticar, vai criticar e vai criticar e bloquear contribuintes com débitos fiscais;
11. Possui recurso de abertura de volume para processo, bem como informando o número do volume, data de abertura e responsável;
12. Promove o sigilo das informações permitindo que somente o próprio requerente possa consultar dados relativos aos seus processos;
13. Possibilita a digitalização e inclusão de imagens ou de outros documentos relacionados ao processo;
14. Possibilita que todo o documento ou imagem anexado ao processo possa ser assinado eletronicamente.
15. Disponibiliza a protocolização a qualquer departamento da entidade.

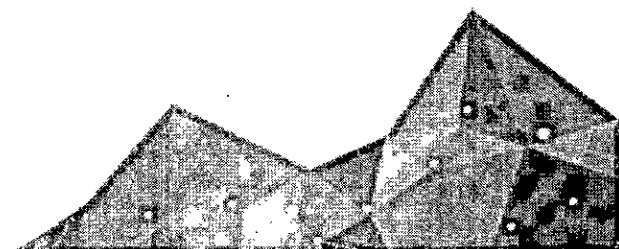
07.11. Recursos Humanos

O módulo Gestão de Recursos Humanos é um sistema completo e ágil. Concebido e projetado para especificamente para área pública, o programa proporciona ao departamento de Recursos Humanos manter atualizados os dados dos servidores, permitindo o cálculo, processamento e emissão de contracheques, ocultos ou abertos folhas, relatórios e controle de salário-família.

07.11.1. Funcionalidades:

Composto dos tradicionais subsistemas de folhas de pagamento e completo registro histórico funcional com o cadastro das pessoas sob controle do sistema:

1. Secretárias e seus dependentes;
2. Parametrização das verbas;
3. Controle da movimentação adicional e rescisório;
4. Avaliação física e intelectual;
5. Integração com os bancos para pagamento de salários e vencimentos;
6. Ficha financeira;
7. Registros dos atos diversos de licenças, afastamentos;
8. Aumentos salariais, IRRF; RAIS; SEFIP;
9. Elaboração automática de um plano de cargos e salários.





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



10. Além de gerar as informações por meio magnético em formato compatível com o sistema do Banco do Brasil, Caixa Econômico Federal, Bradesco, e Bancos estaduais, para envio por ordem; gera arquivos com as informações para tribunal de contas.

07.11.2. Cadastro Funcional:

A solução possui uma estrutura de cadastro alterável pelo o usuário em tempo de execução; gerador de relatórios; cálculo do número de dependentes baseado em cadastro próprio; fichário para anotações e controle da vida funcional.

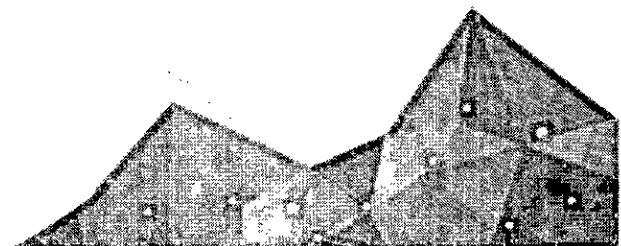
1. Possibilita a utilização de tabela Cargos/Salários;
2. Possibilita a manutenção na estrutura cadastral, permitindo que o cadastro seja flexível para a inclusão de novos campos funcionais;
3. Permite que se transfira dados cadastrais para um arquivo morto;
4. Possibilita a obrigatoriedade na inclusão de dados cadastrais;
5. Permite que se possa dividir o cadastro em seções e ordená-lo;
6. Permite a utilização de dados cadastrais na Folha de Pagamento;
7. Disponhe de um fichário por funcionário.

07.11.3. Cadastro de Dependente:

1. Permite a pesquisa do dependente por Chapa ou Nome do funcionário;
2. Controla a exclusão de dependente, assim que atingir a idade limite para cálculos de Salário Família e Imposto de Renda.
3. Possui Rotina de Processamentos Cargos/Salários;
4. Permite a Manutenção dos Cargos e Salários;
5. Controla os Valores Salariais por referências;
6. Armazena os códigos de CBO para cada cargo;
7. Aceita cada cargo com vários níveis salariais.

07.11.4. Rotina de Processamento Arquivo para Folha:

1. Está rotina deverá permitir que informações cadastrais sejam enviadas para Folha de Pagamento, liberando assim os dados mais convenientes para a manutenção no pagamento mensal;
2. A Solução deverá permitir a emissão dos seguintes Relatórios:
3. Cargos e Salários;
4. Tabela Salarial;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



5. Tabela de Cargos;
6. Ficha Cadastral;
7. Estrutura do Cadastro;
8. Tabelas do Sistema;
9. Dependentes e Pensionistas;
10. Relatório Estatístico;
11. Lotação por Local de Trabalho;
12. Classificação Funcional;
13. Etiqueta para Cartão de Ponto;
14. Vida Funcional.

07.11.5. Rotina de FGTS:

1. Gera arquivo de pagamento;
2. Analisa o arquivo gerado pelo sistema SEFIP (da CEF);
3. Gera o arquivo analisado do sistema SEFIP.

07.12. Folha de Pagamento

A solução deve ser responsável pelo cálculo e emissão de Folhas de Pagamento, considerando a base de dados disponibilizada pelo sistema de Recursos Humanos e possibilitando folhas complementares, adiantamentos quinzenais, décimo terceiro, férias e rescisão contratual. A solução estar integrada com sistema de gerenciamento de Recursos Humanos.

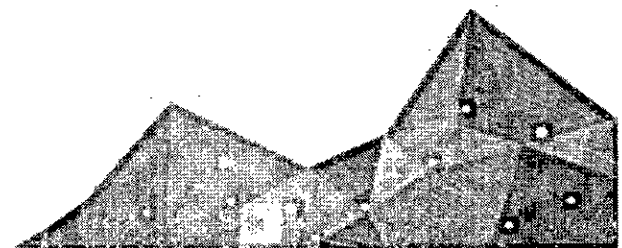
07.12.1. Cadastro Funcional:

1. Permite migrar do sistema de Recursos Humanos o cadastro, permitindo trabalhar com informações cadastrais que lhe forem convenientes;
2. Permite consultas nas fichas dos funcionários, não permitindo que sejam efetuadas alterações.

07.12.2. Consulta de Holerite de Rotina de Atualização:

Permite que informações cadastrais sejam importadas pelo sistema, liberando assim os dados mais convenientes para a manutenção no pagamento mensal.

07.12.3. Pagamento:





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



Permite consulta dos valores processados nos cálculos, informando a chapa dos funcionários.

07.12.4. Rotina de Consulta do Sumário da Folha:

1. Permite consultar o sumário da Folha de Pagamento, sendo ele filtrado por local de trabalho, verbas ou não;
2. Possibilita a totalização do sumário na tela em consulta (total contas saldo, saldo, total das contas de vencimento).

07.12.5. Rotina de Lançamentos por Funcionário Mês Atual:

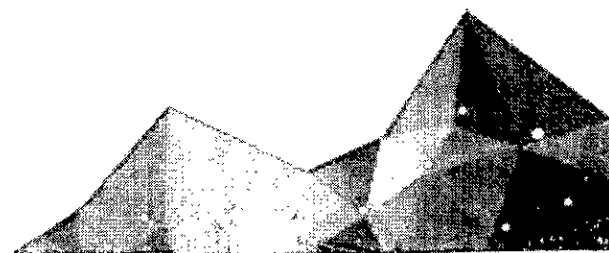
1. Permite lançar pela Chapa do Funcionário na Competência atual;
2. Permite alterações nos lançamentos já efetuados;
3. Utiliza tecla para pesquisa pelo código da Conta.

07.12.6. Rotinas de Lançamentos por Conta Mês Atual:

1. Permite lançamento por código da conta na competência atual;
2. Permite alterações nos lançamentos já efetuados;
3. Possibilita que em cada conta selecionada sejam informadas as chapas dos funcionários com os valores dos lançamentos;
4. Permite que cada lançamento obtenha um prazo, ou seja, que indique a duração do lançamento, sendo utilizado para lançamentos que possuam um limite de tempo determinado.

07.12.7. Rotina de Lançamento Rápido Mês Atual:

1. Permite lançamento por chapa do funcionário / código da conta na competência atual;
2. Permite alterações nos lançamentos já efetuados;
3. Contém rotina de tabelas de cálculos;
4. Permite o cadastro de tabelas, para manipulação de limites de valores;
5. Permite apresentar um quadro onde poderá incluir, excluir ou alterar as tabelas;
6. Possibilita o uso destas tabelas nas fórmulas de cálculo para calcular: Imposto de Renda, INSS, Salário Família;
7. Possibilita o uso desta tabela em níveis: do limite superior de cada faixa, percentual aplicado para este nível, uma dedução a ser aplicada, um valor fixo para desconto ou vencimento.





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



07.12.8. Rotina Tabelas Variáveis Mensais:

1. Permite que sejam manipuladas variáveis com valores ou datas;
2. Possibilita o uso destas variáveis nas fórmulas de cálculo: valor de salário Mínimo, data do fechamento do mês de pagamento;
3. Permite que toda a atualização dos valores e datas sejam gravadas a hora e data da última atualização efetuada.

07.12.9. Rotina Cálculo da Folha de Pagamento:

1. Permite que o usuário escolha a fórmula a ser processada dentro do mês;
2. Possibilita o cálculo individual ou de todos os funcionários;
3. Possibilita que em qualquer cálculo efetuado, os arquivos de empenho e de sumário gerados em cálculos anteriores sejam apagados; para garantir que os mesmos estejam sempre atualizados com o último cálculo efetuado.

07.12.10. Rotina Cálculo do Sumário da Folha:

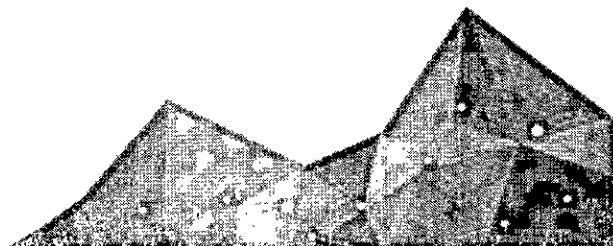
1. Permite a totalização das contas utilizadas nos cálculos da Folha;
2. Contém Rotina Adiantamentos, Cálculo de Quinzena ou 13º. Salário;
3. Permite que o usuário escolha a fórmula a ser processada no adiantamento ou no 13º. Salário;
4. Possibilita o cálculo individual ou de todos os funcionários;
5. Permite a alteração ou exclusão de valores calculados.

07.12.11. Rotina Cálculos Anuais:

1. Permite execução de fórmulas anuais como informe de rendimentos e outros;
2. Possibilita o cálculo individual ou de todos os funcionários.

07.12.12. Rotina Relatórios Fixos:

Possibilita que todos os relatórios sejam emitidos em Impressoras, arquivos para transporte ou em tela visualizando seu todo;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser



07.12.13. Principais Relatórios:

- | | |
|---|--|
| 1. Holerite; | 10. Fórmulas de cálculo; |
| 2. Folha de pagamento (relatório, sumário, comparativo, crítica); | 11. Variáveis do sistema; |
| 3. Salário família, | 12. Contas do sistema; |
| 4. Crédito bancário; | 13. Relatório de valores para empenho; |
| 5. Valores acumulados; | 14. Documentos diversos; |
| 6. Valores de previdência; | 15. Rol de pensão alimentícia; |
| 7. FGTS; | 16. Consistência de lançamentos; |
| 8. Imposto de Renda Retido na Fonte; | 17. Relatório de páginas; |
| 9. Resumo de contas; | 18. Lançamentos futuros. |

07.12.14. Rotina Etiquetas Geradas:

1. Permite a criação de etiquetas com base nos campos cadastrais;
2. Possibilita alterações nas etiquetas já geradas;
3. Permite que cada etiqueta mantenha suas medidas, ou seja, o tamanho da etiqueta, o número de colunas e de linhas.

07.12.15. Rotina Gerar Credito Bancário:

1. Prepara arquivo a ser enviado ao Banco, para que seja efetuado o crédito da Folha de Pagamento nas contas dos servidores;
2. Permite parametrização da data do pagamento e do banco a ser efetuado o crédito;
3. Gera arquivo para transferência bancária via modem.

07.12.16. Rotina Gerar RAIS:

1. Prepara arquivo contendo as informações sobre a RAIS;
2. Permite que as informações sobre a RAIS sejam flexíveis para atualizações à medida que novas regras forem definidas pelos órgãos competentes;
3. Permite o registro de informações necessárias do cadastro e ter os valores em contas específicas;
4. Permite que este arquivo seja criticado ou validado pelo programa designado.





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



M 000033

07.12.17. Rotina Gerar DIRF:

1. Prepara arquivo contendo as informações sobre a DIRF;
2. Permite que as informações sobre a DIRF sejam flexíveis para atualizações à medida que novas regras forem definidas pelo órgão competente;
3. Permite o registro de informações necessárias do cadastro e ter os valores em contas específicas;
4. Permite que este arquivo seja criticado ou validado pelo programa designado.

07.12.18. Rotina Gerar FGTS:

1. Prepara arquivo mensal contendo as informações sobre o FGTS;
2. Permite que as informações sobre o FGTS sejam flexíveis para atualizações à medida que novas regras forem definidas pelo órgão competente;
3. Permite o registro de informações necessárias do cadastro e ter os valores em contas específicas;
4. Permite que este arquivo seja criticado ou validado pelo programa designado.

07.12.19. Rotina Gerar Remessa TCM:

1. Prepara o arquivo mensal contendo as informações sobre os servidores/pagamentos;
2. Permite que as informações sobre a Remessa sejam flexíveis para atualizações à medida que novas regras forem definidas pelo órgão competente.

07.12.20. Rotina Exportar Arquivo:

Esta rotina deverá permitir que os dados sejam exportados, para arquivos, para fins de: Crédito Bancário e outros.

07.12.21. Rotina layout de holerite:

1. Permite definir layout de holerite por meio de parâmetro;
2. Permite definição de vários tipos de holerite.

07.12.22. Rotina Competência:

1. Permite o encerramento das competências atuais para a criação de novas competências;
2. Permite mudar para competências anteriores, para executar consultas e ao mesmo tempo liberar provisoriamente se necessário;
3. Permite a criação de suplementares para cálculos aparte da folha de pagamento normal;
4. Permite que as competências possam ser copiadas, bloqueadas e/ou mesmo zerados os valores das Suplementares indicadas;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



5. Permite que sejam criados arquivos texto com informações da folha de pagamento.

08. DATA CENTER - IDC

O IDC - Data Center adotado pela Link3 pode oferecer recursos de processamento e armazenamento de dados, através de uma estrutura de alta segurança, flexibilidade e com monitoramento do ambiente 24 (vinte e quatro horas) por dia, 07 (sete dias) na semana, 365 dias por ano. Através da infraestrutura do data center a solução de hospedagem e gerenciamento de conteúdo, pode ser suportada por mecanismos de segurança da informação relacionados à integridade, privacidade e autenticidade dos dados.

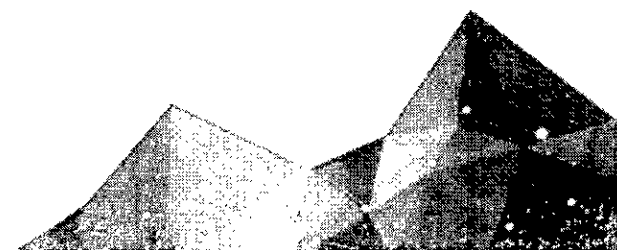
08.1. Infraestrutura:

O serviço de hospedagem propõe fornecer infraestrutura e gerenciamento de ambiente, com o objetivo de atender as necessidades do cliente, no escopo de:

1. Disponibilidade de computadores/servidores de arquivos e banco de dados;
1. Exclusividade de servidor de dados;
2. Instalação, atualização, manutenção dos aplicativos e do sistema operacional, e conteúdo dos equipamentos, assim como o fornecimento das licenças necessárias para o uso dos aplicativos e demais componentes de software e hardware necessários às aplicações;
3. Disponibilidade de visita do cliente às nossas instalações, salvo de um prévio de agendamento (mínima de 24 horas), com envio de e-mail ou fax;
4. Resposta rápida, de acordo com garantias de atendimento previstas em contrato;
5. Relatórios periódicos contendo a auditoria de segurança, que serão enviados para o cliente.

08.2. Ambiente de Hospedagem:

1. Servidor próprio com processador Xeon Quad-Core com 12GB RAM;
2. Discos SAS configurados em RAID 5 disponibilizando 800 GB;
3. Fontes alimentadoras redundantes;
4. Firewall com monitoramento da rede e específico para a aplicação;
5. Softwares para gerenciamentos de backups;
6. Rede de dados interna para realização de backups não comprometendo link de acesso;
7. Licenciamento de todos os softwares necessários;
8. Ambiente climatizado e desumidificado com controle de temperatura a 21 graus Celsius garantindo um funcionamento regular dos equipamentos e eliminando a probabilidade de mal funcionamento por aquecimento excessivo;
9. Ambiente com central de incêndio micro processada monitorando todo o complexo através de sensores ópticos de fumaça;





Prático como você precisa.
Completo como deve ser.



10. Rigoroso controle de acesso físico com monitoramento 24x7x365;
11. Geradores de 450 KVA com autonomia de funcionamento sem interrupções;
12. Redundância de rede wan com link de 02 Mbit/s exclusivos para a aplicação com garantia de funcionamento 24x7;
13. Servidor alternativo configurado e atualizado, disponível fora do ambiente físico, para casos de grandes catástrofes.

09. ATENDIMENTO AO CLIENTE

Para garantir o correto entendimento das condições de prestação de serviço, seguem algumas definições de termos utilizados no corpo da proposta:

09.1. Ocorrência de Suporte:

Atendimento efetuado ao cliente procurando resolver algum problema técnico reportado por este ou encaminhar questões dependentes de pesquisa. Uma ocorrência só é aberta mediante autorização do cliente e caracteriza-se pela necessidade de dispêndio de tempo da equipe técnica na busca de uma solução para o problema.

09.2. Atendimento Telefônico:

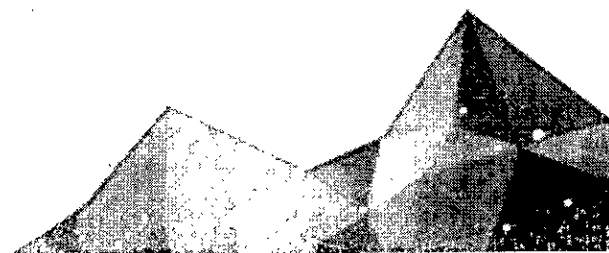
Tentativa de resolução do problema ou esclarecimento das dúvidas através de telefone, pressupondo a existência de profissionais com o suficiente conhecimento técnico em ambos os lados para que haja uma interação adequada.

09.3. Atendimento Local:

Visita técnica pelo analista através da presença física nas instalações do cliente. Os chamados de suporte podem ser corretivos ou preventivos, assim classificados de acordo com sua origem e os seguintes critérios:

Chamadas Corretivos: Têm origem em alguma falha ou problema existente nas instalações do cliente e serão tratados em caráter emergencial a partir de contato desta, passando pelas fases de atendimento telefônico, atendimento remoto e atendimento local, conforme a necessidade e urgência. O objetivo principal, nestes casos, é o de restaurar a funcionalidade dos serviços afetados pela falha, buscando a operacionalidade no menor tempo possível.

Chamadas Preventivos: São as atividades planejadas, normalmente caracterizadas por atendimento local e agendadas. Nos casos de chamados preventivos, os objetivos finais poderão ser discutidos e analisados com o cliente.





Solução avançada
para gestão pública.

M 000036



PROPOSTA TÉCNICA COMERCIAL

01. Dados do Cliente

Razão Social: SEC. MUN. DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO	Cotação: 0230-SE/2019	Data: 06/08/2019
CNPJ 06.113.056/0001-39	Prazo de validade da Proposta: 60 (SESSENTA) DIAS	
Endereço: PÇ ANTÔNIO CARLOS VALADARES, S/N CENTRO – NOSSA SENHORA DO SOCORRO / SE		
Responsável Técnico: JOHN LENO VIEIRA DOS SANTOS	Função: ANALISTA DE NEGÓCIOS	
Profissional Responsável: JOELMA CORDEIRO OLIVEIRA	Função: GERENTE DE CONTRATOS	

02. Institucional

A Link3, sempre preocupada em garantir a conformidade e normatização da Administração Pública, acompanha as mudanças pertinente ao setor público. Com expertise comprovada, a empresa propõe soluções inovadoras para diversas área Administrativa e Planejamento Municipal: **Planejamento Municipal, Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil, PPA; LDO; LOA; Gestão de Patrimônio; Gestão de Protocolo; Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Gestão de Controle Interno; Compras, Licitações e Contratos; Gestão de Tributos; Gestão de Materiais e Almoxarifado; Serviços da Administração na Internet (webservices); Portal da Transparência; Informações Gerenciais - BI; Compras de Bens e Serviços; Administração de Contratos e Serviços; Controle de Processo; GED, Ação Social e Portal da Transparência;** a fim as necessidades deste órgão.

Através de aplicação do nosso framework, auxiliamos s clientes a implantarem estratégias de maneira alinhada aos processos de negócio, contemplando as soluções e correções quando necessárias para fornecer um serviço de qualidade e eficiência.

A empresa detém a exclusividade por ser desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização de seus softwares/sistemas em todo território nacional. A nossa tecnologia é comprovada em diversos órgãos, como nos estados da Bahia, Sergipe, Amapá, Roraima, Alagoas e Rondônia, injetando excelência e precisão.

03. Objeto:

Contratação de empresa para prestar assessoria e consultoria em modernização da administração pública, com o escopo de desenvolvimento institucional do município, através do **ERP GovNet - Planejamento Municipal, Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil, PPA; LDO; LOA e Portal da Transparência.**



info@link3.com.br
www.link3.com.br



71 2102-6000
71 99603-9607



Rua Pref. João Amarante, 50 - Centro
49120-000 Itaporanga d'Ajuda / SE

04. Premissas da Proposta

Definiu-se como premissa e estratégia para esta proposta a condição de implantação de sistema de gestão modular e integrada, em ambiente WEB, solução está tecnologicamente mais atual no mercado, de acordo com as necessidades de cada área de aplicação.

Faz-se necessária a melhoria dos processos atuais de trabalho relativos ao acompanhamento, atendimento e disponibilização no setor público. Através da execução e implantação dos nossos sistemas e serviços, espera-se assegurar o fortalecimento e a modernização do setor correspondente, assegurando a observância da transparência no manejo dos recursos públicos, proporcionando melhorias na realização das diversas rotinas de trabalho, agilizando, racionalizando e reduzindo gastos.

Com base em análises e sistematização de dados, oferecemos meios eficientes de integração entre todos módulos GovNet com o Portal da Transparência. Isso quer dizer que toda rotina é automática, eliminando a necessidade de intervenção manual ou de controle institucional. Ou seja, todo processo administrativo de uma entidade torna-se automaticamente disponível para consulta. Com isso, os resultados efetivos e necessários para acesso do cidadão no Portal de Transparência são mais eficazes, podendo a qualquer momento a exportação de conteúdo e consultas em arquivos nos formatos PDF, XLS e CSV, através da utilização de URL e parâmetros sistemáticos na ferramenta de relatórios do Portal.

Oferecemos soluções de acordo com o perfil e necessidade de cada cliente, adequando os produtos e serviços, garantindo maior eficácia, produtividade e buscando atender às necessidades de seus usuários.

05. Escopo da Proposta

05.01. Cessão de Direito de Uso de Software:

Licença não exclusiva, não transferível, limitada e condicional aos termos do contrato de Cessão de Direitos de Uso de Software e Prestação de Serviços ("Contrato") para utilizar os softwares listados no item valores e condições de pagamento, que é oferecida ao Cliente, sujeita aos termos e condições estipulados nas cláusulas contratuais.

05.02. Serviços Mensais de Software:

Serviços mensais de software oferecidos ao Cliente, cuja prestação está sujeita aos termos e condições estipulados nesta Proposta e no Contrato.

05.03. Serviços Complementares de Software:

Serviços complementares de software, os quais compreendem, dentre outros, os serviços de implantação, suporte local, fábrica de software e treinamento e não fazem parte do escopo desta proposta e serão objeto de proposta em separado.

06. Sistema ERP GovNet

06.01. Módulo Gestão Pública - (MCASP)

Estamos em um cenário inédito na Contabilidade Pública que é a sua padronização através das NBCASP, MCASP e mais especificamente o PCASP. O fundamento básico do PCASP é procurar demonstrar e evidenciar, em qualquer momento, a realidade do Patrimônio Público. O conhecimento



desta realidade é de suma importância e interesse não só para o cidadão e a sociedade em geral, como para os organismos nacionais e internacionais que necessitam de informações mais precisas sobre a situação econômico-financeira das instituições públicas. A convergência da Contabilidade Pública aos padrões internacionais é, sem dúvidas, uma verdadeira revolução que provoca mudanças radicais na gestão administrativa, desde seus princípios, conceitos e até metodologias. O foco deixa de ser meramente orçamentário e passa a ser patrimonial.

Buscamos, de forma incessante, acompanhar toda essa revolução enfrentando vários desafios e dificuldades, principalmente pela falta de parâmetros disponíveis para as implementações devidas. O PCASP é um dos principais marcos para administração pública, pois muda o conceito de organização das informações contábeis.

06.02. Módulo de Contabilidade

Elabora a Escrituração Contábil e dos seus efeitos; a execução orçamentária; o orçamento; as contas a pagar; permite a escrituração do caixa e bancos; todas as operações pertinentes à tesouraria; impressão de cheques; classificação de natureza de despesa; emite o movimento financeiro e o caixa do dia, além de proporcionar maior agilidade e segurança no registro de todas as transações ocorridas nos órgãos públicos a partir do empenho até o efetivo pagamento, em conformidade às normas e padrões, atendendo à legislação em vigor, como a Lei 4.320/64 e de Responsabilidade Fiscal (LRF). Entre outras inovações, está a ferramenta de exportação dos dados para os Tribunais de Contas. Sua principal característica é versatilidade, sendo capaz de comportar diversos níveis de administração [Municipal, Estadual e Federal].

Aplicações Técnicas:

1. Administração Financeira integrada e independente entre exercícios;
2. Permite a execução de uma tarefa simultaneamente com os acertos finais da anterior;
3. Pode ser implementado nos diversos níveis de administração, além de autarquias, fundações e empresas públicas ou de capital misto;
4. Permite que cada órgão possa definir Planos de Contas, Classificações de Natureza de Despesa ou Receita própria, sem a necessidade de reprogramação do sistema, diminuindo com isso os custos de implantação, sem perda das funcionalidades e detalhamentos exigidos pelos clientes;
5. Emite o Movimento Financeiro e o caixa do dia;
6. Elabora a escrituração contábil nos módulos patrimonial, financeiro, e de compensação em partidas dobradas, e no sistema orçamentário em partidas simples, de conformidade com a Lei 4.320/64 e a Lei Complementar 101/00, inclusive com registro em livro diário;
7. Gera relatórios gerenciais da receita, despesa, restos a pagar, depósitos de diversas origens, bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas e da legislação vigente, bem como Boletim Financeiro Diário;
8. Elabora os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e resolução do Tribunal de Contas;



9. Gera as razões analíticas de todas as contas integrantes dos sistemas financeiro, patrimonial e de compensação;
10. Utilização do histórico, sempre que possível, com textos padronizados, vinculados à classificação da despesa, não permitindo lançamentos indevidos;
11. Anulação total e parcial do empenho e o cancelamento da anulação;
12. Controla o pagamento de empenho, restos a pagar e despesas extras, em contrapartida com várias contas pagadoras;
13. Possibilita inscrever automaticamente no sistema de compensação dos empenhos de adiantamentos, quando da sua concessão, e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas;
14. Controla o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica;
15. Registra o pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários;
16. Permite a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra orçamentário, como no orçamentário, com registros automáticos nos sistemas orçamentário e financeiro;
17. Faz os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos sistemas financeiro, orçamentário, patrimonial e de compensação, a partir da digitação do empenho, conforme o caso;
18. Controla restos a pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando for o caso;
19. Emite notas de pagamento, de despesa extra, de empenhos e de sub-empenhos;
20. Emite ordens de pagamento de restos a pagar, despesa extra e de empenho;
21. Possibilita a consolidação dos balancetes financeiros;
22. Emite relatórios padrão TCE para solicitação de certidão negativa;
23. Possibilita que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho;
24. Permite o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa;
25. Cadastra e controla as dotações constantes do orçamento da Câmara e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários;
26. Cadastra e controla os créditos suplementares e as anulações de dotações.

06.03. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público está passando pelo processo de convergência às normas internacionais. Dentro desse processo, destaca-se o enfoque na contabilidade patrimonial, sem perder o controle e as informações da execução orçamentária da Administração Pública. Outro ponto importante neste processo é a implantação do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, que será obrigatório para todos os municípios a partir do ano de 2013. Assim, faz-se necessário um Plano de Contas padronizado para a Federação com metodologia, estrutura, conceitos e funcionalidades que o tornem versátil e abrangente, permitindo ao país obter informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais consolidadas por esfera governamental.



Para cumprir este desafio, Link3 Tecnologia conta com uma equipe especializada trabalhando exclusivamente no processo de convergência às normas estabelecidas e na implantação do novo PCASP através do módulo GovNet.

06.04. Objetivos do PCASP

Os objetivos gerais do PCASP correspondem ao estabelecimento de normas e procedimentos para o registro contábil das entidades do setor público e a viabilizar a consolidação das contas públicas.

Seus objetivos específicos são:

1. Atender as necessidades de informação das organizações do setor público;
2. Observar formato compatível com as legislações vigentes, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP;
3. Adaptar-se, tanto quanto possível, às exigências dos agentes externos, principalmente às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (NICSP).

Diretrizes:

1. Padronização dos registros contábeis das entidades do setor público de todas as esferas de governo, envolvendo a administração direta e indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes - de todas as esferas de governo;
2. Harmonização dos procedimentos contábeis com os princípios e normas de contabilidade, sempre observando a legislação vigente;
3. Adoção de estrutura codificada e hierarquizada em classes de contas, contemplando as contas patrimoniais, de atos potenciais, de resultado e de planejamento e execução orçamentária além daquelas com funções precípua de controle;
4. Flexibilidade para que os entes detalhem, conforme suas necessidades, os níveis inferiores das contas a partir do nível seguinte ao padronizado;
5. Controle do patrimônio e dos atos de gestão que possam afetá-lo, assim como do orçamento público, demonstrando a situação econômico-financeira da entidade;
6. Distinção de institutos com conceitos e regimes próprios em classes ou grupos, como no caso de patrimônio e orçamento, mantendo-se seus relacionamentos dentro de agrupamentos de mesma natureza de informação;
7. Preservação dos aspectos orçamentários em seus conceitos, regime de escrituração e demonstrativos, com destaque em classes ou grupos de modo a possibilitar visões sob os enfoques patrimonial, orçamentário ou fiscal;
8. Inexistência de necessária vinculação entre as classificações orçamentária e patrimonial;
9. Possibilidade de extração de informações de modo a atender seus usuários.

06.05. Módulo Gestão Financeiro

A administração financeira em qualquer município tem um papel importante nas tomadas de decisão em relação ao planejamento e na gestão de pública de um modo geral. Seu resultado reflete



diretamente nas consequências futuras. É importante que suas ações sejam elaboradas estrategicamente a fim de que o planejamento tenha resultados esperados pelo gestor.

Aplicações Técnicas:

1. Gera arquivos, em meios eletrônicos, contendo dados detalhados de todos os pagamentos a serem efetivados pelo sistema bancário para diversos bancos através do movimento de ordem bancária gerado, controlando o número de remessa destes arquivos por unidade gestora;
2. Gera integração automática dos descontos dos pagamentos e das liquidações na receita, através da transposição de consignação;
3. Permite a emissão de cheques e respectivas cópias para contabilização posterior;
4. Concilia os saldos das contas bancárias, emitindo relatório de conciliação bancária, permitindo configuração do formulário de acordo com as necessidades da entidade;
5. Permite a anulação parcial ou total de uma determinada receita;
6. Possui total integração com o sistema contábil efetuando a contabilização automática dos pagamentos e recebimentos efetuados pela tesouraria;
7. Controla os talonários de cheques em poder da tesouraria para que nenhum pagamento (com cheque) seja efetuado sem o respectivo registro, registrar e fornece relatórios sobre os pagamentos efetuados por banco/cheque;
8. Permite a identificação do contribuinte ou instituição arrecadadora para todas as receitas arrecadadas;
9. Projeta o fluxo de caixa mensal tomando por base a previsão e a execução diária de entradas e saídas financeiras, inclusive saldos;
10. Possibilita o controle do pagamento de empenho, restos a pagar e despesas extras, em contrapartida com várias contas pagadoras;
11. Possibilita o registro do pagamento da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários;
12. Disposição de recurso que permita a tesouraria registrar todas as movimentações de recebimento e de pagamento, controlar caixa, bancos e todas as operações decorrentes, tais como: Emissão de Cheques e Cópia de Cheques, Livros, Demonstrações e o Boletim de Caixa;
13. Permite o lançamento de investimento, aplicações e todos os demais lançamentos de débito/crédito e transferências bancárias. Controlar os saldos bancários, controlar todos os lançamentos internos e permitir os lançamentos dos extratos bancários para gerar os relatórios necessários;
14. Controla a movimentação de pagamentos (nas dotações orçamentárias, extra orçamentárias e restos a pagar) registrando todos os pagamentos efetuados contra caixa ou bancos, gerando recibos permitindo anulações, efetuando os lançamentos automaticamente;
15. Emite todos os relatórios diários necessários ao controle da tesouraria, classificados em suas respectivas contas;
16. Possui ferramenta em que possam ser renumerados, de forma automática e organizada, as ordens de pagamento, os pagamentos e os talões de receita, seguindo a ordem cronológica;
17. Permite a importação de dados da receita e da despesa para o financeiro;



18. Possibilita o cadastro de recibo de pagamento onde o usuário poderá informar o empenho e os descontos efetuados para posterior impressão do recibo e assinatura do fornecedor;
19. Possibilita o pagamento de liquidações através dos documentos, cheques e ordem bancária, ou pelo pagamento direto;
20. Permite que os lançamentos da receita (arrecadação, previsão atualizada) sejam controlados por unidade gestora, sendo que a unidade gestora consolidadora apenas poderá consultar estes lançamentos;
21. Permite o reajuste das previsões de receita através dos índices definidos na Lei Orçamentária e/ou Lei de Diretrizes Orçamentárias, com ou sem arredondamento;
22. Propicia baixa de tributos, dívida ativa e demais arrecadações municipais por lote (arquivo bancário) ou individualmente;
23. Permite registro de todas as movimentações de recebimento e de pagamento, controlar caixa, bancos e todas as operações decorrentes, tais como: Emissão de Cheques e Borderôs, Livros, Demonstrações e o Boletim, registrando automaticamente os lançamentos;
24. Permite registro e fornecimento de relatórios sobre os pagamentos efetuados por banco/cheque;
25. Manutenção de cadastro de bancos e as agências bancárias;
26. Manutenção do cadastro de contas bancárias.

06.06. Módulo Planejamento

O Módulo Planejamento é uma ferramenta para planejamento de ações direcionadas às estratégicas da administração pública e para controle de programas na gestão dos quatro anos. O resultado pela coordenação do documento de planejamento são as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais. Nesse sentido, o Planejamento foi desenvolvido para atender à necessidade de planejamento e para acompanhamento de suas ações de governo.

Características:

1. Possui relatórios dos dados cadastrais;
2. Permite o cadastramento das Unidades de Medida nas serem utilizadas nas ações;
3. Emite os anexos que compõem o Planejamento, inclusive o Projeto de Lei, consolidando a administração direta e indireta;
4. Permite cadastro da despesa para exercício do quadriênio;
5. Permite configurar permissões de acesso para que usuários tenham permissões de acesso aos cadastros para consultas, mas sem permissão para efetuar alterações;
6. Possibilita configurar assinaturas para emissão de relatórios;
7. Possibilita a configuração da receita e da despesa para controles, como de gastos com o FUNDEF, saúde, educação, saúde, pessoal, evolução e projeção, informação de metas, justificativas, entre outros;
8. Permite Cadastro das Despesas, relacionando por unidade de medida ou produto.





06.07. PBA - Plano Bimestral de Administração

O Plano Bimestral de Administração [Módulo PBA] estabelece os projetos e os programas no setor público com o propósito de definir objetivos e diretrizes da ação administrativa para um período bimestral.

06.08. PPA - Plano Plurianual

1. Permite o cadastramento de vários quadriênios, possibilitando a flexibilidade de ser informado quais os anos que compõem o quadriênio ou informar o ano inicial e final do período;
2. Totalmente adaptado às novas situações do artigo 165 da Constituição Federal, Decreto nº 2829/98 e das Portarias Interministeriais nº 42/99, nº163/01 e nº 219/04;
3. Possui tabela cadastral contendo todas as categorias econômicas de acordo com a legislação vigente (Portaria STN nº 163/01 e nº 303/05);
4. Permite o levantamento dos programas com seus indicadores e índices, incluindo os valores gastos por fonte de financiamento;
5. Possibilita o estabelecimento de metas quantitativas e financeiras para os programas de governo e suas respectivas ações;
6. Permite a descrição das ações, como também a definição do produto, situação, base legal e das metas físicas e financeiras pretendidas para cada período;
7. Emite os demonstrativos de gastos com saúde e educação;
8. Possibilita o cadastramento de fundamentos legais, tais como: Portarias, Decretos, Leis etc;
9. Possibilita gerar os anexos e planilhas para envio ao legislativo;
10. Permite a elaborar o Plano Plurianual – PPA, objetivando planejar as ações governamentais de longo prazo com duração continuada, conforme dispõe o Artigo nº 165 CF e LOM;
11. Permite o cadastramento das unidades de medida a serem utilizadas nas ações;
12. Emite os anexos que compõem o Plano Plurianual Municipal, inclusive o projeto de Lei consolidando a administração direta e indireta;
13. Permite cadastro das despesas;
14. Emite relatórios que identifiquem e classifiquem os programas de governo;
15. Emite relatórios que identifiquem e classifiquem as ações governamentais;
16. Possibilita o estabelecimento de metas quantitativas e financeiras para os programas de governo e suas respectivas ações;
17. Permite o cadastramento de regiões e indicadores a serem utilizadas nos programas.

06.09. LDO - Lei das Diretrizes Orçamentárias

1. Permite o planejamento estratégico estabelecendo as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública, ano a ano, que deverá constar na Lei de Diretrizes Orçamentária Anual (LDO);
2. Possibilita que seja informada a renúncia da receita e as formas de compensação;
3. Permite a emissão dos anexos das Portarias nº 470 e nº 471 referentes aos riscos e metas fiscais;
4. Apresenta simplicidade no cadastramento da Lei;
5. Possibilita comparação dos valores constantes na LDO com os valores constantes da LOA;



6. Permite a elaboração da LOA;
7. Emite diversos anexos e relatórios que integrarão a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
8. Permite o cadastramento de metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, para a elaboração da lei orçamentária anual;
9. Permite o cadastramento dos anexos de metas e riscos fiscais, exigidos pela LRF e padronizados pela Secretaria do tesouro Nacional;
10. Permite a seleção dos programas incluídos no PPA, aqueles que terão prioridade na execução do orçamento subseqüenciando que o mesmo também está totalmente adaptado às novas situações do Artigo nº 165 da Constituição Federal, Decreto nº 2829/98;
11. Controla a seleção das metas e prioridades;
12. Apresenta facilidade na localização dos registros;
13. Possui acompanhamento dos valores planejados na LDO com a execução orçamentária na contabilidade;
14. Permite a seleção automática dos programas, ações, com suas metas e prioridades assim já lançados no sistema integrado do PPA;
15. Permite a descrição das ações, como também a definição do produto, base legal e das metas físicas e financeiras pretendidas para o ano que está sendo elaborado;
16. Emite demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores;
17. Demonstrar a evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
18. Emite demonstrativo da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos;
19. Emite demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

06.10. Módulo Dívida Ativa

O objetivo é agilizar e otimizar o processo de cobrança desses débitos, além do seu acompanhamento até a realização do ajuizamento. Possibilita a emissão e o controle de notificações, a emissão de petições para cobrança judicial em texto definido pelo usuário e o controle sobre as fases da cobrança judicial e liberação desta cobrança.

Características Técnicas:

1. Possibilita gerencia e administração de todos os tributos inscritos em dívida ativa também em função de sua origem (IPTU, ISSQN, taxas e contribuição de melhoria);
2. Possibilita a inscrição em dívida ativa dos tributos e outras receitas vencidas e não pagas, de acordo com a legislação;
3. Propicia a emissão dos livros de dívida ativa (termos de abertura e encerramento e fundamentação legal);





4. Possibilita o controle de descontos, remissão com a possibilidade de verificação de débitos de outros módulos para concessão ou não do mesmo, observada a legislação aplicável;
5. Possibilita o englobamento e o parcelamento de débitos para cobrança, inclusive com limitação de valores mínimos para cada parcela de dívidas executadas ou não;
6. Contém rotinas de movimentações e alterações de dívidas por digitação de baixas, anistias, pagamentos, cancelamentos, estornos e outras hipóteses de extinção do crédito tributário;
7. Controla as dívidas ativas, gerando informações sobre o ato da inscrição (livro, folha, data e número da inscrição), com cálculos de atualizações e acréscimos legais;
8. Possibilita a centralização dos procedimentos de baixa e controle de arrecadação em módulo específico, de forma que a baixa possa ser automatizada para todos os tributos, tarifas, contribuição de melhoria e dívida ativa, em setor específico;
9. Permite o parcelamento e reparcelamento de débitos, em até 99 (noventa e nove) parcelas e/ou outro limite previsto na legislação, com possibilidade de escolha entre parcelas expressas em indexador ou em moeda corrente nacional;
10. Permite a exclusão ou estorno dos parcelamentos que possuam três parcelas consecutivas em atraso, retornando o saldo remanescente para a dívida, desconsiderando eventuais descontos a partir do respectivo fato gerador.

06.11. Portal da Transparência

O Portal da Transparência é um sistema de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Município à qual faz parte. Desde a criação, a ferramenta ganhou novos recursos, aumentou a oferta de dados ano após ano e consolidou-se como importante instrumento de controle social, com reconhecimento dentro e fora do país.

A fim de atender de forma mais eficiente a crescente demanda e as obrigações de transparência, o sistema passou por uma reestruturação completa e como resultado do trabalho, foram aprimorados diversos recursos: formas diversas de apresentação dos dados, mecanismo de busca integrado e intuitivo, melhor usabilidade, mais recursos gráficos, integração com redes sociais, maior e melhor oferta de dados abertos, adequação a plataformas móveis, maior interatividade com o cidadão, de forma cada vez mais eficiente para fiscalizar e assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos.

Características Técnicas:

1. Possibilitar a verificação das informações até chegar ao empenho que originou a despesa orçamentária;
2. Possibilitar a verificação até chegar aos credores com seus respectivos empenhos que originaram a despesa orçamentária;
3. Histórico de navegação e filtros utilizados em cada consulta;



4. Resumo explicativo em todas as consultas da Receita e da Despesa. Esta informação deve ser parametrizável, ficando a critério do administrador do sistema informar o conteúdo que achar necessário;
5. Movimentação Diária das Despesas, contendo o número do empenho, data de emissão, unidade gestora e credor, além do valor empenhado, liquidado, pago e anulado relacionado ao empenho;
6. Movimentação diária das despesas, com possibilidade de impressão dos empenhos orçamentários, extra-orçamentários e de restos a pagar;
7. Movimentação diária das despesas, com possibilidade de selecionar os registros por período, unidade gestora, credor, documento do credor (CPF/CNJ), número do empenho e tipo do empenho (orçamentário, extra-orçamentário ou restos a pagar);
8. Dados cadastrais do empenho;
9. Dados de movimentação do empenho contendo os valores: empenhado, liquidado, pago e anulado.
10. Filtros para selecionar o exercício, mês inicial e final, e Unidade Gestora;
11. Movimentação das Despesas e Receitas de uma determinada unidade gestora ou de todas de forma consolidada;
12. Movimentação das Despesas por Classificação Institucional, contendo valores individuais e totais por Órgão, Unidade, 3º Nível, Categoria Econômica e Credores;
13. Movimentação das Despesas por Função de Governo, contendo valores individuais e totais por Função, Subfunção, Programa de Governo, Categoria Econômica e Credores;
14. Movimentação das Despesas por Programa de Governo, contendo valores individuais e totais por Programa de Governo, Ação de Governo, Categoria Econômica e Credores.

07. Condições Gerais

1. Os valores referentes aos serviços prestados serão faturados mensalmente pela Link3 Sergipe, considerando o local da prestação dos serviços contratados e o estabelecido na legislação competente, com vencimento de acordo com contrato.
2. Os valores desta proposta já estão acrescidos de impostos, taxas, contribuições e quaisquer outros tributos incidentes quando da emissão da nota fiscal respectiva.
3. Os valores referentes aos serviços prestados serão reajustados anualmente, de acordo com a variação do IGP-M/FGV ou, no caso de sua extinção, por outro índice avençado pelas partes. Caso reduza-se a periodicidade mínima de reajuste admitida em lei, os valores passarão a ser reajustado na menor periodicidade permitida.

08. Declaração da Contratante

A Contratante declara ter ciência de que os serviços/sistema de tecnologia Link3 ou GovNet são necessários para suportar este licenciamento estão definidos no pedido de venda anexo a esta proposta. Neste sentido, caso a Contratante não adquira os referidos produtos de tecnologia definidos no pedido de venda anexo, a Contratante declara estar ciente de que está contratando o licenciamento sem adquirir, nesta contratação, os referidos Produtos, necessários para o pleno



funcionamento da licença, e que, portanto, não os receberá nem poderá utilizá-los, caso não tenha adquirido as necessárias licenças dos produtos de Tecnologia anteriormente.

09. Planilha Financeira

Segue abaixo, informações sobre a composição do preço a ser contratado:

Item	Especificação: Migração	UN	QT	Valor Unitário	Valor Total
01	Migração Dados, Customizações, Gerenciamento Implantação, Capacitação e Treinamento.	Serv.	01	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Item	Especificação: Sistemas			Valor Mensal	Valor Total
02	GovNet - Planejamento Municipal, Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil, PPA; LDO; LOA.	Mês	12	R\$ 2.250,00	R\$ 27.000,00
03	Portal da Transparência.	Mês	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
VALOR TOTAL →				R\$ 3.250,00	R\$ 39.000,00

1. Valor Global

O valor global da proposta: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), referente a prestação de serviços técnicos especializados em sistemas para Gestão do Executivo Municipal.

2. Impostos, Taxas e Tributos:

Na proposta estão considerados os valores de impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais e tributos vigentes e exigíveis. Se após a data da proposta forem criados tributos, taxas, encargos e contribuições fiscais, se forem modificadas as alíquotas dos atuais, ou, de qualquer forma, forem majorados os ônus da Contratada, serão revisados os valores, de modo a refletirem tais modificações, compensando-se imediatamente quaisquer diferenças delas decorrente.

Joelma Cordeiro Oliveira
Analista de Negócios
Link3 Sistemas de Automação Ltda

21.692.672/0001-85
LINK3 SISTEMAS DE
AUTOMAÇÃO LTDA
Rua Prof. João Amarante, 50 Centro
49120-000 Itaporanga d'Ajuda / SE

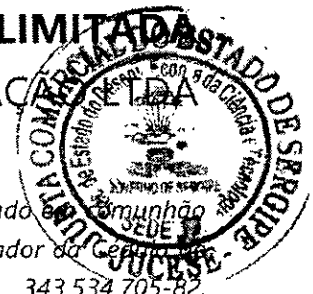




MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

**CONTRATO SOCIAL
E
DOCUMENTAÇÕES DOS SÓCIOS**

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAC**



Os sócios abaixo identificados e qualificados:

- I - José Amaro Cordeiro Oliveira**, brasileiro, casado e em comunhão parcial de bens, técnico em contabilidade, portador da Cédula de Identidade nº 2262786-38 SSP/BA e CPF 343.534.705-82, residente e domiciliado na Rua Francisco Rosa, 420, Apt 303, Rio Vermelho, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, 41940-210, e;
- II - Kelvem Caires Cordeiro de Oliveira**, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 12891677-02 SSP/BA e CPF 850.112.075-87, residente e domiciliado Av. Otávio Mangabeira, 11881, Mod. 02 - Casa 40, Casablanca, Piatã, Salvador - BA, 41650-000.

Únicos sócios componentes, resolvem constituir uma Sociedade Empresária Limitada, em conformidade com as leis vigentes da República Federativa do Brasil, consoante as seguintes cláusulas e estipulações a seguir estabelecidas:

1ª - Cláusula - Denominação Social

A sociedade terá a denominação empresarial de **Link3 Sistemas de Automação Ltda**, tendo como nome fantasia **Link3 Tecnologia**.

2ª - Cláusula - Sede, Filiais e Foro

A sociedade terá a sua sede, foro e estabelecimento na cidade de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, Av. Emídio Max Neto, SN - Centro - Itaporanga D'Ajuda, Sergipe - CEP 49120-000, podendo instalar e manter escritórios, filiais, agências e representações no país ou fora dele.

3ª - Cláusula - Prazo e Duração

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado, com início de suas atividades a partir de sua constituição com o arquivamento de seus atos constitutivos perante a Junta Comercial do Estado.

4ª - Cláusula - Objeto da Sociedade

A sociedade terá como objeto social o desenvolvimento e licenciamento de softwares customizados; prestação de serviços de consultoria e assessoria em tecnologia de informação, gestão e prestação de contas de projetos; pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas; suporte técnico especializado; manutenção e elaboração de portais e provedores de conteúdo, serviços de informação na internet e gerenciamento de sites; treinamento e qualificação em gestão de pessoas, atualização profissional e aperfeiçoamento técnico; planejamento estratégico e intervenções urbanas; criação, reestruturação e gestão de diários oficiais de prefeituras e câmaras de vereadores; implantação e gestão de projeto de transparência administrativa municipal; digitalização de documentos; publicação de avisos de licitação.

7 *Karel*
1/4

5ª - Cláusula - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) divididos em 200.000 (duzentos mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, inteiramente subscrito e integralizado, nesta moeda corrente nacional, ficando o capital social com a seguinte distribuição entre

SÓCIOS	QUOTAS	PARTIC. %	VALOR
KELVEM CAIRES CORDEIRO DE OLIVEIRA	20.000	10%	R\$ 20.000,00
JOSÉ AMARO CORDEIRO OLIVEIRA	180.000	90%	R\$ 180.000,00
TOTAIS	200.000	100%	R\$ 200.000,00

**6ª - Cláusula - Responsabilidade dos Sócios**

A responsabilidade dos sócios quotistas é restrita e limitada, exclusivamente ao valor de suas quotas que se encontram representado no Capital Social, porém todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Único: Consoante preceito dos Arts. 1054 e 997, VIII, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Novo Código Civil, os sócios não possuem qualquer responsabilidade subsidiária pelas obrigações sociais.

7ª - Cláusula - Cessão de Quotas e Direito de Preferência

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para a sua aquisição se postar a venda, formalizando, se realizado a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

8ª - Cláusula - Dissensão

A dissensão entre os quotistas não será motivo para dissolução litigiosa da sociedade sempre que um quotista tenha condição de adquirir a parte quotista dissidente, segundo balanço e forma prevista neste instrumento.

9ª - Cláusula - Retirada e Haveres dos Sócios

O sócio que pretenda retirar-se da sociedade deve comunicar por escrito, com antecedência de 02 (dois) meses, ficando esse prazo reduzido para 01 (um) mês, caso a pretensão de retirada seja do nomeado de algum sócio pré-morto.

Os haveres do sócio que pretenda se retirar ou de quem o representa na sociedade, serão calculados por balanço que se procederá ao final do prazo constante neste instrumento, os quais serão pagos em 04 (quatro) parcelas trimestrais, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano, sendo a primeira parcela vencível em 03 (três) meses após o citado balanço.

10ª - Cláusula - Falecimento e Interdição

O falecendo ou interditado qualquer um dos sócios não dissolverá a sociedade, podendo a mesma continuar as atividades com a nomeação de um dos herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio, conforme Art. 1028 e Art. 1031, da Lei 10.406-02.

4 kcal

11ª - Cláusula - Administração Societária

A administração da sociedade caberá ao sócio **José Amaro Cordeiro Oliveira** com os poderes atribuições que a Lei confere ao administrador de sociedade geral, cabendo representá-la passivamente a sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todo e qualquer ato em conjunto ou individualmente, sempre no interesse da sociedade, sendo autorizada a usar o nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social e assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização de outro sócio.

Parágrafo Primeiro - A sociedade será representada ativa e passivamente, judicialmente e extra judicialmente pelo administrador, sendo-lhe vedado o uso da denominação social em avais, abonos, fianças e outras obrigações de mero favor, estranhos aos interesses sociais. Nesta vedação não se inclui a prestação de garantias e obrigações a empresas da qual a sociedade participe, direta ou indiretamente podendo ainda alienar caucionar ou onerar bens sociais, emitir títulos de créditos, transigir, assinar cheques, e renunciar a direitos quando ao interesse da sociedade contrair empréstimos e financiamentos, avaliar endossar, bem como assinar todo e qualquer documento, contrato ou papel que implique em responsabilidade da sociedade, seja público ou particular;

Parágrafo Segundo - O administrador receberá mensalmente Pró-Labore a partir do mês em que as atividades operacionais da sociedade comportar a referida retirada mediante aprovação pela maioria simples das quotas representativas do Capital Social;

Parágrafo Terceiro - A nomeação ou destituição de novos administradores, bem como a fixação da remuneração correspondente, será decidida em assembleia de sócios, mediante aprovação pela maioria simples das quotas representativas do Capital Social.

Parágrafo Quarto - É vedado ao administrador o uso de suas atribuições para prática de atos não concernentes a sua função, como: avais, fianças ou outras garantias de favor, bem como, onerar ou alienar bens móveis da sociedade e ainda o uso ou emprego da denominação social em negócios ou transações estranhas ao objeto social desde instrumento.

12ª - Cláusula - Exercício Social

Ao término de cada exercício social, **31 de dezembro**, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo Único - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

13ª - Cláusula - Lucros e Perdas, Balanços e Demonstração de Resultado

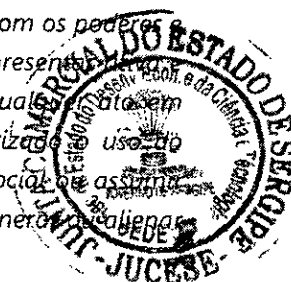
Ao término de cada exercício social serão apurados os lucros ou prejuízos através do Balanço Patrimonial e Balanço de Resultado Econômico, os quais serão rateados e suportados pelos sócios quotistas na proporção do Capital Social de cada um. Havendo lucros, tanto poderão ser distribuídos, como retidos para oportuno aumento de capital, a critério dos quotistas.

A sociedade poderá realizar:

Distribuição intermediária de lucros, conforme Lei nº 6.404/76;

Declarar, conforme balanço semestral, dividendo à conta do lucro apurado neste balanço e levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.

Parágrafo Único - Nos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designação administrador(res) quanto for o caso.



f Kccol

14ª - Cláusula - Declaração de Desimpedimento

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

15ª - Cláusula - Alterações Contratuais

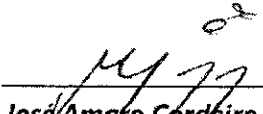
A qualquer tempo, mediante decisão que represente a maioria do capital social poderá este instrumento ser alterado, respeitadas as formalidades legais, exceto se as alterações contratuais versarem sobre a gerência, denominação, sede, destinação de lucros, aumento ou redução do capital e admissão de novos sócios, uma vez que estas somente poderão ser processadas por decisão unânime dos sócios. No exercício de seus poderes e direitos dentro da Sociedade, um sócio poderá se fazer representar por outro sócio mediante instrumento de procuração.

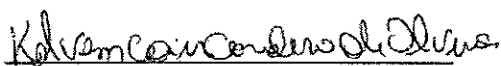
16ª - Cláusula - Fórum Contratual

Fica eleito o foro da Comarca da cidade de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, como o único competente para dirimir e resolver todas as dúvidas e questões oriundas e decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser. E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento particular, em 03 [três] vias impressas e de igual teor, juntamente com 02 [duas] testemunhas, destinando-se a primeira via ao arquivamento da Junta Comercial do Estado.

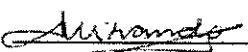
Itaporanga D'Ajuda / SE, 15 de dezembro de 2014.

Sócios:


 José Amao Cordeiro Oliveira
 CPF 343.534.705-82
 RG 2262786-38 SSP/BA


 Kelvem Caires Cordeiro de Oliveira
 CPF 850.112.075-87
 RG 12891677-02 - SSP/BA

Testemunhas:


 Luétana Fraga Miranda Manguinho
 RG 179953532 SSP/BA


 Marivaldo Ferreira de Oliveira
 RG 269668241 SSP/BA



LINKS SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/01/2015 SOB Nº: 28200572656
Protocolo: 14/038845-1, DE 19/12/2014

Marcelo Passos Silva
MARCELO PASSOS SILVA
SECRETÁRIO-GERAL



000053

M 000054

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

02765130 45 24/01/2012

JOELMA CORDEIRO OLIVEIRA

JOSE ANGELINO DE OLIVEIRA
MARIA DE LOURDES CORDEIRO OLIVEIRA

CACHOEIRA BA 14/10/1967

CER-NAS CM-SAO FELIX BA

DST-SEDE L-034 F-18V R-016580

483387025 87 PASEP 1703886295 0

LEI Nº 7.116 DE 28/08/63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SAC



Joelma Cordeiro Oliveira

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Nº da Conta: 0242774258
 Mês de referência: 12/2017
 Período: 02/11/2017 a 01/12/2017
 Data de emissão: 04/12/2017

4000055

www.vivo.com.br/meuvivo

Fale conosco: Central de Relacionamento
 *8486 ou www.vivo.com.br/faleconosco

Telefônica Brasil S.A.
 Rua Silveira Martins, 1036
 CEP 41150-000 - Salvador - BA
 I.E.: 58378658
 CNPJ Matriz : 02.558.157/0001-62
 CNPJ Filial : 02.558.157/0024-59

JOELMA CORDEIRO OLIVEIRA
 AV OCTAVIO MANGABEIRA, 11881
 COND CASA BRANCA VILAGE MOD 1 CS 4
 PIATA
 41650-000 SALVADOR - BA

Vencimento
 17/12/2017

Total a Pagar - R\$
 261,92

Seus Números Vivo
 71-99610-0979 / 71-99996-8482

Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento da sua conta.

Vivo Valoriza

Saldo de pontos acumulados: 2.736
 Na data de: 22/11/17
 Saldo referente a conta 0242774258 no
 Vivo Valoriza. Para saldo atual, envie SMS
 com a palavra SALDO para 8011.

O que está sendo cobrado	Quantidade de Plano/Pacote	Quantidade de Números Vivo	Valor R\$ Plano/Pacote	Incluso Plano/Pacote	Utilizado Minutos/Unidades	Valor Total R\$
Serviços Contratados						
Vivo Móvel						
SMARTVIVO POS MIG 3GB	2	2	72,99	-	-	99,75
FRANQUIA INTERNET PRINCIPAL	-	-	0,00	6,00GB	-	-
MINUTOS LOCAIS LIVRES	-	-	0,00	340 min	31m00s	-
MINUTOS LOCAIS VIVO	-	-	0,00	ILIMITADO	87m24s	-
MINUTOS DDD VIVO	-	-	0,00	ILIMITADO	44m36s	-
ROAMING NACIONAL	-	-	0,00	ILIMITADO	-	-
SMS - BRASIL	-	-	0,00	ILIMITADO	33	-
BONUS CONTA DIGITAL	2	2	0,00	500,00MB	299,44MB	0,00
BONUS INTERNET 1 GB TITULAR	1	1	0,00	716,80MB	-	0,00
INT ADICIONAL AVULSO 1GB	1	1	0,00	1,00GB	-	0,00
INT ADICIONAL RECORRENTE 2GB	1	1	49,99	2,00GB	1,16GB	33,33
PACOTE INTERNET BONUS 1GB 12M	2	2	0,00	2,00GB	-	0,00
Subtotal						133,08
Serviços de Terceiros Telefônica Data						
COMBO DIGITAL COMPLETO	2	2	37,00	-	-	50,57
Subtotal						50,57
Serviços Utilizados em Períodos Anteriores						
Ligações Locais					11m06s	0,00
Internet - Tarifação MB/KB					109,98MB	0,00
Subtotal						0,00

Continuação de Demonstrativo de Serviços no Verso

MENSAGEM IMPORTANTE PARA VOCÊ

O relatório detalhado está disponível em www.vivo.com.br/meuvivo e pode ser solicitado impresso, de forma permanente ou não.

App Meu Vivo. É o jeito mais prático de acessar a sua conta detalhada, 2ª via de conta, consumo de internet e muito mais! Baixe agora em vivo.com.br/app e navegue sem consumir seu pacote de dados.

Até emissão desta conta constava(m) débitos de contas anteriores. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Mantenha o pagamento em dia e evite a suspensão parcial/total dos serviços e a inclusão nos órgãos de proteção do crédito. Para pagamentos após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura.



Nome do Cliente

JOELMA CORDEIRO OLIVEIRA

Vencimento

17/12/2017

Total a Pagar - R\$

261,92

Cód. Débito Automático 0242774258-3

Nº da Conta 0242774258

Mês Referência 12/2017

84690000023

619200410014

102427742584

121771712175


Autenticação Mecânica



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE REABILITACAO E PROTECCAO SOCIAL

NÃO PLASTIFICAR



Josiane Cordeiro de Oliveira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS ORSI & SOUZA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

06.363.916-55 22-12-2010

JOSIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA

JOSÉ ANGELINO DE OLIVEIRA

MARIA DE LOURDES CORDEIRO DE OLIVEIRA

SÃO FÉLIX BA 26-11-1979

C.CAS. CM SÃO FÉLIX BA DS
SEDE LV 802 FL 172 RT 491

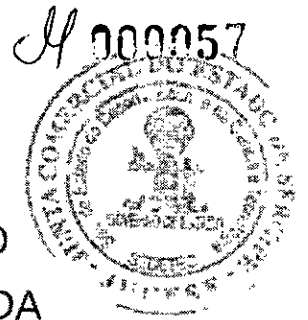
780.187.145-68

Francilda Vel.ª de Oliveira Santos

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS ORSI & SOUZA

000056



**2ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO
CONTRATUAL DA SOCIEDADE LTDA
LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP
CNPJ nº 21.692.672/0001-85
NIRE nº 28200572656**

2ª Alteração e Consolidação Contratual com os seguintes itens:

- A - Alteração do endereço da sede;
- B - Nova redação com a Consolidação Contratual.

Os sócios abaixo identificados e qualificados:

- I - Joelma Cordeiro Oliveira**, brasileira, solteira, empresária, nascida em 14/10/1967, inscrita no CPF 483.387.025-87, portadora da Cédula de Identidade 02.765.130-45 SSP/BA, residente e domiciliada na Av. Otavio Mangabeira, 11.881 - Módulo 01 - Casa 04, Condomínio Casablanca Village, Piatã, 41650-000 Cidade do Salvador, Estado da Bahia e;
- II - Josiane Cordeiro de Oliveira**, brasileira, divorciada, empresária, nascida em 26/11/1979, inscrita no CPF sob nº 780.187.145-68, portadora de Cédula de Identidade nº 06.363.916-55 SSP/BA, residente e domiciliada na Av. Otavio Mangabeira, 11.881 - Módulo 03 - Casa 02, Condomínio Casablanca Village, Piatã, 41650-000 Cidade do Salvador, Estado da Bahia.

*Únicos sócios da Sociedade Empresaria Limitada, **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP**, estabelecida na Av. Emídio Max Neto, SN - Centro - Itaporanga D'Ajuda, SE - CEP 49120-000, com ato constitutivo arquivado na JUCEB sob o NIRE nº 28200572656 e CNPJ/MF sob o nº 21.692.672/0001-85, com início das atividades em 16/01/2015, resolvem de pleno e comum acordo alterar e consolidar o referido Contrato Social com base nas exigências da Lei nº 10406/2002, Capítulo II, da Sociedade Empresária Limitada e demais artigos que regem a sociedade, o que fazem mediante as condições e cláusulas seguintes:*

1ª Cláusula - Alteração da Sede

A sociedade passará a exercer suas atividades em novo endereço, com sede, estabelecimento, e foro de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, que passa a ser seguinte endereço: Praça Jackson Figueiredo, 0017 - Sala 03 Centro - Itaporanga D'Ajuda, Sergipe - CEP 49120-000.



2ª Cláusula - Vigência e Consolidação

As demais Cláusulas não alteradas pelo presente instrumento continuam em plena vigência. Após as devidas alterações os sócios resolvem consolidar seu Contrato Social.

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO
SOCIAL DA SOCIEDADE LTDA
LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP
CNPJ nº 21.692.672/0001-85
NIRE nº 28200572656**

Os sócios abaixo identificados e qualificados:

- I - Joelma Cordeiro Oliveira**, brasileira, solteira, empresária, nascida em 14/10/1967, inscrita no CPF 483.387.025-87, portadora da Cédula de Identidade 02.765.130-45 SSP/BA, residente e domiciliada na Av. Otavio Mangabeira, 11.881 - Módulo 01 - Casa 04, Condomínio Casablanca Village, Piatã, 41650-000 Cidade do Salvador, Estado da Bahia e;
- II - Josiane Cordeiro de Oliveira**, brasileira, divorciada, empresária, nascida em 26/11/1979, inscrita no CPF sob nº 780.187.145-68, portadora de Cédula de Identidade nº 06.363.916-55 SSP/BA, residente e domiciliada na Av. Otavio Mangabeira, 11.881 - Módulo 03 - Casa 02, Condomínio Casablanca Village, Piatã, 41650-000 Cidade do Salvador, Estado da Bahia.

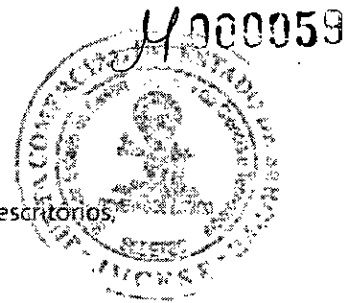
Únicos sócios da Sociedade Empresaria Limitada, **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP**, estabelecida na Praça Jackson Figueiredo, 0017 - Sala 03 Centro - Itaporanga D'Ajuda, Sergipe - CEP 49120-000, com ato constitutivo arquivado na JUCEB sob o NIRE nº 28200572656 e CNPJ/MF sob o nº 21.692.672/0001-85, com início das atividades em 16/01/2015, resolvem de pleno e comum acordo consolidar o referido Contrato Social com base nas exigências da Lei Nº 10.406/2002, Capítulo II da Sociedade Limitada e demais artigos que regem a sociedade, o que fazem mediante as condições e cláusulas seguintes:

1ª Cláusula - Denominação Social

A sociedade gira sob a denominação empresarial de **Link3 Sistemas de Automação Ltda**, tendo como nome fantasia **Link3 Tecnologia**.

2ª Cláusula - Sede, Filiais e Foro

A sociedade tem sede, foro e estabelecimento na cidade de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, Praça Jackson Figueiredo, 0017 - Sala 03 Centro -



Itaporanga D'Ajuda, Sergipe - CEP 49120-000, podendo instalar e manter escritórios, filiais, agências e representações no país ou fora dele.

3ª Cláusula - Início de Atividades, Prazo e Duração

A sociedade iniciou suas atividades em 16 de janeiro de 2015, com início de suas atividades a partir de sua constituição com o arquivamento de seus atos constitutivos perante a Junta Comercial do Estado. O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

4ª Cláusula - Objeto da Sociedade

O objeto social consiste no desenvolvimento e licenciamento de softwares customizados; prestação de serviços de consultoria e assessoria em tecnologia de informação, gestão e prestação de contas de projetos; pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas; suporte técnico especializado; manutenção e elaboração de portais e provedores de conteúdo, serviços de informação na internet e gerenciamento de sites; treinamento e qualificação em gestão de pessoas, atualização profissional e aperfeiçoamento técnico; planejamento estratégico e intervenções urbanas; criação, reestruturação e gestão de diários oficiais de prefeituras e câmaras de vereadores; implantação e gestão de projeto de transparência administrativa municipal; digitalização de documentos; publicação de avisos de licitação.

5ª Cláusula - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) divididos em 200.000 (duzentos mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, inteiramente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, ficando o capital social com a seguinte distribuição entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	PARTIC. %	VALOR - R\$
JOELMA CORDEIRO OLIVEIRA	180.000	90%	R\$ 180.000,00
JOSIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA.	20.000	10%	R\$ 20.000,00
TOTAIS	200.000	100%	R\$ 200.000,00

6ª Cláusula - Responsabilidade dos Sócios

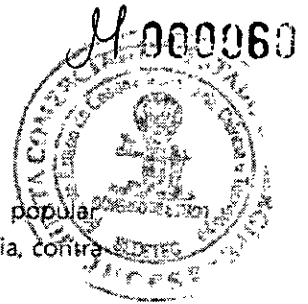
A responsabilidade dos sócios quotistas é restrita e limitada, exclusivamente ao valor de suas quotas que se encontram representado no Capital Social, porém todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Único: Consoante preceito dos Arts.1054 e 997, VIII, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Novo Código Civil, os sócios não possuem qualquer responsabilidade subsidiária pelas obrigações sociais.

7ª Cláusula - Declaração de Desimpedimento

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de

6
A



prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

8ª Cláusula - Cessão de Quotas e Direito de Preferência

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para a sua aquisição se postar a venda, formalizando, se realizado a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

9ª Cláusula - Dissensão

A dissensão entre os quotistas não será motivo para dissolução litigiosa da sociedade sempre que um quotista tenha condição de adquirir a parte quotista dissidente, segundo balanço e forma prevista neste instrumento.

10ª Cláusula - Retirada e Haveres dos Sócios

O sócio que pretenda retirar-se da sociedade deve comunicar por escrito, com antecedência de 02 (dois) meses, ficando esse prazo reduzido para 01 (um) mês, caso a pretensão de retirada seja do nomeado de algum sócio pré-morto.

Os haveres do sócio que pretenda se retirar ou de quem o representa na sociedade, serão calculados por balanço que se procederá ao final do prazo constante neste instrumento, os quais serão pagos em 04 (quatro) parcelas trimestrais, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano, sendo a primeira parcela vencível em 03 (três) meses após o citado balanço.

11ª Cláusula - Falecimento e Interdição

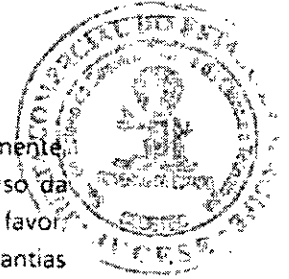
O falecendo ou interditado qualquer um dos sócios não dissolverá a sociedade, podendo a mesma continuar as atividades com a nomeação de um dos herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio, conforme Art. 1028 e Art. 1031, da Lei 10.406-02.

12ª Cláusula - Administração Societária

A administração da sociedade caberá ao sócio: JOELMA CORDEIRO OLIVEIRA com os poderes e atribuições que a Lei confere ao administrador de sociedade geral, cabendo representar ativa e passivamente a sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todo e qualquer ato em conjunto ou individualmente, sempre no interesse da sociedade, sendo autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização de outro sócio.

6
9



Parágrafo Primeiro - A sociedade será representada ativa e passivamente, judicialmente e extra judicialmente pelo administrador, sendo-lhe vedado o uso da denominação social em avais, abonos, fianças e outras obrigações de mero favor, estranhos aos interesses sociais. Nesta vedação não se inclui a prestação de garantias e obrigações a empresas da qual a sociedade participe, direta ou indiretamente podendo ainda alienar caucionar ou onerar bens sociais, emitir títulos de créditos, transigir, assinar cheques, e renunciar a direitos quando ao interesse da sociedade contrair empréstimos e financiamentos, avaliar endossar, bem como assinar todo e qualquer documento, contrato ou papel que implique em responsabilidade da sociedade, seja público ou particular;

Parágrafo Segundo - O administrador receberá mensalmente Pró-Labore a partir do mês em que as atividades operacionais da sociedade comportar a referida retirada mediante aprovação pela maioria simples das quotas representativas do Capital Social;

Parágrafo Terceiro - A nomeação ou destituição de novos administradores, bem como a fixação da remuneração correspondente, será decidida em assembleia de sócios, mediante aprovação pela maioria simples das quotas representativas do Capital Social.

Parágrafo Quarto - É vedado ao administrador o uso de suas atribuições para prática de atos não concernentes a sua função, como: avais, fianças ou outras garantias de favor, bem como, onerar ou alienar bens móveis da sociedade e ainda o uso ou emprego da denominação social em negócios ou transações estranhas ao objeto social desde instrumento.

13ª Cláusula - Exercício Social

Ao término de cada exercício social, 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo Único - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

14ª Cláusula - Lucros e Perdas, Balanços e Demonstração de Resultado

Ao término de cada exercício social serão apurados os lucros ou prejuízos através do Balanço Patrimonial e Balanço de Resultado Econômico, os quais serão rateados e suportados pelos sócios quotistas na proporção do Capital Social de cada um. Havendo lucros, tanto poderão ser distribuídos, como retidos para oportuno aumento de capital, a critério dos quotistas.

A sociedade poderá realizar: distribuição intermediária de lucros, conforme Lei nº. 6.404/76; declarar, conforme balanço semestral, dividendo à conta do lucro apurado neste balanço e levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.

Parágrafo Único - Nos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designação administrador(res) quanto for o caso.

15ª Cláusula - Alterações Contratuais

A qualquer tempo, mediante decisão que represente a maioria do Capital Social da empresa, poderá este instrumento ser alterado, respeitadas as formalidades legais, exceto se as alterações contratuais versarem sobre a gerência, denominação, sede, destinação de lucros, aumento ou redução do capital e admissão de novos sócios, uma vez que estas somente poderão ser processadas por decisão unânime dos sócios. No exercício de seus poderes e direitos dentro da Sociedade, um sócio poderá se fazer representar por outro sócio mediante instrumento de procuração.

16ª Cláusula - Fórum Contratual

Fica eleito o foro da Comarca da cidade de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, como o único competente para dirimir e resolver todas as dúvidas e questões oriundas e decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento particular, em 03 [três] vias impressas e de igual teor, destinando-se a primeira via ao arquivamento da Junta Comercial do Estado.

Itaporanga D'Ajuda / SE, 09 de dezembro de 2015.

Sócios:

Joelma Cordeiro Oliveira
Joelma Cordeiro Oliveira
 RG 02.765.130-45 SSP/BA
 CPF 483.387.025-87

Josiane Cordeiro de Oliveira
Josiane Cordeiro de Oliveira
 RG 06.363.916-55 SSP/BA
 CPF 780.187.145-68



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/12/2015 SOB Nº: 20150414390
 Protocolo: 15/041439-0, DE 16/12/2015

JUCESE
 Empresa: 28 2 0057265 6
 SERVIÇO SISTEMA DE PATRONAGEM LTDA
 - CEP

Marcelo Passos Silva
MARCELO PASSOS SILVA
 SECRETÁRIO-GERAL





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.692.672/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/01/2015
NOME EMPRESARIAL LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LINK3 TECNOLOGIA	PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 18.30-0-03 - Reprodução de software em qualquer suporte 85.99-6-03 - Treinamento em informática 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R PREFEITO JOAO AMARANTE	NÚMERO 50	COMPLEMENTO
CEP 49.120-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ITAPORANGA D'AJUDA
UF SE	ENDEREÇO ELETRÔNICO INFO@LINK3.COM.BR	TELEFONE (71) 2102-6000
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/01/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 07/03/2019 às 12:57:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

M 000064



MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

CERTIDÕES

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 21.692.672/0001-85**Razão Social:** LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA EPP**Endereço:** AV EMÍDIO MAX NETO SN TERREO / CENTRO / ITAPORANGA D'AJUDA /
SE / 49120-000

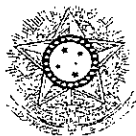
A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/07/2019 a 11/08/2019**Certificação Número:** 2019071301392318056597

Informação obtida em 17/07/2019 10:18:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 21.692.672/0001-85

Certidão nº: 168729006/2019

Expedição: 07/03/2019, às 12:44:16

Validade: 02/09/2019 / 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 21.692.672/0001-85, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA
CNPJ: 21.692.672/0001-85

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:20:12 do dia 07/02/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/08/2019.

Código de controle da certidão: **6C79.A92F.B8BA.858B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SERGIPE****Certidão Negativa de Débitos Estaduais N. 280465/2019****Identificação do Contribuinte: 21.692.672/0001-85**
Contribuinte não inscrito no cadastro de SERGIPE

Certificamos que, até a presente data, não existem débitos contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica **21.692.672/0001-85** referente a impostos, taxas ou multas administrativas, ficando, porém ressalvada à Fazenda Pública o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas. O portador do documento **21.692.672/0001-85** não está inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado de SERGIPE.

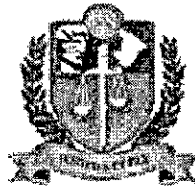
Certidão emitida via Internet nos termos da portaria Nº 283 de 15/02/2001, válida por 30 (trinta) dias a partir da data da emissão.

Certidão emitida em **24/07/2019 10:39:29**, válida até **23/08/2019** e deve ser conferida na Internet no endereço **www.sefaz.se.gov.br** pelo agente recebedor.

Aracaju, 24 de Julho de 2019

Autenticação: 201907244AKYHB

Copyright © 2002 - Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe
Av. Tancredo Neves, s/n - Centro Administrativo Augusto Franco
Cep 49080-900 - Aracaju/SE - (0xx79) 216-7000



ESTADO DE SERGIPE
 PODER JUDICIÁRIO
 CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE ARACAJU
 Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
 Centro Administrativo Augusto Franco, Capucho
 Telefone: 3226-3500 Ramal: 3542 / 3543 CEP: 49080-470 Aracaju-SE

CERTIDÃO NEGATIVA

Dados do Solicitante

Razão Social:	LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA		
Nome Fantasia:	LINK3	Natureza Certidão:	Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extra-Judicial
	TECNOLOGIA		
Domicílio:	Itaporanga	Tipo	de Jurídica / 21.692.672/0001-85
	DAjuda	Pessoa/CPF/CNPJ:	
Data da Emissão:	24/07/2019 10:41	Data de Validade:	* 23/08/2019 *
Nº da Certidão:	* 0001962644 *	Nº da Autenticidade:	* 502298150 *

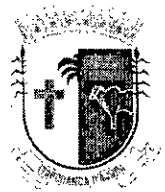
Certifico que NÃO CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, AÇÃO DE FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL distribuída e que esteja em andamento, contra a firma acima identificada.

Observações

- Certidão expedida gratuitamente através da Internet, autorizada pela Resolução 61/2006, de 29/11/2006.
- Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.
- A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe - www.tjse.jus.br - no menu -Serviços - Certidão On Line-, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

4000070

21/05/2019 12:03:20 - Administrador



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D' AJUDA
Secretaria Municipal de Finanças
PCA GETULIO VARGAS, 022 - CENTRO - 49.120-000 Itaporanga D ajuda - SE
CNPJ: 13128889000139

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
RELATIVOS AOS TRIBUTOS E À DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO**

CNPJ/CPF: 21692672000185
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 54271001
NOME / RAZÃO SOCIAL: LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA - EPP
ENDEREÇO: PRACA JACKSON FIGUEREDO, 0017 - SALA 03 - CENTRO
MUNICÍPIO / UF: Itaporanga D ajuda / SE

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas aos tributos administrados pela(o) Secretaria Municipal de Finanças e inscrições em Dívida Ativa do Município junto à Procuradoria Geral do Município.

DATA EMISSÃO: 15/05/2019
VÁLIDO ATÉ: 14/07/2019
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: LQXMJAXOQ

E-mail: tributos@itaporanga.se.gov.br Site: <http://itaporanga.se.gov.br/> Telefone: (79) 32642700
Autenticidade do documento sujeita a verificação.
Acesse: <http://prefeitura.itaporanga.se.link3.com.br:3452/l3-grp/Servicos.html> para verificação.



Solução avançada
para gestão pública.



H 000071

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

A empresa **Link3 Sistemas de Automação Ltda**, inscrita no CNPJ sob nº 21.692.672/0001-85, estabelecida na Rua Prefeito João Amarante, 50 - Centro, Itaporanga d'Ajuda / SE, CEP 49120-000, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da lei, expressamente que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual 9.433/05.

Aracaju / SE, 02 de janeiro de 2019.

Joelma Cordeiro Oliveira
Analista de Negócios e Contratos
Link3 Sistemas de Automação Ltda
CNPJ 21.692.672/0001-85

21.692.672/0001-85

LINK3 SISTEMAS DE
AUTOMAÇÃO LTDA - EPP

Rua Prefeito João Amarante, 50 Centro
49120-000 - Itaporanga d'Ajuda / SE

Link3 Sistema de Automação Ltda - EPP
CNPJ 21.692.672/0001-85 - CGA 5421/001
Rua Prefeito João Amarante, 50 - Centro
49120-000 - Itaporanga d'Ajuda / SE



M000072



MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA



MUNICÍPIO DE CRISTINÓPOLIS

CNPJ: 13.096.029/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SETOR DE TRIBUTOS


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


Atestamos para os devidos fins de direito, que o **LINK3 SISTEMA DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.692.672-0001-85, estabelecida na Av. Paulo IV, 426, Sala 001 - Inácio Barbosa - Aracaju/SE, presta com eficiência e responsabilidade serviços especializados na área de **AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E LICENÇAS DE USO SOFTWARE PARA GESTÃO PÚBLICA: CONTABILIDADE; TRIBUTOS E NFES ELETRÔNICA** incluindo serviços técnicos, implantação, operacionalização, capacitação, treinamento e suporte, cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos, esta aptos a cumprir com objetivo licitado, nada tendo que desabone sua conduta moral e profissional.

Atestamos que tais fornecimentos ou prestações de serviços foram executado(a)s satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Por ser verdade, firmamos o presente.

07 de julho de 2015.


Júlio César Santos Mota
Fiscal de Tributos
Júlio César Santos Mota
FISCAL DE TRIBUTOS
MAT 141/2013

 SE RE 387072	Reconheço a(s) firma(s) <u>Júlio César Santos Mota</u>
	<input type="checkbox"/> Autenticidade <input checked="" type="checkbox"/> P/Semelhança
07 JUL. 2015	
O Tabelião <u>Renê de Oliveira</u> da Verdade	
O Tabelião	
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE	



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANAMBI
PRAÇA HENRIQUE PEREIRA DONATO, 90 - CENTRO
CNPJ nº 13.982.640/0001-96
CEP 46.430-000 - GUANAMBI - BAHIA
Fonefax: *77 3452 4311

1000074


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de direito, que a **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.692.672/0001-85, estabelecida na Av. Emídio Max Neto, s/nº - Centro - Itaporanga D'Ajuda/SE, presta com eficiência e responsabilidade serviços especializados na área de **Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil, PPA; LDO; LOA; Gestão de Patrimônio; Gestão de Protocolo; Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Gestão de Controle Interno; Compras, Licitações e Contratos; Gestão de Tributos; Gestão de Materiais e Almojarifado; Serviços da Administração na Internet (webservices); Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Cadastro Técnico Municipal; Portal da Transparência; Informações Gerenciais - BI; ISS Bancário; Compras de Bens e Serviços; Administração de Contratos e Serviços; Controle de Processo; GED, Ação Social e Portal da Transparência**, incluindo serviços técnicos, implantação, operacionalização, capacitação, treinamento e suporte, cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos esta aptos a cumprir com objetivo licitado, nada tendo que desabone sua conduta moral e profissional.

Atestamos que tais fornecimentos ou prestações de serviços foram executado(a)s satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Guanambi, 17 de novembro de 2015.


Roberto Júlio Pereira Oliveira
Secretário da Fazenda Municipal



ESTADO DE SERGIPE
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D'AJUDA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de direito, que a LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.692.672/0001-85, estabelecida na Rua Jackson de Figueiredo, 0017 - Sala 03 - Centro - Itaporanga D'Ajuda/SE, presta com eficiência e responsabilidade serviços especializados na área de Gestão Orçamentária; Contabilidade - PCASP; Gestão Financeira; Planejamento; (PPA, LDO, LRF e LOA); Ordem de pagamento; Internet banking; NFS-e; Gestão Tributária; Frota e Patrimônio, incluindo serviços técnicos, implantação, operacionalização, capacitação, treinamento e suporte, cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estando aptos a cumprir com objetivo licitado, nada tendo que desabone sua conduta moral e profissional.

Atestamos que tais fornecimentos ou prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Itaporanga D'Ajuda, SE, 09 de dezembro de 2016.


Maria das Graças Souza Garcez
Prefeita

Pç. Getúlio Vargas, 22 - Centro - 49120000 - fone 3264-2700/fax 3264-2723
CNPJ 13.128.889/0001-39



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de direito, que a LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.692.672/0001-85, estabelecida na Praça Jackson Figueiredo, 0017 - Sala 03 - Centro - Itaporanga D' Ajuda / SE, presta com eficiência e responsabilidade serviços especializados nas áreas: **Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil, PPA; LDO; LOA; Gestão de Patrimônio; Gestão de Protocolo; Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Gestão de Controle Interno; Compras, Licitações e Contratos; Gestão de Tributos; Gestão de Materiais e Almoxarifado; Serviços da Administração na Internet (webservices); Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Cadastro Técnico Municipal; Informações Gerenciais - BI; ISS Bancário; Compras de Bens e Serviços; Administração de Contratos e Serviços; Controle de Processo; GED, Ação Social e Portal da Transparência**, incluindo serviços técnicos, implantação, operacionalização, capacitação, treinamento e suporte, cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos esta aptos a cumprir com objetivo licitado, nada tendo que desabone sua conduta moral e profissional.

Atestamos que tais fornecimentos ou prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Salvador / BA, 07 de dezembro de 2015

Luiz Cláudio Cafeteiro de Almeida
Diretor Geral da Proconta
CPF 242.279.005-49

00.404.016/0001-60

**PROCONTA CONSULTORIA E
ASSESSORIA EM CONTABILIDADE
PÚBLICA EIRELI - EPP**

Av. Sete de Setembro, 71 - Sala 103
Ed. Executivo - Dois de Julho
40060-000 - Salvador / Bahia



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de direito, que a LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.692.672/0001-85, estabelecida na , Rua Jackson de Figueiredo, 0017 - Sala 03 - Centro - Itaporanga D'Ajuda / SE, presta com eficiência e responsabilidade serviços especializados na área de **Portal de Transparência; Planejamento; Contabilidade; Financeira; PPA; LDO; LOA; Publicação Legal; Tributos e Nota Fiscal Eletrônica**, incluindo serviços técnicos, implantação, operacionalização, capacitação, treinamento e suporte, cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar aptos a cumprir com objetivo lícito, nada tendo que desabone sua conduta moral e profissional.

Atestamos que tais fornecimentos ou prestações de serviços foram executado(a)s satisfatoriamente; não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Cristinápolis, 09 de dezembro de 2016.

1º OFÍCIO 

Maria Angélica Dantas Cruz de Carvalho
MARIA ANGÉLICA DANTAS CRUZ DE CARVALHO
Secretária de Finanças

Selo Digital de Fiscalização
Tribunal de Justiça de Sergipe
1º Ofício da Comarca de Cristinápolis
Selo TJSE 201629550000483
Acesse www.tjse.jus.br/xi/77QUMD

Reconheço a(s) firma(s) *Maria Angélica Dantas Cruz de Carvalho*

P/Autenticidade P/Semelhança

19 DEZ. 2016

Eng.º Lur *Lur da Verdade*
lur da verdade

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

000073



MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LICENÇAS



850150271964

(22) - Data de Depósito:

18/07/2013

(43) - Data de Publicação:

30/11/2015

(RPI - 910343020)

LINK3 SISTEMA DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP

CNPJ 21.692.672/0001-85



BR 00.000.2.3.15.0910150.2

República Federativa do Brasil

Ministério do Desenvolvimento

Indústria e Comércio Exterior

INPI - Instituto Nacional da

Propriedade Industrial

(54) Título:

Sistema de Gestão GovNet - Sistemas de Automação de Processos Administrativos para Setor Público, com os respectivos Módulos: Sistema Integrado de Plano Plurianual (PPA), Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), Controle do Orçamento (LOA), Contabilidade, Tesouraria, Balanço e Integração com Autarquias e demais Sistemas; Sistema Integrados de Administração Tributária, IPTU e Taxas Imobiliárias, ISSQN, Tarifas e taxas, Contribuição de Melhoria, Dívida Ativa, Contencioso, Fiscalização, Controle de Arrecadação, Controle de Obras; Sistema Integrados de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Ponto Eletrônico, Rescisões, Férias e Contratos Funcionais; Sistema de Atos Administrativos e Legais; Sistema Integrados de Compras, Sistema de Licitação, Registro de Preços, Pregão Presencial, Sistema de Contratos e Cadastro de Fornecedor; Sistema Integrados de Almoxarifado e Estoque; Sistema Integrados de Patrimônio; Sistema Integrados de Frotas; Sistema Integrados de Protocolo de Documentos, Ouvidoria e Controle Interno de Documentos.

(73) Titular(es):

LINK3 SISTEMA DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP
CNPJ 21.692.672/0001-85

(72) Inventor(es):

José Amaro Cordeiro de Oliveira e;
Paulo Sérgio Cordeiro de Oliveira e;
Roberto Carlos Cordeiro de Oliveira.

Especificação:

Aluguel de Software de Computador - [Informação em]; Aluguel de Software de Computador - [Consultoria em]; Aluguel de Software de Computador - [Assessoria em]; Aluguel de Software de Computador; Análise de Sistemas [Informática] - [Informação em]; Análise de Sistemas [Informática] - [Consultoria em]; Análise de Sistemas [Informática] - [Assessoria em]; Atualização de Software de Computador - [Informação em]; Atualização de Software de Computador - [Consultoria em]; Atualização de Software de Computador - [Assessoria em]; Atualização de Software de Computador; Computador (Duplicação de Programas de Computador) - [Informação em]; Computador (Duplicação de Programas de -) [Consultoria em]; Computador (Duplicação de Programas de -) [Assessoria em]; Computador (Duplicação de Programas de -); Computadores (Projeto de Sistema de -) - [Informação em]; Computadores (Projeto de Sistema de -) - [Consultoria em]; Computadores (Projeto de Sistema de -) - [Assessoria em]; Computadores (Projeto de Sistema de -); Conversão de Dados e Programas de Computador [Exceto Conversão Física] - [Informação em]; Conversão de Dados e Programas de Computador [Exceto Conversão Física] - [Consultoria em]; Conversão de Dados e Programas de Computador [Exceto Conversão Física] em]; Conversão de Dados e Programas de Computador [Exceto Conversão Física]; Criação e Manutenção de Web Sites para Terceiros - [Informação em]; Criação e Manutenção de Web Sites Para Terceiros - [Consultoria em]; Criação e Manutenção de Web Sites Para Terceiros - [Assessoria em]; Criação e Manutenção de Web Sites Para Terceiros; Dados (Recuperação de -) [Informática] - [Informação em]; Dados (Recuperação de -) [Informática] - [Consultoria em]; Dados (Recuperação de -) [Informática] - [Assessoria em]; Dados (Recuperação de -) [Informática]; Duplicação de Programas de Computador - [Informação em]; Duplicação de Programas de Computador - [Consultoria em]; Duplicação de Programas de Computador - [Assessoria em]; Duplicação de Programas de Computador



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

JUSTIFICATIVA



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

JUSTIFICATIVA

Nos termos do art. 25 da Lei nº. 8.666/93, e alterações posteriores, o Secretário Municipal da Saúde, apresenta Justificativa para a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-SISTEMA DE CONTABILIDADE, GESTÃO FINANCEIRA, PPA, LDO, LOA, E DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.** Mediante as considerações a seguir:

Considerando que a função do software é organizar, definir e agilizar processos para tomada de decisão, tornando a estrutura organizacional mais eficiente e eficaz, bem como capacitando a entidade para a competitividade e o crescimento no mercado cada vez mais exigente. É uma das ferramentas essencialmente importante para qualquer organismo, seja ela empresa, entidade ou órgão público, o que a tornar muito mais competitiva e proporcionando o aumento de sua capacidade de decisão no mercado em que está inserido.

Considerando é uma empresa de software, inovação e tecnologia para gestão pública e privada. Soluções e correções quando necessário, adequando os sistemas às necessidades de cada setor como: Contabilidade, Financeiro, Licitação, Almoxarifado Compras, Recursos Humanos, Contratos, Ação Social, Tributação, Frota Oferece um acompanhamento abrangente, o que é essencial para a tomada de decisões adequadas.

Considerando que a empresa **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP**, detém a exclusividade por se desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização de seus softwares/sistemas em todo território nacional. A tecnologia é comprovada em diversos órgãos, como nos estados da Bahia, Sergipe, Amapá, Roraima, Alagoas e Rondônia.

Constando no processo a sua titularidade através do IMPI- Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Para respaldar a sua pretensão, a Secretária traz aos autos do sobredito processo peças fundamentais: proposta de serviços e documentos daquele profissional.

Em que pese a inviabilidade de competição, ainda assim, é inexigível o Processo Licitatório, em razão dos requisitos, todos voltados para a pessoa dos futuros contratados.

Dispõe o art. 25º, caput da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação:

“É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição”

Perfaz a presente inexigibilidade o valor global de **R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)**, sendo que as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

4000082

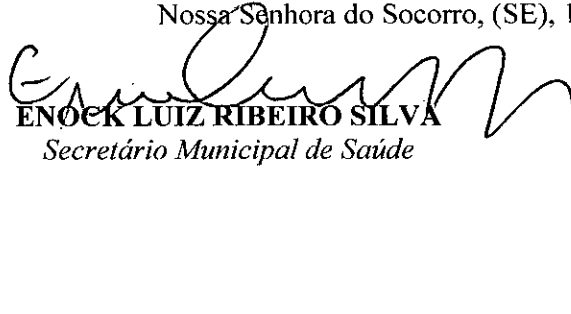


Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 41062-FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
PROJETO ATIVIDADE: 2027- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO DE DESPESA: 3390339040 – Serviços de Tecnologia da Informação
FONTE DE RECURSOS: 1211- Recursos Ordinários

Então, em cumprimento ao disposto no *caput* do art. 25 da mesma norma jurídica, ainda que desnecessário, por não contemplado naquele artigo, mas a título de formalização, submetemos a presente justificativa.

Nossa Senhora do Socorro, (SE), 16 de julho de 2019.

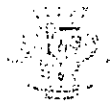

ENOCK LUIZ RIBEIRO SILVA
Secretário Municipal de Saúde

M000083



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

COMPROVAÇÃO DE PREÇOS



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTINÁPOLIS



CONTRATO 03/2019

CONTRATO QUE TEM POR OBJETO:
Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em sistemas para gestão do Executivo Municipal, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde de Cristinápolis:

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTINÁPOLIS, localizada à Rua Jornalista Omer Monte Alegre, s/n, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.398.566/0001-30, neste ato representada pelo Secretário, o Sr. José Rodrigues de Faria, CPF: 120.252.595-49 e RG: 248.426 2ª Via SSP/SE, neste município, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA - EPP**, localizada à Praça Jackson Figueredo, nº 0017, Sala 03, Bairro Centro, na Cidade de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, CEP 49.120-000, inscrita no CNPJ nº. 21.692.672/0001-85, representada pela Sra. **Joelma Cordeiro Oliveira**, portadora do CPF nº. 483.387.025-87 e RG. 0276513045 SSP/BA, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, fundamentado na Inexigibilidade nº **02/2019**, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais e as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Contrato: **Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em sistemas para gestão do Executivo Municipal, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde de Cristinápolis:**

1.2. O objeto de que trata esta Cláusula limita-se aos recursos disponíveis no(s) módulo(s) de Sistema(s) licenciado(s) pela **CONTRATADA**.

1.3. A validade da licença de uso está limitada à vigência deste Contrato, bem como ao perfeito cumprimento dos termos ora avençados, notadamente à pontualidade do pagamento do preço indicado na Cláusula Quarta, a pontualidade do pagamento do preço indicado na Cláusula quarta.

1.4. A **CONTRATADA** somente aceitará contestações sobre o funcionamento do(s) Sistema(s) por ela instalado(s), quando estes não estiverem atendendo aos requisitos legais e pela gestão indicados na de acordo com sua necessidade contratada, ou seja, quando, comprovadamente, ocorrerem problemas na instalação, desenvolvimento e execução do serviço.

2. CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

3. CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. A **CONTRATANTE** pagará mensalmente à **CONTRATADA**, pela licença de uso indicados na Cláusula Primeira, os valores constantes da tabela abaixo:

10000385



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTINÓPOLIS

ITEM	IMPLANTAÇÃO	UND	QTD	LINK3	LINK3
01	Migração Dados e Customizações	Serv	01	0,00	0,00
02	Implantação, Capacitação e Treinamento	Serv	01	0,00	0,00
03	Manutenção, Atendimento e Suporte	Serv	01	0,00	0,00
				0,00	
ITEM	MÓDULOS GOVNET	UN	QTD	VALOR UNIT	VALOR GLOBAL
04	Folha de Pagamento	Mês	12	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
05	Contabilidade	Mês	12	R\$ 535,50	R\$ 6.426,00
06	Compras	Mês	12	R\$ 325,00	R\$ 3.900,00
07	Gestão de RH	Mês	12	R\$ 382,00	R\$ 4.584,00
08	Frotas e Veículos	Mês	12	R\$ 212,00	R\$ 2.544,00
09	Materiais e Almoxarifado	Mês	12	R\$ 370,50	R\$ 4.446,00
10	Bens Patrimoniais	Mês	12	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
11	Gestão Contra Cheque e Ficha Financeira	Mês	12	R\$ 260,00	R\$ 3.120,00
12	Licitação	Mês	12	R\$ 288,00	R\$ 3.456,00
				R\$ 3.053,00	
SUBTOTAL					R\$ 36.636,00
VALOR TOTAL					R\$ 36.636,00

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS REAJUSTES E REVISÃO DOS PREÇOS

4.1 Os preços propostos pela CONTRATADA para o objeto do presente, permanecerão irrevogáveis durante vigência deste contrato. No caso de haver prorrogação do Contrato, os preços poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice do INPC registrado pela Fundação Getúlio Vargas e a variação de mercado, devidamente comprovados pela CONTRATADA.

4.2 Se durante o período do contrato ocorrer aumento de preços, pela variação excepcional de mercado, no objeto ora contratado, em conformidade com a legislação pertinente, os mesmos serão readequados, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, devendo a comprovação ser feita pela apresentação ao CONTRATANTE, por parte da CONTRATADA, de toda a documentação e contabilidade, em razão que autoriza o referido aumento;

4.3 A CONTRATADA obriga-se a repassar ao CONTRATANTE todos os preços e vantagens ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os vigentes.

4.4 O não pagamento das faturas e das despesas decorrentes da execução deste Contrato até a data de seu vencimento sujeitará a CONTRATANTE às penalidades estabelecidas nos termos



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTINÓPOLIS

0000036

da lei, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, incluindo-se multa de 2%, juros de 1% ao mês e correção monetária.

4.5 Na ocorrência de inadimplência, aqui incluído o não pagamento de qualquer valor devido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá encerrar os Serviços e/ou bloquear o acesso ao(s) Sistema(s), retendo todos os recebimentos realizados sob os presentes termos e cobrar valores e custas devidos pela CONTRATANTE.

4.6 O valor recebido pela CONTRATADA fora dos prazos e condições previstos neste Contrato, será havido como mera tolerância e não importará em novação estipulado no presente instrumento desta Cláusula; O valor das faturas será indicado em moeda corrente, no território nacional;

4.7 O uso do(s) Sistema(s) aqui licenciado(s) está vinculado ao pagamento dos valores acordados. Portanto, a execução de qualquer sistema, módulo ou software ora licenciado em desacordo com as previsões do presente instrumento será considerada pirataria de software;

4.8 As despesas resultantes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTINÓPOLIS

Atividade - 2058 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3390.40.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica.

Fonte de Recursos: 1211

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES GERAIS E ESPECÍFICAS DAS PARTES

5.1. À CONTRATADA:

5.1.1. A CONTRATADA reserva-se o direito de modificar as especificações técnicas do(s) Sistema(s) licenciado(s), sem alterações na remuneração prevista por este Contrato. As modificações constarão do arquivo readme.txt ou outro que o valha, que acompanhará a versão que implementará as modificações, sendo essa considerada a forma de comunicação das modificações, sem importar prejuízo ao serviço-fim específico ora contratado para a Administração.

5.1.2 A CONTRATADA será responsabilizada por eventuais falhas, problemas, interrupções e/ou suspensões dos serviços decorrentes de falhas do sistema e software desenvolvido e fornecido, para a execução de cada objeto deste contrato, sem, contudo, ser responsabilizada por danos causados decorrentes de falhas ou fatos atribuíveis do serviços de comunicação (telefone e internet), ou ainda, por fornecedora/concessionária de energia elétrica, ou a terceiros, sem prejuízo da responsabilização subsidiária das pessoas que irão trabalhar diretamente com os softwares/sistemas de programa de dados, computadores e equipamentos da CONTRATANTE;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTINÓPOLIS

1000087

5.2 A CONTRATADA responsabilizar-se-á ainda por:

- 5.2.1 Instalar o(s) Sistema(s) em local e/ou equipamentos pré-definidos e informados por escrito pela CONTRATANTE;
- 5.2.2 Promover o treinamento de utilização do Sistema de até 5 (cinco) prepostos/servidores, por cada software desenvolvido, do CONTRATANTE, por este designados para tanto, em momento e local a ser acordado entre as partes;
- 5.2.3 Agendado o treinamento, a CONTRATADA o promoverá independentemente de quantos prepostos do CONTRATANTE encontrarem-se no local, desde que respeitado o limite máximo constante do caput desta cláusula. Caso nenhum preposto compareça ao local designado para a realização do treinamento, este será considerado como efetivamente promovido;
- 5.2.4 A realização de novo(s) treinamento(s) implicará na obrigação do CONTRATANTE de arcar com as custas relativas ao pagamento da remuneração respectiva à CONTRATADA;
- 5.2.5 Treinar um gerente de sistemas com acesso total a todos os recursos do(s) sistema(s), na forma descrita na cláusula anterior;
- 5.2.6 A prestação ininterrupta e eficaz do Serviço, objeto deste Contrato, desde que tenham sido atendidas as condições necessárias para tal, excluindo-se as limitações de responsabilidades já descritas, bem como as eventuais paralisações necessárias à manutenção do sistema;
- 5.2.7 A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE cópia dos dados processados pelo(s) Sistema(s), em formato XML, que é acessível por diversas ferramentas disponíveis no mercado, desde que seja fornecido pela contratante o Banco de Dados. Tais dados só serão entregues em outro formato quando solicitada pelo CONTRATANTE, independente de novo acordo financeiro, sob pena de responsabilização dos danos causados ao serviços de novo acordo financeiro, considerando que tais dados pertencem a esta Gestão Pública, só e somente só a esta, uma vez que entende-se como patrimônio essencial ao desenvolvimento de ações básicas da gestão, sob as penas da lei.
- 5.2.8 Sempre que necessário e solicitado, fica obrigada a CONTRATADA em fornecer a base de dados para a migração dos dados pertencentes a esta administração pública CONTRATANTE, sem ressalvas, com arquivo de extensão compatível para qualquer forma de programa/sistema, migrável para qualquer outro sistema, uma vez que estes dados pertence à Gestão Pública, sendo intransmissíveis e vedado a sua utilização sem autorização expressa do gestor responsável, sob pena da responsabilização civil e criminal, não podendo acarretar qualquer prejuízo na transmissão desses dados, para a execução dos serviços públicos essenciais.

5.3 A CONTRATANTE responsabilizar-se-á por:

- 5.3.1 Implementação de medidas de segurança que visem proteger seus dados e/ou equipamentos;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTINÓPOLIS

1000088

- 5.3.2 Funcionamento de seu complexo de hardware e software, bem como pela correta atuação e conduta de seus funcionários, incluindo-se a manutenção de equipamentos e de redes livres de vírus, Cavalos-de-Tróia e programas semelhantes;
- 5.3.3 Uso dos Sistema(s) de maneira indevida ou fraudulenta, mesmo auxiliando ou permitindo que outros o façam. Para os fins do presente, abuso, uso indevido ou uso fraudulento incluem, mas não se limitam a:
- 5.3.4 Obtenção ou tentativa de obtenção dos Serviços através de quaisquer meios ou equipamentos com a intenção de evitar o pagamento do preço deste Contrato;
- 5.3.5 Acesso à alteração ou destruir quaisquer informações de outro cliente através de qualquer meio ou equipamento, ou a tentativa de fazê-lo;
- 5.3.6 Alterar, ajustar ou reparar o(s) software(s) componente(s) do Sistema objeto do presente instrumento, por si só ou mediante terceiros. Alterações, ajustes ou reparos não autorizados isentarão a LICENCIANTE de qualquer responsabilidade ou obrigação contratual ou extracontratual referente ao Sistema, sem prejuízo da responsabilidade do LICENCIADO, perante a LICENCIANTE, por perdas e danos, lucros cessantes e violação a direito autoral;
- 5.3.7 Efetuar engenharia reverse, descompilação, desmontagem, modificação, tradução e/ou criar ou desenvolver obras derivadas do(s) software(s) componente(s) do Sistema objeto do presente instrumento.
- 5.3.8 Todas e quaisquer despesas necessárias para eventuais adaptações e/ou manutenção do(s) Sistema(s), ou suporte na sede da CONTRATANTE, serão de sua inteira responsabilidade.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1. Durante o período de vigência do presente, a LICENCIANTE encontra-se obrigada a prestar assessoria técnica e manutenção corretiva do Sistema, nos termos explicitados neste contrato, notadamente nas cláusulas nona e décima e seus parágrafos respectivos.

6.1. A assessoria técnica consiste na divulgação de informações de atualização das versões do Sistema objeto do presente, nos termos da cláusula sétima, assim como na análise e eliminação de eventuais falhas que se manifestem no funcionamento do Sistema, mediante atendimento técnico por telefone, desde que respeitado o prazo constante da cláusula oitava.

6.2. A manutenção corretiva consiste em corrigir falhas e/ou executar eventuais alterações que se façam necessárias para o bom funcionamento do Sistema, desde que respeitado o prazo constante da cláusula oitava.

6.3. A título de manutenção corretiva, a LICENCIANTE responsabiliza-se tão-somente pela correção de falhas e/ou vícios atinentes a alterações da legislação em vigor e/ou decorrentes de problemas ocorridos quando da instalação do Sistema.

6.4. Os serviços de manutenção corretiva serão efetuados pela LICENCIANTE, dentro dos horários comerciais, a saber, das 8:00h (oito horas) às 12:00h (doze horas), no período



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTINÓPOLIS

11000089

matutino, e das 14:00h (quatorze horas) às 18:00h (dezoito horas), no período vespertino, apenas nos dias úteis.

6.5. Os serviços de manutenção corretiva podem ser prestados na sede da LICENCIANTE ou na sede do LICENCIADO, restando tal escolha a critério exclusivo dos técnicos responsáveis pela manutenção.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONFIDENCIALIDADE

7.1 As Partes concordam que as informações processadas pelo sistema são estritamente confidenciais e não serão divulgadas a quaisquer indivíduos, sociedades ou instituições, exceto se:

- A revelação seja exigida por autoridade governamental, principalmente pelos Tribunais de Contas (União, Estado e/ou Município) competentes, sob pena de ser caracterizada desobediência ou outra ilegalidade. Nestas hipóteses, o material a ser revelado deverá ser objeto de toda a proteção governamental ou judicial aplicável, devendo a Parte que estiver obrigada a revelar tais informações, notificar a outra Parte com antecedência;

- A revelação seja expressamente autorizada pela outra Parte.

7.2. Cada Parte se compromete a não utilizar, exceto mediante prévia e expressa anuência por escrito do respectivo titular, qualquer nome, marca, logotipo ou símbolo de propriedade da outra parte e/ou dos fornecedores desta, nem fazer qualquer declaração ou referência que indique a existência de qualquer vínculo ou relação contratual ou negocial com as mesmas, sem que tal referência ou declaração seja previamente acordada, por escrito, pela outra parte e/ou fornecedores desta, conforme o caso;

7.3. A CONTRATADA é titular de todos os direitos patrimoniais e extrapatrimoniais referentes ao Sistema, notadamente aqueles inerentes à propriedade intelectual, salvaguardado os dados inseridos nos sistemas, os quais pertencem à Administração CONTRATANTE.

7.4. A CONTRATANTE poderá utilizar e fazer uso e gozo do Sistema nos limites estabelecidos no presente instrumento, expressamente vedada qualquer tipo de distribuição do produto, seja a que título for, temporário ou definitivo, oneroso ou gratuito.

7.5. O CONTRATANTE reconhece expressamente que os sistemas, assim como os logotipos, marcas, insígnias, símbolos, sinais distintivos, manual(is), documentação técnica associada e quaisquer outros materiais correlatos a CONTRATADA, constituem, conforme o caso, direitos autorais, segredos comerciais, e/ou direitos de propriedade da CONTRATADA ou seus licenciadores, sendo tais direitos protegidos pela legislação nacional e internacional aplicável à propriedade intelectual e aos direitos autorais, especialmente pelo que contém as Leis números 9.609 e 9.610, de 19.22.98.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTINÓPOLIS



8. CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1 A execução dos serviços do presente Contrato será fiscalizada pela Secretária Municipal de Saúde, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços contratados.

8.2. À FISCALIZAÇÃO compete, entre outras atribuições:

- I - Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato;
- II - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos empregados são adequados, para garantir a qualidade desejada;
- III - Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente dos preços;
- IV - Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

8.3. A ação da FISCALIZAÇÃO não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

9.2. O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art 73, inciso I, letra "a", "b", da lei 8.666/93, com alterações posteriores;

9.3. O serviço executado em desacordo com o estipulado no instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso;

9.4. Caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Cristinápolis, o recebimento e o atestado de conformidade da(s) Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s) correspondentes ao executado

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante apresentação das notas fiscais/faturas dos serviços objeto do Contrato. As referidas notas fiscais deverão ser apresentadas com um intervalo mínimo de 05 (cinco) dias consecutivos do seu vencimento, no protocolo desta Prefeitura, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) contendo o atesto que os serviços foram executados; a Certidão Negativa Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União abrangendo as Contribuições Sociais abrangendo os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 conforme Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1.751, de 02/10/2014; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal e Certidão Negativa de Débitos Estaduais junto à Fazenda Estadual, Municipal e CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTINÓPOLIS

000091

- 10.3. Eventuais pagamentos efetuados, a maior ou a menor, em virtude de erro no faturamento, poderão ser compensados nas faturas seguintes;
- 10.4. Na hipótese de estarem os documentos discriminados no item 10.2 com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao CONTRATANTE nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento;
- 10.5. Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a CONTRATADA apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o Contrato será rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ficando assegurado à CONTRATADA, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos produtos efetivamente fornecidos e atestados na forma do item 10.2.
- 10.6. No caso de pagamento não ser efetuado no prazo acima fixado, tendo o CONTRATANTE dado causa ao atraso, o valor do débito será atualizado, desde a data prevista para a sua liquidação até a data do efetivo pagamento e a CONTRATADA fará jus a: a) multa moratória de 2%; b) juros moratórios de 1% ao mês, calculados pro-rata-die; e c) correção monetária calculada pro-rata-die, com base na variação do INPC;
- 10.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer débito referente à eventual irregularidade, inadimplência ou penalidade.
- 10.8. O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe a Lei nº 8.666/93 em seu artigo 5º;
- 10.9. No ato do pagamento, o Município de Cristinápolis observará o disposto na Lei Municipal nº 748, de 18 de Dezembro de 2018, e se couber, fará a cobrança da taxa de 1,0% (um por cento) sobre o valor contratado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 No caso de atraso injustificado ou inexecução, total ou parcial, do compromisso assumido constante da íntegra deste termo de contrato, com a CONTRATANTE, as sanções administrativas aplicadas à CONTRATADA serão:
- I - Advertência;
 - II - Multa;
 - III - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;
 - IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 11.2. A multa será aplicada até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela mensal do atraso e, no caso de atraso não justificado devidamente, cobrar-se-á 1% (um por cento) por dia, sobre o valor mensal da respectiva parcela afetada, o que não impedirá, a critério da Prefeitura, a aplicação das demais sanções a que se refere esta cláusula, podendo a multa ser cobrada diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente;
- 11.3. Caso a CONTRATADA venha a falhar ou fraudar a execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e de ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTINÓPOLIS

000092

- 11.4. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, ficando sua aceitação a critério do CONTRATANTE.
- 11.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTRATO E RESPECTIVAS ALTERAÇÕES

- 12.1. Compete a ambas as partes de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93, com alterações posteriores e em outras disposições legais pertinentes, realizar, mediante Termo Aditivo e/ou Termo de Re-Ratificação, as alterações contratuais que julgarem convenientes.
- 12.2. A critério do CONTRATANTE e em função das necessidades dos serviços, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do Contrato.
- 12.3. A Administração poderá cancelar a Nota de Empenho que vier a ser emitida, em decorrência do Dispensa e rescindir o correspondente Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ficando assegurado o contraditório e o direito de defesa:
- a) For requerida ou decretada a falência ou liquidação da CONTRATADA, ou quando ela for atingida por execução judicial, ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômica e financeira;
 - b) A Contratada for declarada inidônea ou punida com proibição de licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública;
 - c) Em cumprimento de determinação administrativa ou judicial que declare a nulidade da adjudicação.
- 12.4. Em caso de Recuperação Judicial, o Contrato poderá ser mantido, se a CONTRATADA oferecer garantias que sejam consideradas adequadas e suficientes para o satisfatório cumprimento das obrigações por ela assumidas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

- 13.2. O presente Contrato poderá ser denunciado, por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e rescindido, a juízo do CONTRATANTE, nos casos previstos no Art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores, reconhecidos os direitos e deveres da Administração Pública e a supremacia do interesse público, amparados constitucionalmente;
- 13.3. Em razão da rescisão, deverá ser observados todos os termos previstos nesse Contrato, todos os valores devidos à CONTRATADA, em função dos Serviços prestados até a rescisão. Entretanto, caso seja da iniciativa da CONTRATADA, essa deverá sanear as solicitações da CONTRATANTE, na forma desse Contrato, pendentes de atendimento, além de receber os valores pendentes de pagamento da CONTRATANTE;
- 13.4. A critério da parte prejudicada enseja também motivo de rescisão, de pleno direito, independente de qualquer aviso ou notificação, o descumprimento de qualquer Cláusula deste Contrato;
- 13.5. Em qualquer das hipóteses de rescisão, à CONTRATADA caberá a desativação do(s) Sistema(s) e fornecimento da BASE DE DADOS DE TODOS OS SOFTWARES CONTRATADOS, com



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTINÁPOLIS

000093
PROFESSOR
RESTRITO

extensão e base de dados migrável para todo e qualquer sistema ou programa de informática futuro, de forma que não prejudique nem atrase os serviços de utilidade pública da ora CONTRATANTE, sob pena de responsabilização esculpida na CLAUSULA ONZE, independentemente da esfera civil e criminal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS


- 14.2. O presente Contrato, aliado a todos e quaisquer outros contratos, documentos, arras ou instrumentos subsidiariamente celebrados, constituem o acordo integral entre as Partes;
- 14.3. Todos os avisos e demais comunicações aqui exigidos ou permitidos serão por escrito e serão havidos como tendo sido devidamente transmitidos quando entregues em mãos ou quando despachados por telex (confirmado por escrito por correspondência simultaneamente encaminhada pelo correio) à CONTRATADA;
- 14.4. As Cláusulas deste Contrato que tenham por natureza caráter perenes, especialmente as relativas a direito de propriedade intelectual e confidencialidade, sobreviverão ao término ou rescisão deste Contrato;
- 14.5. A omissão ou tolerância das Partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- 14.6. As Partes expressamente declaram que não se estabelece, em razão do presente Contrato, vínculo empregatício e/ou previdenciário de qualquer natureza entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, de um lado, e seus empregados ou técnicos indicados para e/ou acompanhamento dos Serviços de que trata este instrumento, de outro lado, conforme o caso;
- 14.7. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, mediante reunião das Partes para tal finalidade, devendo ser elaborado termo aditivo a este Contrato e assinado pelas Partes contratantes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Para todos os efeitos, será competente para dirimir conflitos entre as Partes, decorrentes do presente Contrato, fica eleito o foro da cidade de Cristinápolis, Estado de Sergipe, conforme regulado pelos termos e condições aqui estabelecidos, cabendo à parte vencedora pagar os advogados da parte vencedora.

E assim, por estarem justas e contratadas, as Partes celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços em 2 (duas) vias de igual teor e forma, as quais devem ser consideradas como originais, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

Cristinápolis Se, 03 de Janeiro de 2019


FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTINÁPOLIS
CNPJ nº: 11.398.566/0001-30
CONTRATANTE



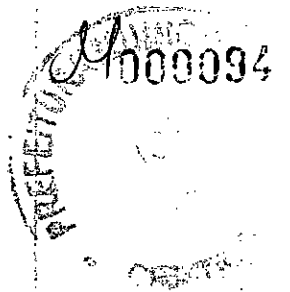
ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTINÓPOLIS

LINK3 SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA - EPP
CNPJ nº: 21.692.672/0001-85
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____





FOLHAS Nº 89
SERVIDOR Nº 4000095

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMBAÚBA

CONTRATO Nº 07/2018

CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SISTEMA PARA GESTÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as Partes:

01 - CARACTERIZAÇÃO

CONTRATANTE	Secretaria Municipal de Inclusão Social de Umbaúba		
ENDEREÇO	JULIO DIONIZIO SOARES Nº 32		
COMPLEMENTO		BAIRRO	CENTRO
CIDADE / UF	UMBAÚBA/SE	CEP	49260-000
CNPJ / CPF	13.099.395/0001-73	INSC MUNICIPAL	
CONTRATADA	Link3 Sistemas de Automação Ltda EPP		
ENDEREÇO	PRAÇA JACKSON FIGUEIREDO 17		
COMPLEMENTO	SALA 03	BAIRRO	CENTRO
CIDADE / UF	ITAPORANGA / SE	CEP	49.120-000
CNPJ / CPF	21.692.672/0001-85	INSC MUNICIPAL	5421001

Tem entre si justo e contratado celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços técnicos especializados em sistemas para Gestão Executiva Municipal: Planejamento; Contabilidade; Financeira; PPA, LDO; LOA e Publicação da Lei Complementar 131/2009 que se regerá pelas seguintes Cláusulas e condições:

2 – OBJETO

2.1 Constitui objeto deste Contrato a prestação de serviços especializados em sistema para Gestão do Executiva Municipal: **Planejamentos Municipal, Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil, PPA; LDO; LOA; Folha de Pagamento e RH, Gestão de Materiais e Almoxarifado; Patrimônio, Frota e Veículos, Transparência LC 131, Tributos, Licitação Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) Declaração Eletrônica do ISSQN; Cadastro Técnico Municipal e Portal da Transparência e Diário Oficial.**

2.2 - O objeto de que trata esta Cláusula limita-se aos recursos disponíveis no(s) módulo(s) de Sistema(s) licenciado(s) pela CONTRATADA.

2.3 - A validade da licença de uso está limitada à vigência deste Contrato, bem como ao perfeito cumprimento dos termos ora avençados, notadamente à pontualidade do pagamento do preço indicado na Cláusula Terceira, a pontualidade do pagamento do preço indicado na Cláusula quarta.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMBAÚBA

2.5 - A CONTRATADA somente aceitará contestações sobre o funcionamento do(s) Sistema(s) por ela instalado(s), quando estes não estiverem atendendo aos requisitos legais, ou seja, quando, comprovadamente, ocorrerem problemas na instalação e não forem detectados por ela naquele momento.

2.6 - O "Número Permitido" significa um (1), a não ser que especificado de outra forma em uma licença válida (por ex., licença de volume) concedida pela CONTRATADA.

3 - VIGÊNCIA

O presente contrato terá sua vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período conforme Art 57, II da 8666/93.

4 - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA, pela licença de uso indicados na Cláusula Primeira, os valores constantes da tabela abaixo:

ITEM	MODULO (CÓDIGO) DO PREÇO	QUANT.	VALOR
01	Planejamento Municipal, Execução Orçamentária, Gestão Financeira, Controle Contábil; PPA; LDO; LOA; Folha de Pagamento e RH; Gestão de Materiais e Almoxarifado; Patrimônio; Frota e Veículos; Transparência LC 131; Tributos; Licitação; Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e); Declaração	12	R\$ 4.183,50
TAXA DE IMPLANTAÇÃO			
VALOR GLOBAL DO CONTRATO			50.202,00

4.2 - O valor da mensalidade será reajustado na menor periodicidade autorizada em lei, pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, ou, no caso de sua extinção, ou inaplicabilidade, pela variação do INPC do IBGE, ou, no caso de sua extinção ou inaplicabilidade, pela variação do IPC da FIPE, ou ainda pela variação de qualquer outro índice que reflita a real inflação do período;

4.3 - Caso o índice para aquele mês não tenha sido divulgado, será utilizado o mais recente e a diferença será calculada e cobrada na fatura seguinte à divulgação;

4.4 - Os Serviços serão cobrados mensalmente através de faturas emitidas pela Contratada com vencimento designado para o dia 30 do mês respectivo. Até o dia 10 do mês subsequente, a Contratante poderá promover o pagamento das faturas sem incidência de encargos contratuais. A inobservância desse prazo, entretanto, importará no cômputo retroativo dos encargos até o dia do vencimento, nos termos descritos no item acima;

4.5 - Além do preço do (os) serviço (s) indicado (s) nesta Cláusula, a CONTRATANTE também reembolsará ou pagará diretamente todas as despesas de locomoção, alimentação e hospedagem do (s) serviço (s) da CONTRATADA, necessárias para a implantação do (s) Sistemas, Treinamento ou qualquer outra



SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO SOCIAL Nº 000097
COLINAS Nº 91
CEN. SER. V. 02

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMBAUÍBA

Atividade. O prazo para reembolso destas despesas será de 05 (cinco) dias após atendimento.

4.6 - O não pagamento das faturas e das despesas decorrentes da execução deste Contrato até a data de seu vencimento sujeitará a CONTRATANTE às penalidades estabelecidas nos termos da lei, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, incluindo-se multa de 2%, juros de 1% ao mês e correção monetária.

4.7 - Na ocorrência de inadimplência, aqui incluído o não pagamento de qualquer valor devido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá encerrar os Serviços e/ou bloquear o acesso ao(s) Sistema(s), retendo todos os recebimentos realizados sob os presentes termos e cobrar valores e custas devidos pela CONTRATANTE.

4.8 - O valor recebido pela CONTRATADA fora dos prazos e condições previstos neste Contrato, será havido como mera tolerância e não importará em novação estipulado no presente instrumento desta Cláusula;

4.9 - O valor das faturas será indicado em moeda corrente, no território nacional;

4.10 - A CONTRATADA poderá, a seu critério, emitir títulos de créditos representativos de valores, devidamente faturados na forma deste Contrato, ficando a CONTRATANTE obrigada a aceitá-los;

4.11 - O uso do(s) Sistema(s) aqui licenciado(s) está vinculado ao pagamento dos valores acordados. Portanto, a execução de qualquer sistema, módulo ou software ora licenciado em desacordo com as previsões do presente instrumento será considerada pirataria de software;

4.12 - As despesas resultantes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Inclusão Social - Unidade Orçamentária: 02000 - Atividade: 4399-
Manutenção da Secretaria Municipal de Inclusão Social - 3390.39.00.00 - outros serviços de terceiros pessoa jurídica - fonte - 1001..

5 - RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DAS PARTES

CONTRATADA:

Limitações

5.1 - A CONTRATADA reserva-se o direito de modificar as especificações técnicas do(s) Sistema(s) licenciado(s), sem alterações na remuneração prevista por este Contrato. As modificações constarão do arquivo readme.txt ou outro que o valha, que acompanhará a versão que implementará as modificações, sendo essa considerada a forma de comunicação das modificações;

5.2 - A CONTRATADA não será responsabilizada por eventuais falhas, problemas, interrupções e/ou suspensões dos Serviços decorrentes de falhas ou fatos atribuíveis à rede pública e/ou privada de telecomunicações, à fornecedora de



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMBAÚBA

energia elétrica, ou a terceiros, sem prejuízo das pessoas já elencadas na cláusula, atribuídas a os computadores e equipamentos e prepostos da CONTRATANTE;

5.3 - A CONTRATADA não terá responsabilidade sobre eventuais danos diretos, indiretos, especiais, punitivos, incidentais ou consequências, ou danos por lucros perdidos, perda de rendimento, perda de uso, perda de dados, invasões não autorizadas à rede interna aos seus arquivos e equipamentos, perda de oportunidades, ou perda por qualquer outro dano comercial, derivados ou relacionados ao uso, confiança, falta de habilidade no uso, performance, ou não-performance da informação, dados ou todos os outros Serviços que aparecem relacionados de qualquer forma ao(s) Sistema(s), sejam estes danos derivados de Contrato, negligência, imperícia ou imprudência, mesmo que a CONTRATADA tenha sido avisada da possibilidade de tais danos.

responsabilidades

5.4 - A CONTRATADA responsabiliza-se por:

A) Instalar o(s) Sistema(s) em local e/ou equipamentos pré-definidos e informados por escrito a pela CONTRATANTE;

B) CONTRATADA obriga-se a promover o treinamento de utilização do Sistema de até 05 (cinco) prepostos do CONTRATANTE, por este designados para tanto, em momento e local a ser acordado entre as partes;

B.1. Agendado o treinamento, a CONTRATADA o promoverá independentemente de quantos prepostos do CONTRATANTE encontrarem-se no local, desde que respeitado o limite máximo constante do caput desta cláusula. Caso nenhum preposto compareça ao local designado para a realização do treinamento, este será considerado como efetivamente promovido;

B.2. A realização de novo(s) treinamento(s) implicará na obrigação do CONTRATANTE de arcar com as custas relativas ao pagamento da remuneração respectiva à CONTRATADA;

B.2.1. Treinar um gerente de sistemas com acesso total a todos os recursos do(s) sistema(s), na forma descrita na cláusula anterior;

B.2.2. A prestação ininterrupta e eficaz do Serviço, objeto deste Contrato, desde que tenham sido atendidas as condições necessárias para tal, excluindo-se as limitações de responsabilidades já descritas, bem como as eventuais paralisações necessárias à manutenção do sistema;

C) A DOMÍNIO PÚBLICO disponibilizará à CONTRATANTE cópia dos dados processados pelo(s) Sistema(s), em formato XML, que é acessível por diversas ferramentas disponíveis no mercado, desde que seja fornecido pela contratante o Banco de Dados. Tais dados só serão entregues em outro formato a critério exclusivo da CONTRATADA e mediante acordo financeiro independente deste instrumento, com pagamento antecipado.

CONTRATANTE:

Responsabilidades

5.5 - A CONTRATANTE responsabiliza-se pelo(a):

5.5.1 - A Implementação de medidas de segurança que visem proteger seus dados e/ou equipamentos;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UBAÚBA

5.5.2 - O Funcionamento de seu complexo de *hardware* e *software*, bem como pela correta atuação e conduta de seus funcionários, incluindo-se a manutenção de equipamentos e de redes livres de vírus, cavalos-de-tróia e programas semelhantes;

5.5.3 - O Uso do(s) Sistema(s) de maneira indevida ou fraudulenta, mesmo auxiliando ou permitindo que outros o façam. Para os fins do presente, abuso, uso indevido ou uso fraudulento incluem, mas não se limitam a:

- Obtenção ou tentativa de obtenção dos Serviços através de quaisquer meios ou equipamentos com a intenção de evitar o pagamento do preço deste Contrato;
- Acesso à alteração ou destruir quaisquer informações de outro cliente através de qualquer meio ou equipamento, ou a tentativa de fazê-lo;
- Alterar, ajustar ou reparar o(s) software(s) componente(s) do Sistema objeto do presente instrumento, por si ou mediante terceiros. Alterações, ajustes ou reparos não autorizados isentarão a LICENCIANTE de qualquer responsabilidade ou obrigação contratual ou extracontratual referente ao Sistema, sem prejuízo da responsabilidade do LICENCIADO, perante a LICENCIANTE, por perdas e danos, lucros cessantes e violação a direito autoral;
- Efetuar engenharia reversa, descompilação, desmontagem, modificação, tradução e/ou criar ou desenvolver obras derivadas do(s) software(s) componente(s) do Sistema objeto do presente instrumento.
- Todas e quaisquer despesas necessárias para eventuais adaptações e/ou manutenção do(s) Sistema(s), ou suporte na sede da CONTRATANTE, quando fora do objeto deste contrato.

6 - ASSISTENCIA TECNICA

6.1 - Durante o período de vigência do presente, a LICENCIANTE encontra-se obrigada a prestar assessoria técnica e manutenção corretiva do Sistema, nos termos explicitados neste contrato, notadamente nas cláusulas nona e décima e seus parágrafos respectivos.

6.2 - A assessoria técnica consiste na divulgação de informações de atualização das versões do Sistema objeto do presente, nos termos da cláusula sétima, assim como na análise e eliminação de eventuais falhas que se manifestem no funcionamento do Sistema, mediante atendimento técnico por telefone, desde que respeitado o prazo constante deste.

6.3 - A manutenção corretiva consiste em corrigir falhas e/ou executar eventuais alterações que se façam necessárias para o bom funcionamento do Sistema.

6.3.1 - A título de manutenção corretiva, a LICENCIANTE responsabiliza-se tão-somente pela correção de falhas e/ou vícios atinentes a alterações da legislação em vigor e/ou decorrentes de problemas ocorridos quando da instalação do Sistema.

6.3.2 - Os serviços de manutenção corretiva serão efetuados pela LICENCIANTE, dentro dos horários comerciais, a saber, das 07:00h (sete) às 13:00h (treze) horas,



ALFABETURA MUNICIPAL DE
FOLHAS Nº 0000100
CANTOR

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMBAÚBA

no período matutino, e das 14:00h (quatorze) às 18:00 (dezoito) horas, no período vespertino, apenas nos dias úteis.

6.3.3 - Os serviços de manutenção corretiva podem ser prestados na sede da LICENCIANTE ou na sede do LICENCIADO, restando tal escolha a critério exclusivo dos técnicos responsáveis pela manutenção.

7 - CONFIDENCIALIDADE

7.1 - As Partes concordam que as informações processadas pelo sistema são estritamente confidenciais e não serão divulgadas a quaisquer indivíduos, sociedades ou instituições, exceto se:

- A revelação seja exigida por autoridade governamental, principalmente pelos Tribunais de Contas (União, Estado e/ou Município) competente, sob pena de ser caracterizada desobediência ou outra ilegalidade. Nestas hipóteses, o material a ser revelado deverá ser objeto de toda a proteção governamental ou judicial aplicável, devendo a Parte que estiver obrigada a revelar tais informações, notificar a outra Parte com antecedência;
- A revelação seja expressamente autorizada pela outra Parte.

7.2 - Cada Parte se compromete a não utilizar, exceto mediante prévia e expressa anuência por escrito do respectivo titular, qualquer nome, marca, logotipo ou símbolo de propriedade da outra parte e/ou dos fornecedores desta, nem fazer qualquer declaração ou referência que indique a existência de qualquer vínculo ou relação contratual ou comercial com as mesmas, sem que tal referência ou declaração seja previamente acordada, por escrito, pela outra parte e/ou fornecedores desta, conforme o caso;

7.3 - A CONTRATADA é titular de todos os direitos patrimoniais e extrapatrimoniais referentes ao Sistema, notadamente aqueles inerentes à propriedade intelectual;

7.4 - A CONTRATANTE utilize e faça gozo do Sistema nos limites estabelecidos no presente instrumento, expressamente vedada qualquer tipo de distribuição do produto, seja a que título for temporário ou definitivo, oneroso ou gratuito.

7.5 - O CONTRATANTE reconhece expressamente que os sistemas, assim como os logotipos, marcas, insígnias, símbolos, sinais distintivos, manual(is), documentação técnica associada e quaisquer outros materiais correlatos a CONTRATADA, constituem, conforme o caso, direitos autorais, segredos comerciais, e/ou direitos de propriedade da CONTRATADA ou seus licenciadores, sendo tais direitos protegidos pela legislação nacional e internacional aplicável à propriedade intelectual e aos direitos autorais, especialmente pelo que contém as Leis números 9.609 e 9.610, de 19.22.98. RESCISÃO

8 - RESCISÃO

8.1 - Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato, antecipadamente ao término da vigência indicada na Cláusula SEGUNDA, desde que seja comunicado, por escrito, à outra, com uma antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias, sem nenhum ônus para as Partes. Sendo essa decisão tomada pela CONTRATANTE, esta deverá quitar, com multa, juros e correção monetária, previstos nesse Contrato,



4000101

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
FOLHAS Nº 95

Nº 1001/2011

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMBÁUBA

todos os valores devidos à CONTRATADA, em função dos Serviços já prestados até a rescisão. Entretanto, caso seja da iniciativa da CONTRATADA, essa deverá sanear as solicitações da CONTRATANTE, na forma desse Contrato, pendentes de atendimento, além de receber os valores pendentes de pagamento da CONTRATANTE;

8.2 - A critério da parte prejudicada enseja também motivo de rescisão, de pleno direito, independente de qualquer aviso ou notificação, o descumprimento de qualquer Cláusula deste Contrato;

8.3 - Em qualquer das hipóteses de rescisão, à CONTRATADA caberá a desativação do(s) Sistema(s).

9 - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - O presente Contrato, aliado a todos e quaisquer outros contratos, documentos, arras ou instrumentos subsidiariamente celebrados, constituem o acordo integral entre as Partes;

9.2 - Todos os avisos e demais comunicações aqui exigidos ou permitidos serão por escrito e serão havidos como tendo sido devidamente transmitidos quando entregues em mãos ou quando despachados por telefax (confirmado por escrito por correspondência simultaneamente encaminhada pelo correio) à CONTRATADA;

9.3 - As Cláusulas deste Contrato que tenham por natureza caráter perene, especialmente as relativas a direito de propriedade intelectual e confidencialidade, sobreviverão ao término ou rescisão deste Contrato;

9.4 - A omissão ou tolerância das Partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

9.5 - As Partes expressamente declaram que não se estabelece, em razão do presente Contrato, vínculo empregatício e/ou previdenciário de qualquer natureza entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, de um lado, e seus empregados ou técnicos indicados para e/ou acompanhamento dos Serviços de que trata este instrumento, de outro lado, conforme o caso;

9.6 - Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, mediante reunião das Partes para tal finalidade, devendo ser elaborado termo aditivo a este Contrato e assinado pelas Partes contratantes. [É obrigatória a inclusão de cláusulas que estabeleçam a observância da Lei nº 8.666/1993 e ao edital na execução do contrato (art. 58 da Lei nº 8.666/1993)];

10 - FORO

Para todos os efeitos, será competente para dirimir conflitos entre as Partes, decorrentes do presente Contrato, fica eleito o foro da comarca de Umbaúba do Estado de Sergipe, conforme regulado pelos termos e condições aqui estabelecidos, cabendo à parte vencida pagar os advogados da parte vencedora.



M 000102

~~360102~~

Prefeitura Municipal de Umbaúba

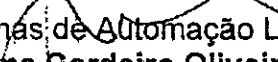
Folhas nº 96

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMBÁUBA

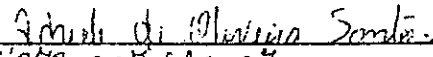
E assim, por estarem justas e contratadas, as Partes celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços em 02 (dois) vias de igual teor e forma, as quais devem ser consideradas como originais, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo.

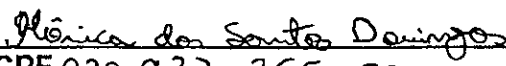
Umbaúba/SE, 02 de janeiro de 2019.


Secretaria M. de Assistência Social de Umbaúba/SE
Rose Aline Nascimento Ávila
Secretaria Municipal de Inclusão Social
Contratante


Link3 Sistemas de Automação Ltda EPP
Joelma Cordeiro Oliveira
Sócia Administradora
Contratado

Testemunhas:


CPF 079.037.885-07


CPF 020.937.365-27



Estado de Alagoas

CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

M000193

CONTRATO DE ADMINISTRATIVO Nº 06/ 2018

Contrato que celebram a CAMARA MUNICIPAL DE MURICI, através do Poder Legislativo e LINK3 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA - EPP, para locação de "Software", "Sistema", "Programa" ou "GovNet" Serviço de Automação de Processos Administrativos e Licença de Uso do Sistema de Gestão GovNet.

CONTRATANTE:

CAMARA MUNICIPAL DE MURICI, localizado na Rua Firmino de Queiroz, nº 135- Bairro: Cidade Alta, Murici - Alagoas, CEP: 57.820-000, sob CNPJ: nº 12.488.532/0001-07, neste ato representado pelo Vereador Presidente Fausto Batista, portador do CPF nº 144.880.274-15;

CONTRATADA:

LINK3 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA - EPP - Empresa sediada na Rua Rio do Banho, S/N, 1o. Andar, Centro Saubara/ BA CEP 44220-000, CNPJ Nº 18.603.576/0001-09, Insc. Municipal 191860001, neste ato representado na forma do seu Contrato Social.

Considera-se os termos: "Software", "Sistema", "Programa" ou "GovNet", quando aqui referido, independente do número ou gênero em que seja mencionado, designa o programa de computador de propriedade única e exclusiva da Contratada e licenciado para o uso do Contratante, por prazo determinado, de acordo com as Cláusulas, bem como nos termos do presente instrumento;

1.1 - A licença de uso ora concedida dá ao Contratante o direito, não exclusivo e intransferível, de usar o sistema unicamente para processamento de seus dados, em computadores de sua propriedade e dentro de suas dependências, conforme especificado neste contrato;

1.2 - As configurações do sistema(s) às necessidades do Contratante, com cadastramento e preparação das bases de dados e dos módulos existentes do programa, com acionamento dos comandos e conexões necessários, deixando-os sistema(s) em pleno funcionamento;

1.3 - A Contratada, legítima proprietária dos direitos do(s) software(s), objeto deste Contrato, neste ato e pela melhor forma de direito, outorga a Contratante a Licença, em caráter não exclusivo e não transferível do programa de computador (softwares), objeto deste Contrato, a qual é disponibilizada para uso da Contratada, respeitando os termos na melhor forma de direito mediante as condições regulamentadas nas Cláusulas deste Contrato.

2. Objeto Contratual:

2.1 - Constitui objeto deste Contrato os Serviço de Automação de Processos Administrativos e Licença de Uso do Sistema de Gestão GovNet, com acessos simultâneo, elencado(s), com os respectivos Módulos:

Rua Firmino de Queiroz nº 135, Campo Grande,
Murici - Alagoas - CEP 57820-000
CNPJ. 12.488.532/0001-07
Camara@murici.al@gmail.com / Fone 82.3286.1370

B K



Estado de Alagoas

CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

- 2.1.1. - Cessão de licenciamento de uso de Sistema Integrado de Plano Plurianual (PPA), Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), Controle do Orçamento (LOA), Contabilidade, Tesouraria, Balanço e Integração com Autarquias e demais Sistemas;
- 2.1.2 - Cessão de licenciamento de uso de Sistema Integrados de Administração Tributária, IPTU e Taxas Imobiliárias, ISSQN, Tarifas e taxas, Contribuição de Melhoria, Dívida Ativa, Contencioso, Fiscalização, Controle de Arrecadação, Controle de Obras;
- 2.1.3 - Cessão de licenciamento de uso de Sistema Integrados de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Ponto Eletrônico, Rescisões, Férias e Contratos Funcionais;
- 2.1.4 - Cessão de licenciamento de uso de Sistema Integrados de Almoxarifado, Estoque e Frotas;
- 2.1.5 - Cessão de licenciamento de uso de Sistema Integrados de Bens Patrimoniais.
- 2.2.1 - Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:
- 2.2.2 Manutenção legal e corretiva durante o período contratual;
- 2.2.3 Configuração e parametrização conforme procedimentos da Contratante;
- 2.2.4 Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas contratados;
- 2.2.5 Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) sistema(s) contratado(s);
- 2.2.6 O objeto de que trata esta Cláusula limita-se aos recursos disponíveis no(s) módulo(s) de Sistema(s) licenciado(s) pela Contratada;
- 2.2.7 Serviços de alterações específicas da Contratante, quando solicitado.

3. Vigência:

3.1 - Este Contrato terá vigência no período de **02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017**, sendo renovado automaticamente por períodos iguais e consecutivos, caso não haja manifestações contrária e formal de nenhuma das Partes, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores ao final do prazo;

3.1.1 - A validade da licença de uso está limitada à vigência deste Contrato, bem como a pontualidade do pagamento do valores indicado no(s) documento(s) anexo(s).

4. Preço e Condições de Pagamento:

4.1 - A Contratante pagará mensalmente à Contratada, pela licença de uso indicados neste Contrato, os valores constantes da tabela abaixo:

ITE	SERVICOS / MÓDULOS GOVNET	UN	QUANT
01	Módulo GovNet - PCASP	Mês	12
02	Módulo GovNet - RH	Mês	12
03	Módulo GovNet - Materiais e Almoxarifado	Mês	12
04	Módulo GovNet - Bens Patrimoniais	Mês	12
05	Módulo GovNet - Controle de Protocolo	Mês	12
06	Módulo GovNet - Licitações e Contratos	Mês	12
07	Portal Transparência	Mês	12
VALOR MENSAL			3.000,00
VALOR GLOBAL			36.000,00

Rua Firmino de Queiroz nº 135, Campo Grande,
Murici - Alagoas - CEP 57820-000
CNPJ. 12.488.532/0001-07
Camaramurici.al@gmail.com / Fone 82.3286.1370

J T



Estado de Alagoas
CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

4.2 - O valor da mensalidade será reajustado na menor periodicidade autorizada em lei, pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, ou, no caso de sua extinção, ou inaplicabilidade, pela variação do INPC do IBGE, ou, no caso de sua extinção ou inaplicabilidade, pela variação do IPC da FIPE, ou ainda pela variação de qualquer outro índice que reflita a real inflação do período;

4.3 - Caso o índice para aquele mês não tenha sido divulgado, será utilizado o mais recente e a diferença será calculada e cobrada na fatura seguinte à divulgação;

4.4 - Os serviços serão cobrados mensalmente através de faturas emitidas pela Contratada com vencimento designado para o dia 30 do mês respectivo. Até o dia 10 (dez) do mês subsequente, a Contratante poderá promover o pagamento das faturas sem incidência de encargos contratuais. A inobservância desse prazo, entretanto, importará no cômputo retroativo dos encargos até o dia do vencimento, nos termos descritos no item acima;

4.5 - Além do valor do(s) serviço(s) indicado(s) nesta Cláusula, a Contratante também reembolsará ou pagará diretamente todas as despesas de locomoção, alimentação e hospedagem do(s) profissional(is) da Contratada, necessárias para a implantação do(s) sistema(s), treinamento ou qualquer outra atividade. O prazo para reembolso destas despesas será de 05 (cinco) dias após atendimento;

4.6 - O não pagamento das faturas e das despesas decorrentes da execução deste Contrato até a data de seu vencimento sujeitará a Contratante às penalidades estabelecidas nos termos da lei, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, incluindo-se multa de 2% (dois), juros de 1% (um) ao mês e correção monetária;

4.7 - Na ocorrência de inadimplência, aqui incluído o não pagamento de qualquer valor devido pela Contratante, a Contratada poderá encerrar os serviços e/ou bloquear o acesso ao(s) sistema(s), retendo todos os recebimentos realizados sob os presentes termos e cobrar valores e custas devidos pela Contratante;

4.8 - O valor recebido pela Contratada fora dos prazos e condições previstos neste Contrato, será havido como mera tolerância e não importará em novação estipulado no presente instrumento desta Cláusula;

4.9 - A Contratada poderá, a seu critério, emitir títulos de créditos representativos de valores, devidamente faturados na forma deste Contrato, ficando a Contratante obrigada a aceitá-los;

4.9.1 - O uso do(s) sistema(s) aqui licenciado(s) está vinculado ao pagamento dos valores acordados, inclusive despesas acessórias. Portanto, a execução de qualquer sistema, módulo ou software ora licenciado em desacordo com as previsões do presente instrumento será considerada pirataria de software.

5. Dotações:

Todas as despesas decorrentes do fornecimento dos bens, objeto do presente Contrato, correrão à conta dos recursos consignados na seguinte Dotação Orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Unidade Orçamentária	001	CAMARA MUNICIPAL
Atividade / Projeto	2002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL
Elemento	3390.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

B T



Estado de Alagoas

CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

6. Responsabilidades das Partes

CONTRATADA:

6.1 Limitações:

- 6.1.5 A Contratada reserva-se o direito de modificar as especificações técnicas do(s) sistema(s) licenciado(s), sem alterações na remuneração prevista por este Contrato;
- 6.1.6 As modificações constarão do arquivo readme.txt ou outro que o valha, que acompanhará a versão que implementará as modificações, sendo essa considerada a forma de comunicação das modificações;
- 6.1.7 A Contratada não será responsabilizada por eventuais falhas, problemas, interrupções e/ou suspensões dos Serviços decorrentes de falhas ou fatos atribuíveis à rede pública e/ou privada de telecomunicações, à fornecedora de energia elétrica, ou a terceiros, sem prejuízo das pessoas já elencadas na cláusula, atribuídas aos computadores e equipamentos e prepostos da Contratante;
- 6.1.8 A Contratada não terá responsabilidade sobre eventuais danos diretos, indiretos, especiais, punitivos, incidentais ou conseqüências, ou danos por lucros perdidos, perda de rendimento, perda de uso, perda de dados, invasões não autorizadas à rede interna aos seus arquivos e equipamentos, perda de oportunidades, ou perda por qualquer outro dano comercial, derivados ou relacionados ao uso, confiança, falta de habilidade no uso, performance, ou não-performance da informação, dados ou todos os outros Serviços que aparecem relacionados de qualquer forma ao(s) Sistema(s), sejam estes danos derivados de Contrato, negligência, imperícia ou imprudência, mesmo que a Contratada tenha sido avisada da possibilidade de tais danos.
- 6.1.9 Responsabilidade:
A Contratada responsabiliza-se por:
- 6.1.10 Instalar o(s) sistema(s) em local e/ou equipamentos pré-definidos e informados por escrito a pela Contratante;
- 6.1.11 A Contratada obriga-se a promover o treinamento de utilização do sistema de até 05 (cinco) prepostos do Contratante, por este designados para tanto, em momento e local a ser acordado entre as partes;
- 6.1.12 Agendado o treinamento, a Contratada o promoverá independentemente de quantos prepostos do Contratante encontrarem-se no local, desde que respeitado o limite máximo constante do caput desta cláusula. Caso nenhum preposto compareça ao local designado para a realização do treinamento, este será considerado como efetivamente promovido;
- 6.1.13 A realização de novo(s) treinamento(s) implicará na obrigação do Contratante de arcar com as custas relativas ao pagamento da remuneração respectiva à Contratada;
- 6.1.14 Treinar um gerente de sistemas com acesso total a todos os recursos do(s) sistema(s), na forma descrita na cláusula anterior;
- 6.1.15 A prestação ininterrupta e eficaz do serviço, objeto deste Contrato, desde que tenham sido atendidas as condições necessárias para tal, excluindo-se as limitações de responsabilidades já descritas, bem como as eventuais paralisações necessárias à manutenção do sistema;

Rua Firmino de Queiroz nº 135, Campo Grande.
Murici - Alagoas - CEP 57820-000
CNPJ. 12.488.532/0001-07
Camaramurici.al@gmail.com / Fone 82.3286.1370

B T



Estado de Alagoas

CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

A Contratada disponibilizará à Contratante cópia dos dados processados pelo(s) sistema(s), em formato XML, que é acessível por diversas ferramentas disponíveis no mercado, desde que seja fornecido pela contratante o banco de dados. Tais dados só serão entregues em outro formato a critério exclusivo da Contratada e mediante acordo financeiro independente deste instrumento, com pagamento antecipado.

CONTRATANTE:**6.2 -Responsabilidades:**

A Contratante responsabiliza-se pelo(a):

6.2.5 Implementação de medidas de segurança que visem proteger seus dados e/ou equipamentos;

6.2.6 Funcionamento de seu complexo de hardware e software, bem como pela correta atuação e conduta de seus funcionários, incluindo-se a manutenção de equipamentos e de redes livres de vírus, cavalos-de-troia e programas semelhantes;

6.2.7 Uso dos sistema(s) de maneira indevida ou fraudulenta, mesmo auxiliando ou permitindo que outros o façam. Para os fins do presente, abuso, uso indevido ou uso fraudulento incluem, mas não se limitam a:

Obtenção ou tentativa de obtenção do(s) serviço(s) através de quaisquer meios ou equipamentos com a intenção de evitar o pagamento do preço deste Contrato;

Acesso à alteração ou destruir quaisquer informações de outro cliente através de qualquer meio ou equipamento, ou a tentativa de fazê-lo;

Alterar, ajustar ou reparar o(s) software(s) componente(s) do Sistema objeto do presente instrumento, por si ou mediante terceiros. Alterações, ajustes ou reparos não autorizados isentarão a Contratante de qualquer responsabilidade ou obrigação contratual ou extracontratual referente ao Sistema, sem prejuízo da responsabilidade do Contratado, perante a Contratante, por perdas e danos, lucros cessantes e violação a direito autoral;

Efetuar engenharia reversa, descompilação, desmontagem, modificação, tradução e/ou criar ou desenvolver obras derivadas do(s) software(s) componente(s) do sistema objeto do presente instrumento.

Todas e quaisquer despesas necessárias para eventuais adaptações e/ou manutenção do(s) sistema(s), ou suporte na sede da Contratante, serão de sua inteira responsabilidade.

7. Assistência e Suporte Técnico

7.1 - Durante o período de vigência do presente Contrato, a Contratada encontra-se obrigada a prestar assessoria técnica e manutenção corretiva do(s) sistema(s), nos termos explicitados neste Contrato, notadamente nas cláusulas nona e décima e seus parágrafos respectivos;

7.2 - A assessoria técnica consiste na divulgação de informações de atualização das versões do sistema objeto do presente, nos termos da cláusula sétima, assim como na análise e eliminação de eventuais falhas que se manifestem no funcionamento do(s) sistema(s), mediante atendimento técnico por telefone, desde que respeitado o prazo constante da cláusula oitava;

7.3 - A manutenção corretiva consiste em corrigir falhas e/ou executar eventuais alterações que se façam necessárias para o bom funcionamento do(s) sistema(s) desde que respeitado o prazo constante da cláusula oitava;

7.4 - A título de manutenção corretiva, a Contratada responsabiliza-se tão somente pela correção de falhas e/ou vícios atinentes a alterações da legislação em vigor e/ou decorrentes de problemas ocorridos quando da instalação do Sistema;



Estado de Alagoas

CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

7.5 - Os serviços de manutenção corretiva serão efetuados pela Contratada dentro dos horários comerciais, a saber: das 8h00 (oito horas) às 12h00 (doze horas), no período matutino, e das 14h00 (quatorze horas) às 18h00 (dezoito horas), no período vespertino, apenas nos dias úteis;

7.6 - Os serviços de manutenção corretiva podem ser prestados na sede da Contratada ou na sede do Contratante, restando tal escolha a critério exclusivo dos técnicos responsáveis pela manutenção.

8. Confidencialidade

As partes concordam que as informações processadas pelo sistema são estritamente confidenciais e não serão divulgadas a quaisquer indivíduos, sociedades ou instituições, exceto se:

8.1 - A revelação seja exigida por autoridade governamental, principalmente pelos Tribunais de Contas (União, Estado e/ou Município) competente, sob pena de ser caracterizada desobediência ou outra ilegalidade. Nestas hipóteses, o material a ser revelado deverá ser objeto de toda a proteção governamental ou judicial aplicável, devendo a Parte que estiver obrigada a revelar tais informações, notificar a outra Parte com antecedência;

8.2 - A revelação seja expressamente autorizada pela outra parte;

8.3 - Cada parte se compromete a não utilizar, exceto mediante prévia e expressa anuência por escrito do respectivo titular, qualquer nome, marca, logotipo ou símbolo de propriedade da outra parte e/ou dos fornecedores desta, nem fazer qualquer declaração ou referência que indique a existência de qualquer vínculo ou relação contratual ou comercial com as mesmas, sem que tal referência ou declaração seja previamente acordada, por escrito, pela outra parte e/ou fornecedores desta, conforme o caso;

8.4 - A Contratada é titular de todos os direitos patrimoniais e extrapatrimoniais referentes ao Sistema, notadamente aqueles inerentes à propriedade intelectual;

8.5 - A Contratante utilize e faça gozo do(s) sistema(s) nos limites estabelecidos no presente instrumento, expressamente vedada qualquer tipo de distribuição do produto, seja a que título for, temporário ou definitivo, oneroso ou gratuito;

8.6 - O Contratante reconhece expressamente que os sistemas, assim como os logotipos, marcas, insígnias, símbolos, sinais distintivos, manual(is), documentação técnica associada e quaisquer outros materiais correlatos a Contratada, constituem, conforme o caso, direitos autorais, segredos comerciais, e/ou direitos de propriedade da Contratada ou seus licenciadores, sendo tais direitos protegidos pela legislação nacional e internacional aplicável à propriedade intelectual e aos direitos autorais, especialmente pelo que contém as Leis números 9.609 e 9.610, de 19.22.98.

9. Serviços Adicionais

Não estão inseridos como suporte técnico ou manutenção, e serão cobrados à parte, mediante orçamento prévio, os serviços consistentes em:

9.1 - Correções de erros provenientes de uso e operação indevido dos sistema(s);

9.2 - Recuperação de arquivos de dados, quando possíveis, provocados por erros de operação, falhas do equipamento, sistema operacional, instalação elétrica e erros em programas específicos do Contratante;

9.3 - Serviços de consultoria jurídica;

9.4 - Serviços de migração e conversão de dados de/para e/ou outros equipamentos;

Rua Firmino de Queiroz nº 135, Campo Grande,
Murici - Alagoas - CEP 57820-000
CNPJ. 12.488.532/0001-07
Camaramurici.al@gmail.com / Fone 82.3286.1370

B 4



Estado de Alagoas

CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

- 9.5 - Ateração na forma original dos programas ou módulos de programas que compõem o(s) sistema(s);
- 9.6 - Personalização e customizações o(s) sistema(s);
- 9.7 - Consultas inerentes ao sistema operacional, utilitários ou produtos que não levam a marca da Contratada;
- 9.8 - Treinamentos específicos a usuários já treinados e/ou novos usuários.

10. Rescisão

- 10.1 - Qualquer das partes poderá rescindir o presente Contrato, antecipadamente ao término da vigência indicada neste documento, desde que seja comunicado, por escrito, à outra, com uma antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias, sem nenhum ônus para as partes. Sendo essa decisão tomada pela Contratante, esta deverá quitar, com multa, juros e correção monetária, previstos nesse Contrato, todos os valores devidos à Contratada em função dos Serviços prestados até a rescisão. Entretanto, caso seja da iniciativa da Contratada, essa deverá sanear as solicitações da Contratante, na forma desse Contrato, pendentes de atendimento, além de receber os valores pendentes de pagamento da Contratante;
- 10.2 - A critério da parte prejudicada enseja também motivo de rescisão, de pleno direito, independente de qualquer aviso ou notificação, o descumprimento de qualquer Cláusula deste Contrato;
- 10.3 - Em qualquer das hipóteses de rescisão, à Contratada caberá a desativação do(s) sistema(s).

11. DISPOSIÇÃO GERAL

- 11.1 - O presente Contrato, aliado a todos e quaisquer outros contratos, documentos, arras ou instrumentos subsidiariamente celebrados, constituem o acordo integral entre as partes;
- 11.2 - Todos os avisos e demais comunicações aqui exigidos ou permitidos serão por escrito e serão havidos como tendo sido devidamente transmitidos quando entregues em mãos ou quando despachados por telefax (confirmado por escrito por correspondência simultaneamente encaminhada pelo correio) à Contratada;
- 11.3 - As Cláusulas deste Contrato que tenham por natureza caráter perene, especialmente as relativas a direito de propriedade intelectual e confidencialidade, sobreviverão ao término ou rescisão deste Contrato;
- 11.4 - A omissão ou tolerância das Partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetarão os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- 11.5 - As partes expressamente declaram que não se estabelece, em razão do presente Contrato, vínculo empregatício e/ou previdenciário de qualquer natureza entre a Contratada e a Contratante, de um lado, e seus empregados ou técnicos indicados para e/ou acompanhamento dos Serviços de que trata este instrumento, de outro lado, conforme o caso;
- 11.6 - Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, mediante reunião das partes para tal finalidade, devendo ser elaborado termo aditivo a este Contrato e assinado pelas Partes contratantes. [É obrigatória a inclusão de Cláusulas que estabeleçam a observância da Lei nº 8.666/1993 e ao edital na execução do contrato (art. 58 da Lei nº 8.666/1993)];

BT



Estado de Alagoas

CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

12. FORO

Para todos os efeitos, será competente para dirimir conflitos entre as Partes, decorrentes do presente Contrato, fica eleito o foro da cidade da Contratada conforme regulado pelos termos e condições aqui estabelecidos, cabendo à parte vencida pagar os advogados da parte vencedora.

E assim, por estarem justas e contratadas, as Partes celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais devem ser consideradas como originais, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

Murici/Alagoas, 18 de janeiro de 2018.

Fausto Batista

CÂMARA MUNICIPAL DE MURICI
FAUSTO BATISTA
CONTRATANTE

Jose Amaro Cordeiro de Oliveira
LINK3 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
LTDA - EPP
JOSE AMARO CORDEIRO DE OLIVEIRA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Serânice Mães da Silva

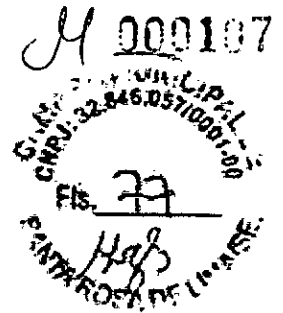
CPF nº 956.790.224 - 00

Ronaldos Queiroz da Silva

CPF nº 815.925.904 - 20



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA



CONTRATO nº 02/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA, E, DO OUTRO, A EMPRESA LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA EPP, DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2018.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA, órgão público inscrito no CNPJ sob nº 32.846.057/0001-00, localizada à Praça Antonio Dantas Prado, s/n, nesta cidade de Santa Rosa de Lima/SE, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. Geraldo Gonzaga Nascimento Filho e a empresa **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.692.672/0001-85, com sede à Praça Jackson Figueiredo, nº 0017 - Sala 03 - Centro, na cidade de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada pela sua Sócia Administradora, a Srª. Joelma Condeiro Oliveira, têm justo e acordado entre si o presente Contrato de Prestação de Serviços, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objetivo a contratação de empresa que tem por objeto a contratação dos sistemas para gestão: Folha de pagamento, contabilidade, compras, materiais e almoxarifado, transparência LC 131, no exercício de 2018, para esta Câmara Municipal, de acordo com as especificações constantes da Inexigibilidade de Licitação e seus anexos, e proposta da Contratada, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº 8.666/93, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

Os serviços serão executados pela **CONTRATADA**, sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, no local e nas condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste instrumento, visando à perfeita consecução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

O pagamento será efetuado em parcelas mensais de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), perfazendo o presente Contrato um valor total estimado de R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais).

§1º - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento da Prestação de Serviços.

§2º - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade perante o FGTS - CRE, além da CNDT.

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - Os preços serão fixos e irredutíveis, durante o período de 12 (doze) meses. Caso o Contrato venha a ser prorrogado, o valor poderá vir a ser reajustado, mediante acordo entre as partes, com base na variação do INPC, e desde que compatível com o preço de mercado, na forma do art. 65, §8º da Lei nº 8.666/93.

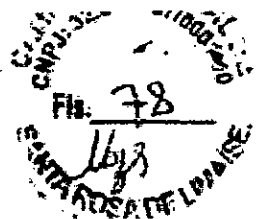
§6º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no caput desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

§7º - Nestes preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA



O presente Contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2018, contado a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

A CONTRATADA deverá efetuar, obrigatoriamente, a execução dos serviços descritos na sua proposta, e outros que se fizerem necessários durante a execução do contrato, devendo iniciar os mesmos num prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), contadas a partir da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento da Câmara Municipal de Santa Rosa de Lima, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

- UO: 01001 - Câmara Municipal
- MO: 2001 - Manutenção da Câmara Municipal
- Classificação Econômica: 1300,39,00,00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- Fonte de Recurso: 1541

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, Inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Pagamento dos salários, encargos sociais, taxas, fornecimento dos materiais necessários e demais despesas exigidas para a execução dos serviços, será de responsabilidade da Contratada;
- A CONTRATADA deverá executar os serviços descritos no presente Contrato e outros que, porventura, venham a ser fazer necessário durante o decorrer do período;
- A Contratada deverá, se assim exigido, manter à disposição no local da prestação dos serviços, a responsável pela empresa;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato;
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado;
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência desta;
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Contratante;
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, durante o prazo de vigência do Contrato;
- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento de licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados;
- Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93)

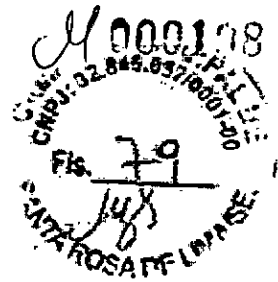
Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA



III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

Independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

§1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que calha à Contratada qualquer ação ou interpeação judicial.

§2º - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamente-se:

I - nos termos da Inexigibilidade de Licitação que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que a originou;
- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este Instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 ficará designado servidor nomeado em portaria específica anexa a este Instrumento contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, em atendimento a Resolução nº 296 de 11 de agosto de 2016, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe - TCE/SE.

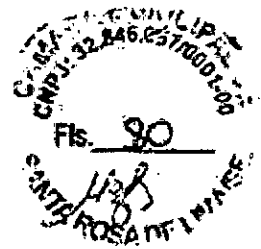
§1º - A fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO



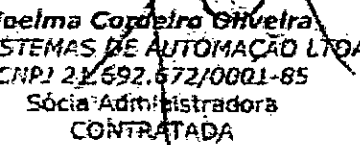
ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA



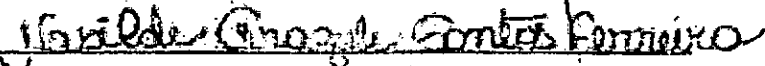
As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Santa Rosa de Lima, Estado de Sergipe, como foro competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.
E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.


Santa Rosa de Lima, 15, 01 de fevereiro de 2018.


Gerardo Gerardo Nascimento Filho
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA
CONTRATANTE


Joelma Cordeiro Oliveira
LINK 3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA EPP
CNPJ 21.692.672/0001-85
Sócia Administradora
CONTRATADA

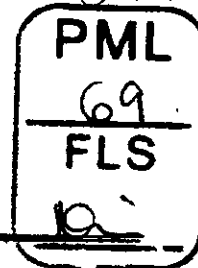
TESTEMUNHAS:

I - 
Haroldo Anozzi Gomes Ferreira

II - 
CPF: 343.544.925-04



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS
Coordenadoria de Licitações e Contratos



M000109

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 06/2017

JUSTIFICATIVA

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Laranjeiras, instituída pela Portaria nº. 01, de 02 de janeiro de 2017, apresenta justificativa para contratação direta por INEXIGIBILIDADE nº 06/2017, da empresa LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP, cujo nome fantasia (LINK3 TECNOLOGIA), sediada a Praça: Jackson Figueiredo, 17 - Sala:03 - Bairro: Centro - Itaporanga D'Ajuda/SE, inscrito no CNPJ sob o nº. 21.692.672/0001-85, para à Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de implantação, licença de uso, manutenção e o suporte pós-implantação, incluindo a conversão de dados e treinamento aos usuários dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA, a fim de atender as necessidades deste município, aludindo o seguinte:

Considerando a impossibilidade de estabelecer condições de igualdade e impor critério de julgamento objetivo, como preceitua o art. 3º da lei 8.666/93;

Considerando que a empresa em epígrafe, goza de notória confiança a nível estadual, pela sua performance no fornecimento de Software e Serviços de Automação de Processos Administrativos, a sua contratação se dará por inexigibilidade, sob a égide do art.25, II da lei. 8.666/93;

Considerando que a LNK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP é conhecida regionalmente e seus serviços correspondem às exigências e necessidades de quem os utilizam;

Considerando que, uma empresa que fornece software avançado, é fundamental para proporcionar melhor gerenciamento, qualidade e confiabilidade nos serviços e a LNK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP assim o faz;

Vencidos os requisitos necessários para uma contratação direta nos moldes do art. 25, II da Lei nº 8.666/93, vejamos, agora, as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação.

1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante - A escolha da Empresa LNK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP não foi contingencial. Prende-se ao fato de que ela enquadra-se, perfeitamente, nos dispositivos enumerados na Lei de Licitações e Contratos, consoante o já exaustivamente demonstrado acima, como *conditio sine qua non* à contratação direta. E não somente por isso; é profissional experiente, capacitado e gabaritado para o serviço pretendido, que é de interesse público e visando à realização do bem comum, com ampla experiência, possuindo íntima relação com o objeto que aqui se pretende contratar, sendo, desta forma, indiscutivelmente, o mais indicado.

2 - Justificativa do preço - Conforme se pode constatar, ainda que individualizado o serviço, a proposta apresentada pela empresa LNK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP, verifica-se facilmente ser este compatível com os praticados no mercado. Ademais, o serviço a ser executado é ímpar e depende de alta especificidade técnica para executá-lo, tornando-o singular, não permitindo, assim, comparações, por ser, também, individualizado e peculiarizado, de acordo com cada profissional, pois, como bem obtempera o Prof. Jorge Ulisses, "todo profissional é singular, posto que esse atributo é próprio da natureza humana."



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS
 Coordenadoria de Licitações e Contratos

M 000110
 CIVIL
 30
 FLS
 a

Considerando, que a LNK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP, além de preencher os requisitos aqui expostos, apresentou orçamento no valor de R\$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais), mensais, totalizando o valor global de R\$ 50.400,00 (Cinquenta mil e quatrocentos reais), dentro dos padrões praticados pelo mercado pertinente e, portanto, compatível com a capacidade de desembolso, do órgão solicitante;

Reporta extreme de dúvidas, portanto, que a situação que se nos apresenta, conforme aqui intensiva e extensivamente demonstrada é, tipicamente, de Inexigibilidade de Licitação.

Assim sendo, pela avaliação positiva que temos, fica constatado que o processo a ser utilizado para a contratação da empresa LNK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP, será por **INEXIGIBILIDADE**, conforme preceitua o art. 25, II da Lei 8.666/93, e o pagamento se dará através da seguinte dotação orçamentária:

UO	03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
ATIV. / PROJETO / AÇÃO	04.122.0001.2.006	MANUTENCAO DA SEC. MUNIC. ADMINISTRACAO GERAL
CLASSIFICACAO	3390.39.00	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSOS	000	RECURSOS PROPRIOS.

Finalmente, porém não menos importante, *ex postis*, opina a Comissão Permanente de Licitação pela contratação direta dos serviços do Proponente - LNK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP, sem o precedente Processo Licitatório, *ex vi* do art. 25, II, c/c art. 13, III e art. 26, parágrafo único, II e III, todos da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Laranjeiras, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, após o que deverá ser publicada na imprensa oficial, em obediência ao *caput* do artigo 26 da mesma norma jurídica *suso aludida*.

Laranjeiras/SE, 13 de janeiro de 2017.

Ricardo dos Santos Nascimento
 RICARDO DOS SANTOS NASCIMENTO
 Presidente da CPL

Verônica Menezes de Andrade
 VERÔNICA MENEZES DE ANDRADE
 Secretária

Marta Soares Pinto Dantas
 MARTA SOARES PINTO DANTAS
 Membro



CONTRATO DE ADMINISTRATIVO Nº 06/ 2018

Contrato que celebram a **CAMARA MUNICIPAL DE MURICI**, através do Poder Legislativo e **LINK3 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA - EPP**, para locação de "Software", "Sistema", "Programa" ou "GovNet" Serviço de Automação de Processos Administrativos e Licença de Uso do Sistema de Gestão GovNet.

CONTRATANTE:

CAMARA MUNICIPAL DE MURICI, localizado na Rua Firmino de Queiroz, nº 135- Bairro: Cidade Alta, Murici – Alagoas, CEP: 57.820-000, sob CNPJ: nº 12.488.532/0001-07, neste ato representado pelo Vereador Presidente Fausto Batista, portador do CPF nº 144.880.274-15;

CONTRATADA:

LINK3 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA - EPP – Empresa sediada na Rua Rio do Banho, S/N, 1o. Andar, Centro Saubara/ BA CEP 44220-000, CNPJ Nº 18.603.576/0001-09, Insc. Municipal 191860001, neste ato representado na forma do seu Contrato Social.

Considera-se os termos: "Software", "Sistema", "Programa" ou "GovNet", quando aqui referido, independente do número ou gênero em que seja mencionado, designa o programa de computador de propriedade única e exclusiva da Contratada e licenciado para o uso do Contratante, por prazo determinado, de acordo com as Cláusulas, bem como nos termos do presente instrumento;

1.1 - A licença de uso ora concedida dá ao Contratante o direito, não exclusivo e intransferível, de usar o sistema unicamente para processamento de seus dados, em computadores de sua propriedade e dentro de suas dependências, conforme especificado neste contrato;

1.2 - As configurações do sistema(s) às necessidades do Contratante, com cadastramento e preparação das bases de dados e dos módulos existentes do programa, com acionamento dos comandos e conexões necessários, deixando-os sistema(s) em pleno funcionamento;

1.3 - A Contratada, legítima proprietária dos direitos do(s) software(s), objeto deste Contrato, neste ato e pela melhor forma de direito, outorga a Contratante a Licença, em caráter não exclusivo e não transferível do programa de computador (softwares), objeto deste Contrato, a qual é disponibilizada para uso da Contratada, respeitando os termos na melhor forma de direito mediante as condições regulamentadas nas Cláusulas deste Contrato.

2. Objeto Contratual:

2.1 - Constitui objeto deste Contrato os Serviço de Automação de Processos Administrativos e Licença de Uso do Sistema de Gestão GovNet, com acessos simultâneo, elencado(s), com os respectivos Módulos:

B A



Estado de Alagoas
CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

2.1.1. - Cessão de licenciamento de uso de Sistema Integrado de Plano Plurianual (PPA), Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), Controle do Orçamento (LOA), Contabilidade, Tesouraria, Balanço e Integração com Autarquias e demais Sistemas;

2.1.2 - Cessão de licenciamento de uso de Sistema Integrados de Administração Tributária, IPTU e Taxas Imobiliárias, ISSQN, Tarifas e taxas, Contribuição de Melhoria, Dívida Ativa, Contencioso, Fiscalização, Controle de Arrecadação, Controle de Obras;

2.1.3 - Cessão de licenciamento de uso de Sistema Integrados de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Ponto Eletrônico, Rescisões, Férias e Contratos Funcionais;

2.1.4 - Cessão de licenciamento de uso de Sistema Integrados de Almojarifado, Estoque e Frotas;

2.1.5 - Cessão de licenciamento de uso de Sistema Integrados de Bens Patrimoniais.

2.2.1 - Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

2.2.2 Manutenção legal e corretiva durante o período contratual;

2.2.3 Configuração e parametrização conforme procedimentos da Contratante;

2.2.4 Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas contratados;

2.2.5 Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) sistema(s) contratado(s);

2.2.6 O objeto de que trata esta Cláusula limita-se aos recursos disponíveis no(s) módulo(s) de Sistema(s) licenciado(s) pela Contratada;

2.2.7 Serviços de alterações específicas da Contratante, quando solicitado.

3. Vigência:

3.1 - Este Contrato terá vigência no período de **02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017**, sendo renovado automaticamente por períodos iguais e consecutivos, caso não haja manifestações contrária e formal de nenhuma das Partes, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores ao final do prazo;

3.1.1 - A validade da licença de uso está limitada à vigência deste Contrato, bem como a pontualidade do pagamento do valores indicado no(s) documento(s) anexo(s).

4. Preço e Condições de Pagamento:

4.1 - A Contratante pagará mensalmente à Contratada, pela licença de uso indicados neste Contrato, os valores constantes da tabela abaixo:

ITE	SERVICOS / MÓDULOS GOVNET	UN	QUANT
01	Módulo GovNet - PCASP	Mês	12
02	Módulo GovNet - RH	Mês	12
03	Módulo GovNet - Materiais e Almojarifado	Mês	12
04	Módulo GovNet - Bens Patrimoniais	Mês	12
05	Módulo GovNet - Controle de Protocolo	Mês	12
06	Módulo GovNet - Licitações e Contratos	Mês	12
07	Portal Transparência	Mês	12
VALOR MENSAL			3.000,00
VALOR GLOBAL			36.000,00

J T



Estado de Alagoas

CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

4.2 - O valor da mensalidade será reajustado na menor periodicidade autorizada em lei, pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, ou, no caso de sua extinção, ou inaplicabilidade, pela variação do INPC do IBGE, ou, no caso de sua extinção ou inaplicabilidade, pela variação do IPC da FIPE, ou ainda pela variação de qualquer outro índice que reflita a real inflação do período;

4.3 - Caso o índice para aquele mês não tenha sido divulgado, será utilizado o mais recente e a diferença será calculada e cobrada na fatura seguinte à divulgação;

4.4 - Os serviços serão cobrados mensalmente através de faturas emitidas pela Contratada com vencimento designado para o dia 30 do mês respectivo. Até o dia 10 (dez) do mês subsequente, a Contratante poderá promover o pagamento das faturas sem incidência de encargos contratuais. A inobservância desse prazo, entretanto, importará no cômputo retroativo dos encargos até o dia do vencimento, nos termos descritos no item acima;

4.5 - Além do valor do(s) serviço(s) indicado(s) nesta Cláusula, a Contratante também reembolsará ou pagará diretamente todas as despesas de locomoção, alimentação e hospedagem do(s) profissional(is) da Contratada, necessárias para a implantação do(s) sistema(s), treinamento ou qualquer outra atividade. O prazo para reembolso destas despesas será de 05 (cinco) dias após atendimento;

4.6 - O não pagamento das faturas e das despesas decorrentes da execução deste Contrato até a data de seu vencimento sujeitará a Contratante às penalidades estabelecidas nos termos da lei, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, incluindo-se multa de 2% (dois), juros de 1% (um) ao mês e correção monetária;

4.7 - Na ocorrência de inadimplência, aqui incluído o não pagamento de qualquer valor devido pela Contratante, a Contratada poderá encerrar os serviços e/ou bloquear o acesso ao(s) sistema(s), retendo todos os recebimentos realizados sob os presentes termos e cobrar valores e custas devidos pela Contratante;

4.8 - O valor recebido pela Contratada fora dos prazos e condições previstos neste Contrato, será havido como mera tolerância e não importará em novação estipulado no presente instrumento desta Cláusula;

4.9 - A Contratada poderá, a seu critério, emitir títulos de créditos representativos de valores, devidamente faturados na forma deste Contrato, ficando a Contratante obrigada a aceitá-los;

4.9.1 - O uso do(s) sistema(s) aqui licenciado(s) está vinculado ao pagamento dos valores acordados, inclusive despesas acessórias. Portanto, a execução de qualquer sistema, módulo ou software ora licenciado em desacordo com as previsões do presente instrumento será considerada pirataria de software.

5. Dotações:

Todas as despesas decorrentes do fornecimento dos bens, objeto do presente Contrato, correrão à conta dos recursos consignados na seguinte Dotação Orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Unidade Orçamentária	001	CAMARA MUNICIPAL
Atividade / Projeto	2002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL
Elemento	3390.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Rua Firmino de Queiroz nº 135, Campo Grande,
Murici – Alagoas - CEP 57820-000
CNPJ. 12.488.532/0001-07
Camaramurici.al@gmail.com / Fone 82.3286.1370

B T



Estado de Alagoas

CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

6. Responsabilidades das Partes

CONTRATADA:

6.1 Limitações:

- 6.1.5 A Contratada reserva-se o direito de modificar as especificações técnicas do(s) sistema(s) licenciado(s), sem alterações na remuneração prevista por este Contrato;
- 6.1.6 As modificações constarão do arquivo readme.txt ou outro que o valha, que acompanhará a versão que implementará as modificações, sendo essa considerada a forma de comunicação das modificações;
- 6.1.7 A Contratada não será responsabilizada por eventuais falhas, problemas, interrupções e/ou suspensões dos Serviços decorrentes de falhas ou fatos atribuíveis à rede pública e/ou privada de telecomunicações, à fornecedora de energia elétrica, ou a terceiros, sem prejuízo das pessoas já elencadas na cláusula, atribuídas aos computadores e equipamentos e prepostos da Contratante;
- 6.1.8 A Contratada não terá responsabilidade sobre eventuais danos diretos, indiretos, especiais, punitivos, incidentais ou conseqüências, ou danos por lucros perdidos, perda de rendimento, perda de uso, perda de dados, invasões não autorizadas à rede interna aos seus arquivos e equipamentos, perda de oportunidades, ou perda por qualquer outro dano comercial, derivados ou relacionados ao uso, confiança, falta de habilidade no uso, performance, ou não-performance da informação, dados ou todos os outros Serviços que aparecem relacionados de qualquer forma ao(s) Sistema(s), sejam estes danos derivados de Contrato, negligência, imperícia ou imprudência, mesmo que a Contratada tenha sido avisada da possibilidade de tais danos.
- 6.1.9 **Responsabilidade:**
A Contratada responsabiliza-se por:
- 6.1.10 Instalar o(s) sistema(s) em local e/ou equipamentos pré-definidos e informados por escrito a pela Contratante;
- 6.1.11 A Contratada obriga-se a promover o treinamento de utilização do sistema de até 05 (cinco) prepostos do Contratante, por este designados para tanto, em momento e local a ser acordado entre as partes;
- 6.1.12 Agendado o treinamento, a Contratada o promoverá independentemente de quantos prepostos do Contratante encontrarem-se no local, desde que respeitado o limite máximo constante do caput desta cláusula. Caso nenhum preposto compareça ao local designado para a realização do treinamento, este será considerado como efetivamente promovido;
- 6.1.13 A realização de novo(s) treinamento(s) implicará na obrigação do Contratante de arcar com as custas relativas ao pagamento da remuneração respectiva à Contratada;
- 6.1.14 Treinar um gerente de sistemas com acesso total a todos os recursos do(s) sistema(s), na forma descrita na cláusula anterior;
- 6.1.15 A prestação ininterrupta e eficaz do serviço, objeto deste Contrato, desde que tenham sido atendidas as condições necessárias para tal, excluindo-se as limitações de responsabilidades já descritas, bem como as eventuais paralisações necessárias à manutenção do sistema;

Rua Firmino de Queiroz nº 135, Campo Grande,
Murici - Alagoas - CEP 57820-000
CNPJ. 12.488.532/0001-07
Camaramurici.al@gmail.com / Fone 82.3286.1370

B T



Estado de Alagoas

CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

A Contratada disponibilizará à Contratante cópia dos dados processados pelo(s) sistema(s), em formato XML, que é acessível por diversas ferramentas disponíveis no mercado, desde que seja fornecido pela contratante o banco de dados. Tais dados só serão entregues em outro formato a critério exclusivo da Contratada e mediante acordo financeiro independente deste instrumento, com pagamento antecipado.

CONTRATANTE:**6.2 - Responsabilidades:**

A Contratante responsabiliza-se pelo(a):

6.2.5 Implementação de medidas de segurança que visem proteger seus dados e/ou equipamentos;

6.2.6 Funcionamento de seu complexo de hardware e software, bem como pela correta atuação e conduta de seus funcionários, incluindo-se a manutenção de equipamentos e de redes livres de vírus, cavalos-de-troia e programas semelhantes;

6.2.7 Uso dos sistema(s) de maneira indevida ou fraudulenta, mesmo auxiliando ou permitindo que outros o façam. Para os fins do presente, abuso, uso indevido ou uso fraudulento incluem, mas não se limitam a:

Obtenção ou tentativa de obtenção do(s) serviço(s) através de quaisquer meios ou equipamentos com a intenção de evitar o pagamento do preço deste Contrato;

Acesso à alteração ou destruir quaisquer informações de outro cliente através de qualquer meio ou equipamento, ou a tentativa de fazê-lo;

Alterar, ajustar ou reparar o(s) software(s) componente(s) do Sistema objeto do presente instrumento, por si ou mediante terceiros. Alterações, ajustes ou reparos não autorizados isentarão a Contratante de qualquer responsabilidade ou obrigação contratual ou extracontratual referente ao Sistema, sem prejuízo da responsabilidade do Contratado, perante a Contratante, por perdas e danos, lucros cessantes e violação a direito autoral;

Efetuar engenharia reversa, descompilação, desmontagem, modificação, tradução e/ou criar ou desenvolver obras derivadas do(s) software(s) componente(s) do sistema objeto do presente instrumento.

Todas e quaisquer despesas necessárias para eventuais adaptações e/ou manutenção do(s) sistema(s), ou suporte na sede da Contratante, serão de sua inteira responsabilidade.

7. Assistência e Suporte Técnico

7.1 - Durante o período de vigência do presente Contrato, a Contratada encontra-se obrigada a prestar assessoria técnica e manutenção corretiva do(s) sistema(s), nos termos explicitados neste Contrato, notadamente nas cláusulas nona e décima e seus parágrafos respectivos;

7.2 - A assessoria técnica consiste na divulgação de informações de atualização das versões do sistema objeto do presente, nos termos da cláusula sétima, assim como na análise e eliminação de eventuais falhas que se manifestem no funcionamento do(s) sistema(s), mediante atendimento técnico por telefone, desde que respeitado o prazo constante da cláusula oitava;

7.3 - A manutenção corretiva consiste em corrigir falhas e/ou executar eventuais alterações que se façam necessárias para o bom funcionamento do(s) sistema(s) desde que respeitado o prazo constante da cláusula oitava;

7.4 - A título de manutenção corretiva, a Contratada responsabiliza-se tão somente pela correção de falhas e/ou vícios atinentes a alterações da legislação em vigor e/ou decorrentes de problemas ocorridos quando da instalação do Sistema;

Rua Firmino de Queiroz nº 135, Campo Grande,
Murici - Alagoas - CEP 57820-000
CNPJ. 12.488.532/0001-07
Camaramurici.al@gmail.com / Fone 82.3286.1370

B A



Estado de Alagoas

CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

7.5 - Os serviços de manutenção corretiva serão efetuados pela Contratada dentro dos horários comerciais, a saber: das 8h00 (oito horas) às 12h00 (doze horas), no período matutino, e das 14h00 (quatorze horas) às 18h00 (dezoito horas), no período vespertino, apenas nos dias úteis;

7.6 - Os serviços de manutenção corretiva podem ser prestados na sede da Contratada ou na sede do Contratante, restando tal escolha a critério exclusivo dos técnicos responsáveis pela manutenção.

8. Confidencialidade

As partes concordam que as informações processadas pelo sistema são estritamente confidenciais e não serão divulgadas a quaisquer indivíduos, sociedades ou instituições, exceto se:

8.1 - A revelação seja exigida por autoridade governamental, principalmente pelos Tribunais de Contas (União, Estado e/ou Município) competente, sob pena de ser caracterizada desobediência ou outra ilegalidade. Nestas hipóteses, o material a ser revelado deverá ser objeto de toda a proteção governamental ou judicial aplicável, devendo a Parte que estiver obrigada a revelar tais informações, notificar a outra Parte com antecedência;

8.2 - A revelação seja expressamente autorizada pela outra parte;

8.3 - Cada parte se compromete a não utilizar, exceto mediante prévia e expressa anuência por escrito do respectivo titular, qualquer nome, marca, logotipo ou símbolo de propriedade da outra parte e/ou dos fornecedores desta, nem fazer qualquer declaração ou referência que indique a existência de qualquer vínculo ou relação contratual ou negocial com as mesmas, sem que tal referência ou declaração seja previamente acordada, por escrito, pela outra parte e/ou fornecedores desta, conforme o caso;

8.4 - A Contratada é titular de todos os direitos patrimoniais e extrapatrimoniais referentes ao Sistema, notadamente aqueles inerentes à propriedade intelectual;

8.5 - A Contratante utilize e faça gozo do(s) sistema(s) nos limites estabelecidos no presente instrumento, expressamente vedada qualquer tipo de distribuição do produto, seja a que título for, temporário ou definitivo, oneroso ou gratuito;

8.6 - O Contratante reconhece expressamente que os sistemas, assim como os logotipos, marcas, insígnias, símbolos, sinais distintivos, manual(is), documentação técnica associada e quaisquer outros materiais correlatos a Contratada, constituem, conforme o caso, direitos autorais, segredos comerciais, e/ou direitos de propriedade da Contratada ou seus licenciadores, sendo tais direitos protegidos pela legislação nacional e internacional aplicável à propriedade intelectual e aos direitos autorais, especialmente pelo que contém as Leis números 9.609 e 9.610, de 19.22.98.

9. Serviços Adicionais

Não estão inseridos como suporte técnico ou manutenção, e serão cobrados à parte, mediante orçamento prévio, os serviços consistentes em:

9.1 - Correções de erros provenientes de uso e operação indevido dos sistema(s);

9.2 - Recuperação de arquivos de dados, quando possíveis, provocados por erros de operação, falhas do equipamento, sistema operacional, instalação elétrica e erros em programas específicos do Contratante;

9.3 - Serviços de consultoria jurídica;

9.4 - Serviços de migração e conversão de dados de/para e/ou outros equipamentos;

Rua Firmino de Queiroz nº 135, Campo Grande,
Murici - Alagoas - CEP 57820-000
CNPJ. 12.488.532/0001-07
Camaramurici.al@gmail.com / Fone 82.3286.1370

B 4



Estado de Alagoas

CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

M 000114

9.5 - Ateração na forma original dos programas ou módulos de programas que compõem o(s) sistema(s);

9.6 - Personalização e customizações o(s) sistema(s);

9.7 - Consultas inerentes ao sistema operacional, utilitários ou produtos que não levam a marca da Contratada;

9.8 - Treinamentos específicos a usuários já treinados e/ou novos usuários.

10. Rescisão

10.1. - Qualquer das partes poderá rescindir o presente Contrato, antecipadamente ao término da vigência indicada neste documento, desde que seja comunicado, por escrito, à outra, com uma antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias, sem nenhum ônus para as partes. Sendo essa decisão tomada pela Contratante, esta deverá quitar, com multa, juros e correção monetária, previstos nesse Contrato, todos os valores devidos à Contratada em função dos Serviços prestados até a rescisão. Entretanto, caso seja da iniciativa da Contratada, essa deverá sanear as solicitações da Contratante, na forma desse Contrato, pendentes de atendimento, além de receber os valores pendentes de pagamento da Contratante;

10.2 - A critério da parte prejudicada enseja também motivo de rescisão, de pleno direito, independente de qualquer aviso ou notificação, o descumprimento de qualquer Cláusula deste Contrato;

10.3 - Em qualquer das hipóteses de rescisão, à Contratada caberá a desativação do(s) sistema(s).

11. DISPOSIÇÃO GERAL

11.1 - O presente Contrato, aliado a todos e quaisquer outros contratos, documentos, arras ou instrumentos subsidiariamente celebrados, constituem o acordo integral entre as partes;

11.2 - Todos os avisos e demais comunicações aqui exigidos ou permitidos serão por escrito e serão havidos como tendo sido devidamente transmitidos quando entregues em mãos ou quando despachados por telefax (confirmado por escrito por correspondência simultaneamente encaminhada pelo correio) à Contratada;

11.3 - As Cláusulas deste Contrato que tenham por natureza caráter perene, especialmente as relativas a direito de propriedade intelectual e confidencialidade, sobreviverão ao término ou rescisão deste Contrato;

11.4 - A omissão ou tolerância das Partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

11.5 - As partes expressamente declaram que não se estabelece, em razão do presente Contrato, vínculo empregatício e/ou previdenciário de qualquer natureza entre a Contratada e a Contratante, de um lado, e seus empregados ou técnicos indicados para e/ou acompanhamento dos Serviços de que trata este instrumento, de outro lado, conforme o caso;

11.6 - Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, mediante reunião das partes para tal finalidade, devendo ser elaborado termo aditivo a este Contrato e assinado pelas Partes contratantes. [É obrigatória a inclusão de Cláusulas que estabeleçam a observância da Lei nº 8.666/1993 e ao edital na execução do contrato (art. 58 da Lei nº 8.666/1993)];

Rua Firmino de Queiroz nº 135, Campo Grande.
Murici - Alagoas - CEP 57820-000
CNPJ. 12.488.532/0001-07
Camaramurici.al@gmail.com / Fone 82.3286.1370

B X



Estado de Alagoas
CÂMARA DE VEREADORES DE MURICI

12. FORO

Para todos os efeitos, será competente para dirimir conflitos entre as Partes, decorrentes do presente Contrato, fica eleito o foro da cidade da Contratada conforme regulado pelos termos e condições aqui estabelecidos, cabendo à parte vencida pagar os advogados da parte vencedora.

E assim, por estarem justas e contratadas, as Partes celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais devem ser consideradas como originais, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

Murici/Alagoas, 18 de janeiro de 2018.

Fausto Batista

CÂMARA MUNICIPAL DE MURICI
FAUSTO BATISTA
CONTRATANTE

Jose Amaro Cordeiro de Oliveira
LINK3 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
LTDA - EPP
JOSE AMARO CORDEIRO DE OLIVEIRA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Seránice Maires da Silva

CPF nº 956.790.224 - 00

Ronaldouzeiro da Silva

CPF nº 815.925.904 - 20



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ofício N° 656/2019

Nossa Senhora do Socorro - SE, 01 de agosto de 2019.

À Sua Excelência a Senhora
Viviane Sobral Freire Matos
Procuradora Geral do Município
Procuradoria Geral do Município – P.G.M.
NESTA

Ref.: Emissão de parecer sobre Inexigibilidade

Exma. Sra. Procuradora,

Estamos enviando a essa Procuradoria, processo em anexo, para análise e emissão de Parecer referente Inexigibilidade, que tem por objeto a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-SISTEMA DE CONTABILIDADE, GESTÃO FINANCEIRA, PPA, LDO, LOA, E DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE,** em respeito ao que dispõe o artigo 38 § único, da Lei n°. 8.666/93.

Atenciosamente,


Adenilton Cruz Tavares Santos
Setor de Licitações e Contratos

01/08/19
Michele Silva de Oliveira
Chefe de Gabinete

N 009116



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

MINUTA DO CONTRATO

**MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2019/SEMUSA/NS SOCORRO**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, E DO OUTRO, A LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP, NOS TERMOS ADIANTE DELINEADOS.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, por intermédio de sua **Secretaria**, inscrita no CNPJ sob nº 06.113.056/0001-39, localizada à Praça Wellington Mangueira, s/nº, nesta cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Secretário, o Sr. **Enock Luiz Ribeiro Silva** CPF Nº 195.752.895-87, R.G nº 2.041.263-04 SSP/BA e a empresa **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP**, com sede na PC Jackson Figueiredo, nº 17, Sala 03, CEP: 49.120-000, Bairro Centro, Município de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, **CNPJ:21.692.672/0001-85**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Srª. **JOELMA CORDEIRO OLIVEIRA**, brasileira, maior, solteira, empresária, Portadora do RG. Nº 02.765.130-45 SSP/BA e inscrito no CPF Nº 483.387.025-87, têm justo e acordado entre si o presente Contrato de Serviço, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 003/2019, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-SISTEMA DE CONTABILIDADE, GESTÃO FINANCEIRA, PPA, LDO, LOA, E DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE**, de acordo com as especificações constantes do procedimento de inexigibilidade 003/2019 e seus anexos, e proposta da Contratada, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº 8.666/93, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

Os serviços serão executados diretamente pela **CONTRATADA**, sob a forma de execução indireta, em regime por preço global, de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, visando à perfeita consecução do objeto deste Contrato.



CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância o valor mensal de **R\$ 3.250,00** (Três mil e duzentos e cinquenta reais), perfazendo o valor total de **R\$ 39.000,00** (trinta e nove mil reais). A composição dar-se-á da seguinte forma:

§1º - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, por meio de crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor responsável pelo recebimento do serviço.

§2º - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS – CRF, além da CDNT.

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O presente Contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo único -O prazo contratual acima mencionado poderá ser, excepcionalmente, prorrogado na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos do art. 57, §1º da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento do Município de Nossa Senhora do Socorro, cujos valores estão previstos no Orçamento do exercício de 2019 consignados na seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 41062 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
PROJETO ATIVIDADE: 2027- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde



ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39.00.00 –Outros Serviços de Terceiro –Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSOS: 1211 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

6.1 A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- a- Prestar os serviços profissionais constantes da cláusula primeira deste instrumento.
- b- Manter, durante toda a execução do contrato, as obrigações inicialmente pactuadas.

6.2 A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- a- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- b- Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;
- c- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93)

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

§1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.



§2º - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos da Inexigibilidade que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que o originou;
- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO



As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Nossa Senhora do Socorro,(SE), XXX de XXXXX de 2019.

CONTRATANTE:

Enock Luiz Ribeiro Silva
Secretário Municipal da Saúde

CONTRATADA:

LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP
CNPJ: 21.692.672/0001-85

TESTEMUNHAS:



MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

PARECER JURIDICO



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Especializada Administrativa

ACOLHO O PARECER Nº 425/2019
NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE.

VIVIANNE SOBRAL FREIRE MATOS
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO N. 425/2019 - PGM

Procedimento Administrativo n.º 0000000001685/2019 - PGM

EMENTA: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE;

CONSULTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA;

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-SISTEMA DE CONTABILIDADE, GESTÃO FINANCEIRA, PPA, LDO, LOA, E DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO.

CONTRATADA: LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP;

VALOR GLOBAL: R\$ 39.000,00 (TRINTA E NOVE MIL);

A Procuradoria Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 4º, inciso I c/c art. 6º da Lei Complementar 11.035/2015, consultada pela Secretaria Municipal da Fazenda, Coordenação do Setor de Licitações e Contratos, em atendimento ao disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei Federal Nº. 8.666/93, vem se manifestar através do presente Parecer, procedendo ao exame prévio da Minuta de Contrato, nos seguintes termos:

I- RELATÓRIO

O Setor de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal da Fazenda, através do Ofício nº 656/2019 CPL, solicitou da Procuradoria Geral do Município Parecer Jurídico referente à Inexigibilidade cujo objeto é a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO,**

Rua Antonio Valadão, s/n, Centro Administrativo José do Prado Franco
Centro – Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, Tel: 2107-7804



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Especializada Administrativa

MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-SISTEMA DE CONTABILIDADE, GESTÃO FINANCEIRA, PPA, LDO, LOA, E DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO.

Ab initio, cumpre esclarecer que a Procuradoria Geral do Município tem por atribuição legal analisar a Minuta do Termo do Contrato, para verificação dos requisitos estabelecidos legalmente, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, cabendo aos órgãos competentes à elaboração das justificativas e comprovações necessárias para celebração do contrato.

No processo foram juntados os seguintes documentos: Ofício nº 656/2019-CPL, Ofício n. 1944/2019/SEMUSA, Projeto Básico, Proposta Técnica Comercial, Cópia certificado o Registro na Junta Comercial de Sergipe, Cópia dos Documentos Pessoais dos Sócios, Cópia da 2ª Alteração e Consolidação Contratual da Sociedade LTDA, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, Alvará de Funcionamento, Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor, Atestados de Capacidade Técnica, Minuta do Contrato.

Em suma é o relatório.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

A Administração Pública Direta rege-se pelo Princípio da Legalidade, no caso em análise, o procedimento foi submetido à apreciação desta Procuradoria, para verificar a observância dos requisitos estabelecidos pela Lei 8.666/93.

Segundo o art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento de licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Especializada Administrativa

Nos termos da legislação pátria vigente, inclusive pela Carta Magna brasileira, as contratações a serem firmadas pelo Ente Público devem ser precedidas de procedimento licitatório, o qual se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

A obrigatoriedade da instauração do processo licitatório integra o rol do art.37 da Constituição Federal, estando visivelmente explicitado em seu inciso XXI, e como tal vinculado aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade e publicidade.

Entretanto, a Lei de Licitações permite, como ressalva à obrigação de licitar, que em certas situações a contratação seja realizada diretamente, através de processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos casos previstos nos arts. 24 e 25 da Lei 8666/93, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei.

No procedimento de inexigibilidade de licitação, a justificativa deve está fundada na especificidade técnica dos serviços de modo que a empresa a ser contratada demonstre a excelência no campo de sua especialidade, através de desempenho anterior, estudos, experiências, atestados de capacidade técnica, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, que se permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato, consoante disposto no §1º do art. 25 da Lei 8.666/93.

Vale ressaltar ainda que o procedimento de inexigibilidade de licitação deverá ser necessariamente justificado, devendo ser publicada na imprensa no prazo de 05 dias, como condição de eficácia dos atos, e o processo deve ser instruído com os elementos do parágrafo único do art. 26, vejamos:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005).

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;
(Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Especializada Administrativa

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

No caso em análise, a justificativa da inexigibilidade está fundamentada nas especificações técnicas da empresa que desenvolve software e tecnologia para gestão pública e privada, trazendo soluções e correções para adequação do sistema às necessidades da contabilidade, financeiro, licitação, almoxarifado, compras, recursos humanos, contratos, ação social, tributação e frota. Além disso, o sistema oferece um acompanhamento abrangente essencial para tomada de decisões no âmbito administrativo.

No entanto, deve ficar caracterizada a inviabilidade de competição, trazendo as razões da escolha do fornecedor, especialmente na contratação de serviços técnicos especializados, não podendo haver outras empresas que desenvolvam o mesmo sistema nas mesmas condições e requisitos, além de justificar o preço dos serviços, sob pena de ferir o princípio da obrigação de licitar.

Tal orientação está balizada no artigo 25 da Lei 8.666/93, e dispõe que:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Compulsando os autos do processo, denota-se que foi juntada a justificativa para inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, *caput* da Lei Federal n. 8.666/93, assim,



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Especializada Administrativa

devem ser comprovados os requisitos legais de enquadramento do caso concreto na hipótese de Inexigibilidade de licitação prevista, a exemplo de currículo, atestados de capacidade técnica, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários para comprovação da especialidade do contratado.

Ressalte-se que no presente procedimento foram juntados os Atestados de Capacidade Técnica de diversos Municípios declarando a eficiência técnica e profissional da empresa Link3 Tecnologia e Inovação.

Assim, desde que **restem comprovados no processo os requisitos legais com a juntada da documentação pertinente**, especialmente para caracterização da inviabilidade de competição, enquadra-se o caso concreto na hipótese de Inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/93.

Importante mencionar que no caso em apreço, a **Justificativa especificou que a Link3 Tecnologia e Inovação Ltda-EPP detém exclusividade por ser desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização de seus softwares/sistemas em todo território nacional, porém, não se encontra no processo o documento que comprove a titularidade através do IMPI- Instituto Nacional da Propriedade Intelectual, portanto, recomenda-se a juntada aos autos do processo a comprovação do IMPI, enquadrando-se no inciso I do art. 25 da Lei 8.666/93.**

Segundo Marçal Justen Filho (2002, p. 276), "o exame do art. 25, inc. I, evidencia situação de inviabilidade de competição em virtude da ausência de pluralidade de particulares em situação de contratação. Essa inviabilidade de competição não se relaciona com a natureza jurídica do contrato de compra e venda. O núcleo da questão está na ausência de alternativas para Administração. Lembre-se ademais, que o art. 25 não tem natureza exaustiva. **Admite-se a inexigibilidade em qualquer situação em que se configure a inviabilidade de competição.** A comprovação da inexistência de alternativas para Administração faz-se segundo o princípio da liberdade de prova. Pode dar-se por qualquer via, desde que idônea e satisfatória. Lembre-se que a inviabilidade de competição é uma questão não apenas jurídica, mas também fática".

Com referência ao exame prévio da minuta do contrato, devem ser atendidas as exigências legais, com a inclusão de todas as cláusulas obrigatórias dispostas no art. 55 da lei



15.º Aniversário Municipal
Nossa Senhora do Socorro
Sergipe

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Especializada Administrativa

de licitações e contratos administrativos.

Atente-se ao setor competente para a juntada de todas as Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista no momento da assinatura do contrato, ou seja, deverão ser juntadas as Certidões perante à União, Estado e Município, FGTS, Trabalhista, Falência e Concordata atualizadas, em atendimento ao art. 195, inciso I, §3º da Constituição Federal c/c art. 27, inciso IV e art. 29 da Lei Federal n. 8.666/93.

Ante o exposto, a Procuradoria Geral do Município, vem se manifestar pela aprovação da Minuta do Termo do Contrato, e a viabilidade do procedimento escolhido pelo poder público para contratação por inexigibilidade de licitação, desde que comprovada a especificidade técnica da empresa e a inviabilidade de competição nos termos destacados nesta assentada, atendendo às recomendações expostas conforme preceituam a Constituição Federal de 1988, a Lei Federal n. 8.666/93 e demais normas em vigor.

É o Parecer, sem embargo de posicionamentos divergentes.

Para apreciação superior.

Nossa Senhora do Socorro, 02 de agosto de 2019.


CAROLINA PEREIRA BARRETO
Procuradora do Município



M 000126

MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 003/2019/ SEMUSA/NS SOCORRO

Considerando que a configuração de situação prevista no art. 25, Caput, da Lei 8.666/93 e a necessidade da realização da contratação em questão;

Considerando que a empresa **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP** detém a exclusividade por se desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização de seus softwares/sistemas em todo território nacional. A tecnologia é comprovada em diversos órgãos, como nos estados da Bahia, Sergipe, Amapá, Roraima, Alagoas e Rondônia.

Constando no processo a sua titularidade através do IMPI- Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Considerando que a função do software é organizar, definir e agilizar processos para tomada de decisão, tornando a estrutura organizacional mais eficiente e eficaz, bem como capacitando a entidade para a competitividade e o crescimento no mercado cada vez mais exigente. É uma das ferramentas essencialmente importante para qualquer organismo, seja ela empresa, entidade ou órgão público, o que a tornar muito mais competitiva e proporcionando o aumento de sua capacidade de decisão no mercado em que está inserido.

Considerando que é uma empresa de software, inovação e tecnologia para gestão pública e privada. Soluções e correções quando necessário, adequando os sistemas às necessidades de cada setor como: Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; e do Portal da Transparência a fim de atender todas as necessidades do Município de Nossa Senhora do Socorro, Frota Oferece um acompanhamento abrangente, o que é essencial para a tomada de decisões adequadas.

Considerando que o compromisso de promover o acesso a informação e garantir os direitos legais e constitucionais acima explanados, poderá ser efetivado, através de instrumentos e ferramentas tecnológicas de modernização da transparência pública municipal.

Decido Homologar e Adjudicar o presente processo administrativo de inexigibilidade de licitação com vistas à contratação direta da empresa **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP**, para a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-SISTEMA DE CONTABILIDADE, GESTÃO FINANCEIRA, PPA, LDO, LOA, E DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.**

Cumpra-se.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 06 de agosto de 2019.



Enock Luiz Ribeiro da Silva

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

Rua Antonio Valadão, s/n- Centro Administrativo José do Prado Franco - CEP 49160-000

Tel.: (79) 2107-7823 - Fax: (79) 2107-7819

Nossa Senhora do Socorro/Sergipe

C.N.P.J. 13.128.814/0001-58

M 000127



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

CONTRATO

PUBLICADO E AFIXADO NO QUADRO DE
EXPOSIÇÕES DE ENTRADA DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO
SOCORRO.

4000123

Em 06/08/2019



ADENILTON CRUZ  VAVARES SANTOS

CONTRATO Nº 53/2019/SEMUSA/NS SOCORRO

***CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO
DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, E DO OUTRO,
A LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP,
NOS TERMOS ADIANTE DELINEADOS.***

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, por intermédio de sua **Secretaria**, inscrita no CNPJ sob nº 06.113.056/0001-39, localizada à Praça Wellington Mangueira, s/nº, nesta cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Secretário, o Sr. **Enock Luiz Ribeiro Silva** CPF Nº 195.752.895-87, R.G nº 2.041.263-04 SSP/BA e a empresa **LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP**, com sede na PC Jackson Figueiredo, nº 17, Sala 03, CEP: 49.120-000, Bairro Centro, Município de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, **CNPJ:21.692.672/0001-85**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Srª. **JOELMA CORDEIRO OLIVEIRA**, brasileira, maior, solteira, empresária, Portadora do RG. Nº 02.765.130-45 SSP/BA e inscrito no CPF Nº 483.387.025-87, têm justo e acordado entre si o presente Contrato de Serviço, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 003/2019, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-SISTEMA DE CONTABILIDADE, GESTÃO FINANCEIRA, PPA, LDO, LOA, E DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE**, de acordo com as especificações constantes do procedimento de inexigibilidade **003/2019** e seus anexos, e proposta da Contratada, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº 8.666/93, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

Os serviços serão executados diretamente pela **CONTRATADA**, sob a forma de execução indireta, em regime por preço global, de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, visando à perfeita consecução do objeto deste Contrato.

Secretaria Municipal da Saúde
Praça Wellington Mangueira, s/nº
Tel.: (79) 2106-7408 – CNPJ sob nº 06.113.056/0001-39
CEP 49160-000 – Nossa Senhora do Socorro /Sergipe
site: www.ansocorro.se.gov.br



CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância o valor mensal de **R\$ 3.250,00** (Três mil e duzentos e cinquenta reais), perfazendo o valor total de **R\$ 39.000,00** (trinta e nove mil reais). A composição dar-se-á da seguinte forma:

§1º - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, por meio de crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor responsável pelo recebimento do serviço.

§2º - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS – CRF, além da CDNT.

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O presente Contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo único -O prazo contratual acima mencionado poderá ser, excepcionalmente, prorrogado na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos do art. 57, §1º da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento do Município de Nossa Senhora do Socorro, cujos valores estão previstos no Orçamento do exercício de 2019 consignados na seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 41062 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
PROJETO ATIVIDADE: 2027- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde



ELEMENTO DE DESPESA: 3390339040 – Serviços de Tecnologia da Informação
FONTE DE RECURSOS: 1211 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

6.1 A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- a- Prestar os serviços profissionais constantes da cláusula primeira deste instrumento.
- b- Manter, durante toda a execução do contrato, as obrigações inicialmente pactuadas.

6.2 A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- a- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- b- Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;
- c- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93)

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

§1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.



§2º - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos da Inexigibilidade que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que o originou;
- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO



As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

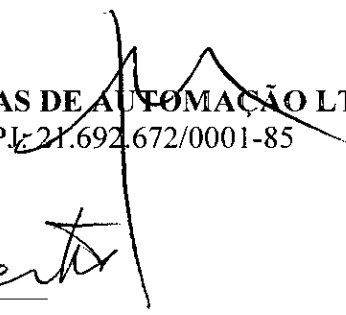
E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Nossa Senhora do Socorro,(SE), 06 de agosto de 2019.

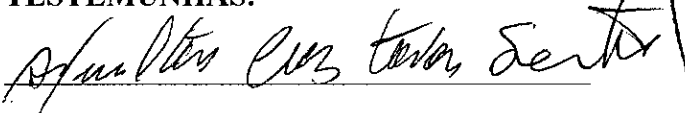

CONTRATANTE:


Enock Luiz Ribeiro Silva
Secretário Municipal da Saúde

CONTRATADA:


LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP
CNPJ: 21.692.672/0001-85

TESTEMUNHAS:


 CPF: 343.544.925-04

M000133



MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

EXTRATOS

PUBLICADO E AFIXADO NO QUADRO DE
EXPOSIÇÕES DE ENTRADA DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO
SOCORRO.

Em 06/08/2019

ADENILTON CRUZ  AVARES SANTOS



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

4000134

EXTRATO CONTRATO n° 53/2019/SEMUSA/NS SOCORRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Inexigibilidade n° 003/2019/SEMUSA/NS SOCORRO

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-SISTEMA DE CONTABILIDADE, GESTÃO FINANCEIRA, PPA, LDO, LOA, E DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.

CONTRATADA: LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP

VALOR: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 41062 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE: 2027- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

ELEMENTO DE DESPESA: 3390339040 – Serviços de Tecnologia da Informação

FONTE DE RECURSOS: 1211 – Recursos Ordinários

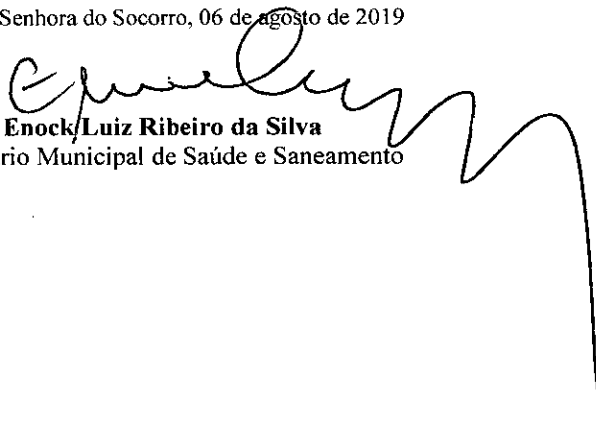
BASE LEGAL: artigo 25, da Lei 8.666/93.

PARECER JURÍDICO: N° 425/2019

BASE LEGAL: artigo 25, da Lei 8.666/93.

NOTA DE EMPENHO:

Nossa Senhora do Socorro, 06 de agosto de 2019



Enock/Luiz Ribeiro da Silva
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

PUBLICADO E AFIXADO NO QUADRO DE
EXPOSIÇÕES DE ENTRADA DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO
SOCORRO.

Em 06/08/2019

ADENILTON CRUZ TAVARES SANTOS



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE

NÚMERO/PROTOCOLO: 003/2019/SEMUSA/NS SOCORRO

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-SISTEMA DE CONTABILIDADE, GESTÃO FINANCEIRA, PPA, LDO, LOA, E DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.

CONTRATADA: LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP

VALOR: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 41062 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE: 2027- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

ELEMENTO DE DESPESA: 3390339040 – Serviços de Tecnologia da Informação

FONTE DE RECURSOS: 1211 – Recursos Ordinários

BASE LEGAL: artigo 25, da Lei 8.666/93.

PARECER JURÍDICO: Nº 425/2019

Nossa Senhora do Socorro, 06 de agosto de 2019

Enock Luiz Ribeiro da Silva
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento



1000136

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

RATIFICAÇÃO

REFERÊNCIA	INEXIGIBILIDADE Nº 003/2019
DATA DA RATIFICAÇÃO	06/08/2019

Depois de atendidas as exigências contidas nos instrumentos legais **RATIFICO** o processo de Inexigibilidade n.º 003/2019 nos termos da Justificativa encartada aos autos.

Publique-se.

Tome as providências de praxe.

Nossa Senhora do Socorro, 06 de agosto de 2019.


Enock Luiz Ribeiro Silva
Secretário Municipal da Saúde



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

CERTIDÃO DE PUBLICIDADE

Declaramos que a presente Inexigibilidade nº 003/2019 foi afixada em local público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, no dia 06/08/2019.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 06 de agosto de 2019.


Adenilton Cruz Tavares Santos
Setor de Licitações e Contratos



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

OFICIOS



M 000139

MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Ofício nº 675/2019

Nossa Senhora do Socorro/SE, 06 de agosto de 2019.

Estamos encaminhando a esse setor, documentos abaixo relacionados referente à **Inexigibilidade de Licitação nº 003/2018**, cujo objeto é **Execução dos Serviços em Implantação, Licença de uso, Manutenção e o suporte Pós-Implantação, incluindo a conversão de dados e treinamento aos usuários, dos sistemas: Módulo de Planejamento; Sistema de Contabilidade; Gestão Financeira; PPA; LDO; LOA; a fim de atender todas as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no Município de Nossa Senhora do Socorro/SE.**

CÓD UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
41062	2027	3390339040	1211

CÓPIA DOS DOCUMENTOS:

- Inexigibilidade nº 003/2019

Contrato nº 53/2019

Orçamento da LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP

Certidões

Na oportunidade, solicitamos cópia do referido empenho, ordem(s) de pagamento(s) quando da quitação total ou parcial dos serviços devidamente assinadas e nota(s) fiscal(s) devidamente atestada(s).

Atenciosamente,


Adenilton Cruz Favares Santos
Presidente – CPL

A
Sra Rosiflan dos Santos Araújo
Diretora Financeira da Saúde

H 000140



MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

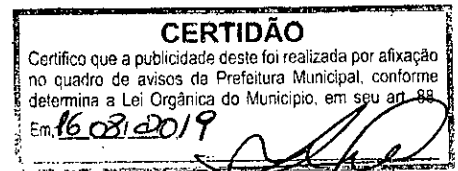
PORTARIA FISCAL DO CONTRATO



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

Secretaria Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 493/2019
DE 16 DE AGOSTO DE 2019



Luana Campos Oliveira
Chefe de Gabinete do Governo
Municipal de N. S.ª do Socorro

4000141

Designa servidores para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato, para atuarem no Contrato mencionado, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Socorro.

O Secretário Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Socorro, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, c/c as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), juntamente com as disposições da Resolução nº 296, de 11 de agosto de 2016, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE, e

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Público, nos termos do disposto no art. 58, inc. III e art. 67, e seus parágrafos, ambos da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal, formalmente designados, durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO, também, que as principais atribuições dos Gestores de Contratos são:

- I** - Gerenciar a parte administrativa da execução contratual, no intuito de que o contrato transcorra de forma regular;
- II** - Indicar, quando houver, a necessidade de nova licitação para a continuidade dos serviços;
- III** - Solicitar à autoridade competente da área interessada, para que esta promova a elaboração de novo Projeto Básico ou Termo de Referência, com a antecedência mínima necessária à realização da nova contratação;
- IV** - Conferência do adequado cumprimento das exigências da prestação das respectivas garantias contratuais;
- V** - Quando da proximidade do encerramento da vigência contratual, consultar, em tempo hábil, sobre o interesse na prorrogação da mesma e, em havendo, promover a respectiva prorrogação;
- VI** - Manifestar-se sobre quaisquer solicitações da contratada, em especial aquelas pertinentes a valores do contrato e devolução de prazos, submetendo-as à autoridade competente;
- VII** - Informar a área requisitante, em prazo hábil, quando prever ou verificar necessidade de acréscimos, supressões ou outras alterações no objeto do contrato e promover as respectivas alterações;
- VIII** - Propor à Autoridade Competente, de forma motivada e fundamentada e com base nas anotações da fiscalização contratual, a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades ao contratado, conforme previsto no contrato e realizar esse processo;



M 000142

Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

Secretaria Municipal de Saúde

IX - Prestar esclarecimentos e apresentar soluções técnicas a seu cargo para ocorrências que surgirem durante a execução do contrato e propor medidas que melhorem a execução do mesmo.

CONSIDERANDO, ainda, que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

I - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;

II - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

III - Indicar as eventuais glosas das faturas;

IV - Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;

V - Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato;

VI - Registrar todas as ocorrências, qualitativas e quantitativas, relacionadas com a execução do contrato pelo qual for responsável, prestando nos autos os esclarecimentos que se fizerem necessários;

VII - Manter permanente vigilância sobre as obrigações da Contratada, definidas nos dispositivos contratuais e condições editalícias e, fundamentalmente, quanto à observância aos princípios e preceitos consubstanciados na Lei nº 8.666/93, com suas alterações.

CONSIDERANDO, no mais, que com essas disposições, são normatizados os procedimentos relativos à gestão e fiscalização dos contratos, no âmbito desta Prefeitura, contrato a contrato;

CONSIDERANDO, por fim, o estabelecimento de atribuições inerentes ao Gestor e Fiscal de Contratos, previstas no art. 6º da Resolução nº 296/2016 – TCE/SE;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, para atuar como Gestor e Fiscal de Contrato, exercendo todas as atribuições aos mesmos inerentes e designadas em Legislação pertinente e nesta Portaria, no âmbito da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro, os servidores abaixo especificados, nas respectivas funções:

I - ENOCK LUIZ RIBEIRO SILVA (195.752.895-87) – Gestor do Contrato;

II - ROSIFLAN DOS SANTOS ARAÚJO (350.781.895-72) – Fiscal do Contrato.

Art. 2º - Os servidores designados atuarão no âmbito do Contrato nº 053/2019, decorrente do Procedimento Licitatório INEXIGIBILIDADE nº 003/2019.

Parágrafo único. Constituem-se como dados complementares:



M 000143

Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

Secretaria Municipal de Saúde

Contratado	Objeto do Contrato	Vigência do Contrato
LINK3 SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E O SUPORTE PÓS-SISTEMA DE CONTABILIDADE, GESTÃO FINANCEIRA. PPA. LDO. LOA, E DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE. A FIM DE ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.	12 MESES

Art. 3º -Dê-se ciência aos interessados e se autue no respectivo processo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data e terá validade durante toda a vigência contratual.

Nossa Senhora do Socorro, 16 de agosto de 2019.


ENOCK LUIZ RIBEIRO SILVA
Secretário Municipal de Saúde